



Tocantins

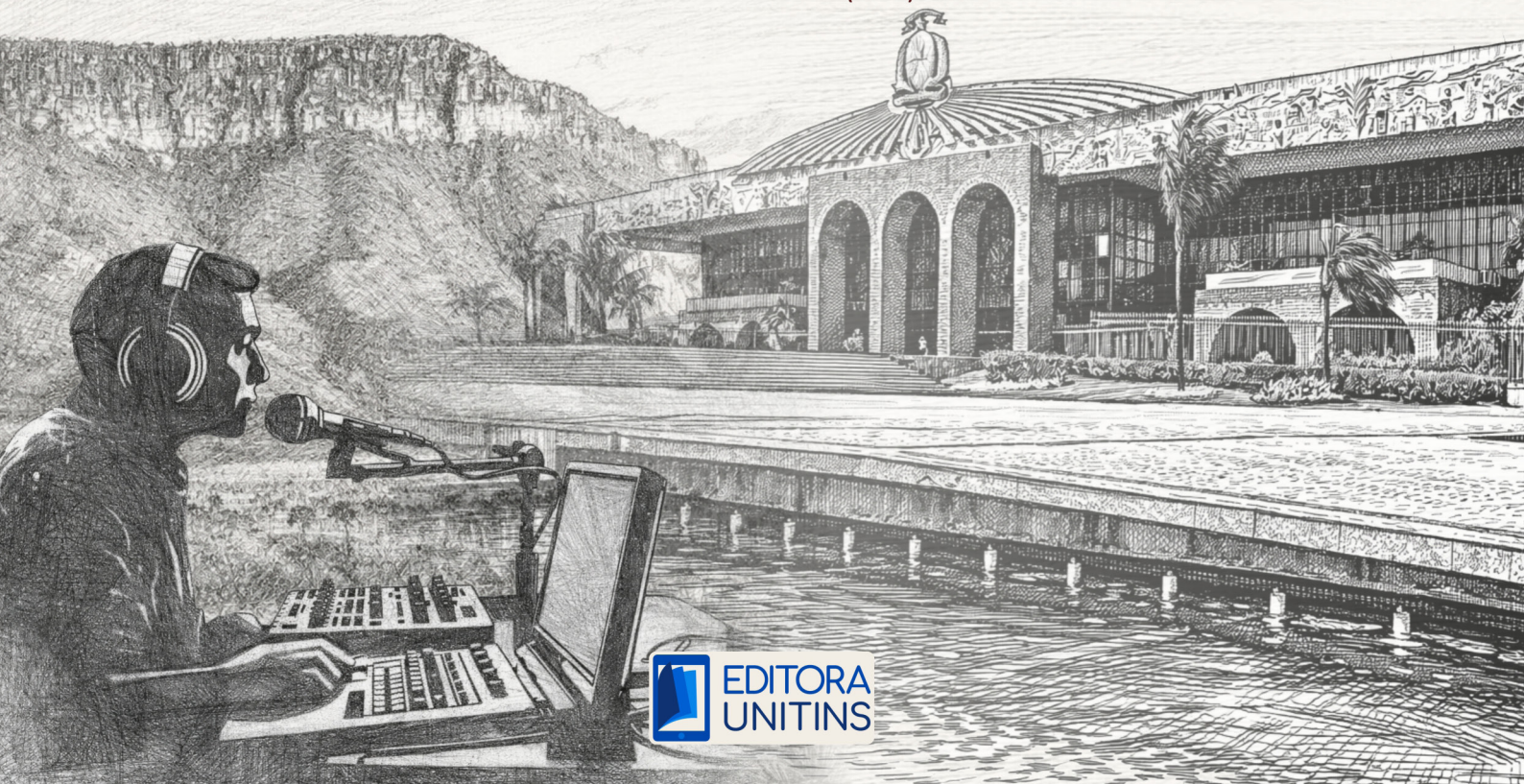
Narrativas e poder local na construção do conhecimento histórico

Organizadores

Ruy Alberto Pereira Bucar (Unitins)

Marinalva do Rego Barros Silva (Unitins)

Kátia Maia Flores (UFT)





Tocantins

Narrativas e poder local na construção do conhecimento histórico

Organizadores

Ruy Alberto Pereira Bucar (Unitins)

Marinalva do Rego Barros Silva (Unitins)

Kátia Maia Flores (UFT)



Clique aqui e veja mais publicações

T622

Tocantins: narrativas e poder local na construção do conhecimento histórico [recurso eletrônico] / Organizadores: Ruy Alberto Pereira Bucar, Marinalva do Rego Barros Silva, Kátia Maia Flores. – Palmas, TO: UNITINS, 2026
101f. il.color.; PDF.

ISBN: 978-85-5554-361-6

DOI: 10.36725/978-65-86285-90-1

1. Tocantins. 2. Narrativas. 3. Poder local. 4. Conhecimento histórico. I. Bucar, Ruy Alberto Pereira. II Silva, Marinalva do Rego Barros. III. Flores, Kátia Maia. IV. Universidade Estadual do Tocantins. V. Título.

CDD: 981.17

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Kátia Gomes da Silva CRB-2 0011931 / 0

Reitor

Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora

Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação

Alessandra Ruita Santos Czapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Flávia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Gisele Leite Padilha

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Ricardo de Oliveira Carvalho

Equipe Editorial

Editora-chefe

Liliane Scarpin S. Storniolo

Capa e Projeto Gráfico

Leandro Dias de Oliveira

Diagramação

Joelma Feitosa Modesto

Leandro Dias de Oliveira

Apoio Técnico

Leonardo Lamim Furtado

Revisão

Flávia dos Passos Rodrigues Hawat

Lilian Mara Nogueira Dias

Lucília Paula de Azevedo Ferreira

Rubens Martins da Silva

Imagens da capa geradas por IA

ChatGPT OpenAI - versão 03 mar. 2026

Contato

Editora Unitins

(63) 3901-4176

108 Sul, Alameda 11, Lote 03

CEP.: 77.020-122 - Palmas - Tocantins

Os autores são responsáveis por todo o conteúdo publicado, estando sob a responsabilidade da legislação de Direitos Autorais 9.610/1998, Código Penal 2.848/1940 e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.

Apresentação

A todo goiano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo é consagrado este jornalzinho que após uma longa e interrompida série de esforços conseguimos dar hoje a luz da publicidade. É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos coestadinos, ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho da *sciencia* e as grandezas da ilustração, aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual, fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. Neste centro abundante de inteligências incultas, porque (seja dito de passagem) a *instrução* raras vezes é louvavelmente distribuída, a “FOLHA DO NORTE” atira-se nas *luctas* do porvir, e é mais uma escola preparadora da nossa sociedade *fuctura*.

Jornal Folha do Norte (1981)

Não é por demais falar que o Tocantins não nasce com a constituição de 1988. Apesar de ter sido criado como estado naquele ano, o sentimento de unidade urgiu todo o passado do chamado norte goiano. A expressão “goiano de nascimento, tocantinense de coração” embalou diferentes gerações que tentaram de diferentes formas inventar um futuro para o sertão goiano, esquecido e isolado.

No que diz respeito ao conhecimento histórico, o traquejo na manipulação de diferentes fontes históricas diversifica e amplia a história ou historiografia do Tocantins. Historicamente, memorialistas como Antônio José da Costa Brandão, Americano do Brasil e José Martins Pereira de Alencastre são referências na escrita de importantes textos que figuram como símbolo de narrativas oficiais e referências nos estudos locais.

Por outro lado, a Universidade Federal de Goiás foi uma sementeira com seus renomados professores como Luís Palacin, Gilka Vasconcelos, Sérgio Paulo Moreira, Janaína Amado, entre outros de antigas e novas gerações, que consolidaram importantes trabalhos sobre o norte goiano, e que ainda nos servem de importantes referências historiográficas. Porém, foi com a criação do estado do Tocantins em 1988, que outras historiografias conformadas nos cursos de história das Faculdades de Filosofia de Porto Nacional e Araguaína vão fomentar pesquisas e produção de conhecimento histórico que ampliam outras abordagens, construindo diferentes narrativas do antigo e novo território. Esse novo lugar de fala e de construção de conhecimento dialoga com outras disciplinas, e traz à tona um conjunto variado de fontes históricas e de visões de mundo que vão dos mais remotos documentos produzidos pelo amplo aparato administrativo do Brasil Colônia como pela oralidade de diferentes sujeitos até então alijados das tradicionais narrativas.

Novos temas, novas abordagens, olhares diferentes dão tessitura a um Tocantins que tem um lapso enorme em sua historiografia, carente da voz e do olhar de diferentes sujeitos que ainda trazem veladas suas histórias e seus protagonismos.

A coletânea *Tocantins: narrativas e poder local na construção do conhecimento histórico* reúne seis artigos que exploram diferentes aspectos da formação histórica, simbólica e política do Tocantins. A obra destaca o papel da imprensa — impressa e televisiva — como agente ativo na construção do imaginário tocantinense, resgatando memórias de jornalistas e experiências regionais fundamentais para a compreensão do processo de criação do estado.

Além da análise da mídia, os textos abordam a paisagem sertaneja como elemento simbólico, as dinâmicas de poder local e alianças políticas que marcaram a história regional, e os aspectos identitários.

No capítulo 1, *Jornais e jornalistas: a construção do Tocantins nas narrativas de imprensa no norte de Goiás*, de Ruy Alberto Pereira Bucar, vemos que as narrativas dos jornais do norte de Goiás revelam a veiculação de campanha de conscientização que propunha substituir a denominação norte de Goiás por Tocantins, como denotativo geográfico. O que parece ser um modismo de época, talvez influenciado pelo movimento Pró-Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins, lançado em Porto Nacional em 1956, mostra uma intenção mais profunda, de como jornais e jornalistas do norte de Goiás atuaram na construção do Tocantins, a partir de uma territorialidade, de um recorte espacial que alimentou o imaginário e é também um lugar real, encravado na Amazônia.

O capítulo 2, *Ateneu Rêgo Santos: escultor do jornalismo no Ecos do Tocantins*, de Ruy Alberto Pereira Bucar, traz uma entrevista com um personagem emblemático na história da imprensa do norte de Goiás. Ateneu Rêgo Santos editou dois periódicos importantes da chamada imprensa engajada do norte de Goiás: o *Ecos do Tocantins*, um marco no jornalismo na região, primeiro diário tocantinense, criado pelo instigante jornalista Trajano Coelho Neto; e o *Anuário do Tocantins*, revista, planejada com o objetivo de divulgar o potencial econômico da região. O depoimento do jornalista é testemunha da atuação da imprensa na década de 1950, período de ativa mobilização da luta pela autonomia da região e dos jornais engajados nesta luta.

No capítulo 3, Ruy Alberto Pereira Bucar resgata a trajetória do jornalista maranhense Trajano Coelho Neto, um dos principais nomes do jornalismo goiano, especialmente do norte de Goiás, da década de 1950, considerado mártir da luta pela criação do Estado do Tocantins e da imprensa tocantina. Fundou e dirigiu o semanário *Ecos do Tocantins* e o *Anuário do Tocantins*. Maranhense de Balsas, Trajano chegou ao norte de Goiás no início da década de 40, instalando-se na vila garimpeira de Pium. O estudo busca ainda compreender qual foi a contribuição da imprensa na formação do Tocantins, em seu papel de mediação de interesses e espaço de debate na esfera pública.

No capítulo 4, *O sertão como paisagem no Tocantins*, Marinalva do Rego Barros Silva e Kátia Maia Flores apresentam os diferentes sertões que alimentam o imaginário coletivo brasileiro. As autoras destacam a diversidade de paisagens e espacialidades que configuram os muitos sertões, com suas variadas representações. O sertão é mais que geografia, que paisagem. É gente, é cultura, é identidade no Tocantins. Afinal, para entender o sertão no Tocantins,

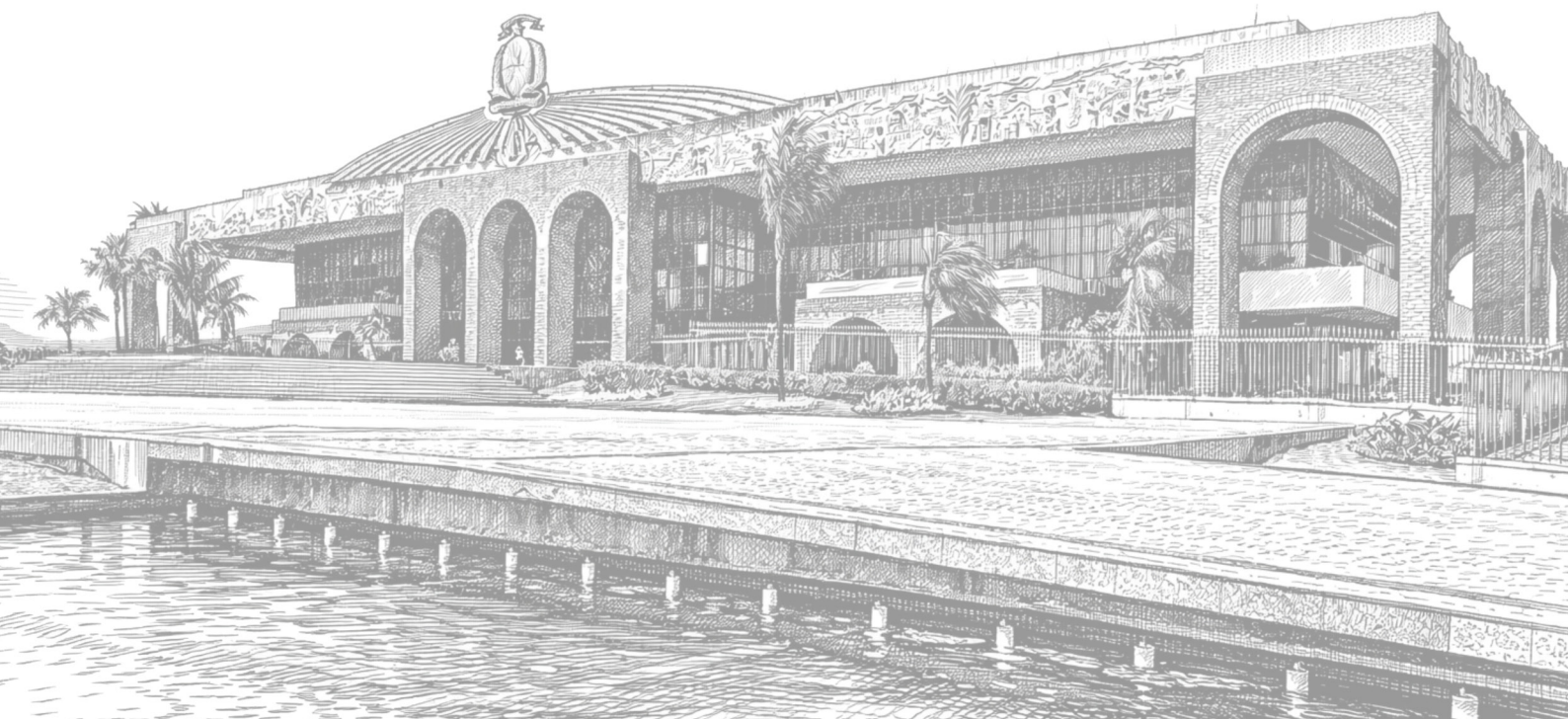
é preciso ir além da cartografia, compreendendo sua história, seu modo de vida, na paisagem que se desvela em sua riqueza e complexidade.

No capítulo 5, *Poder local: uma geopolítica de alianças*, Kátia Maia Flores apresenta um recorte sobre a relação mantida entre os governadores de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas (1804 – 1809), Fernando Delgado Freire de Castilho (1809 – 1820) e o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado (1804 – 1821) ao desenharem uma nova geopolítica para o norte goiano e uma nova divisão de poder entre seus mandatários. Nesse cenário político, governadores e ouvidores dividiam os espaços de poder enquanto teciam escandalosas tramas governativas relatadas na conveniência de infindáveis correspondências trocadas com a corte de Lisboa.

No capítulo 6, *Historiando o Telejornalismo no Estado do Tocantins: O poder da notícia e da imagem*, as pesquisadoras Millânia Soares Milhomem Freitas, Andreia Luiza Dias e Kyldes Batista Vicente apresentam um percurso histórico do telejornalismo no Tocantins. Para uma compreensão das tipologias que compõem o telejornal, escolheram historiar o surgimento da televisão, os programas improvisados e a construção das primeiras notícias televisivas. O estudo parte do pressuposto que os telejornais modificaram a forma de produção da notícia. O jornalista como analista da realidade formata notícias para milhares de brasileiros. É através deste instrumento noticioso que os telespectadores ficam sabendo o que aconteceu e o que está acontecendo na economia, na política, na educação, na saúde, em sua cidade, em seu país e no mundo.

Com abordagem interdisciplinar e forte ancoragem em fontes locais, a obra oferece uma contribuição relevante para a historiografia regional, a valorização da memória coletiva e o fortalecimento do conhecimento histórico produzido a partir do Tocantins. A proposta deste livro foi reunir múltiplas narrativas que contribuíram para a construção histórica, simbólica e política do Estado do Tocantins, com ênfase no papel da imprensa, das memórias locais e das dinâmicas de poder regional. Ao mesmo tempo, intenta contribuir para a organização da história da imprensa no Tocantins e no Brasil, reforçando a importância da preservação de fontes históricas.

Os organizadores.



SUMÁRIO

Jornais e jornalistas: a construção do Tocantins nas narrativas de imprensa no norte de Goiás

Ruy Alberto Pereira Bucar

Ateneu Rêgo Santos: escultor do jornalismo no Ecos do Tocantins

Ruy Alberto Pereira Bucar

Trajano Coelho Neto e os ecos do Tocantins: sonho, suor e sangue

Ruy Alberto Pereira Bucar

O sertão como paisagem no Tocantins

Marinalva do Rego Barros Silva

Kátia Maia Flores

Poder local: uma geopolítica de alianças

Kátia Maia Flores

Historiando o telejornalismo no estado do Tocantins: o poder da notícia e da imagem

Millânia Milhomem

Andreia Luiza Dias

Kyldes Batista Vicente

JORNAIS E JORNALISTAS: A CONSTRUÇÃO DO TOCANTINS NAS NARRATIVAS DE IMPRENSA NO NORTE DE GOIÁS

Ruy Alberto Pereira Bucar¹

Os mitos são capazes de mover montanhas.

Darnton

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu.

Max Weber

O presente destrói o passado, dele se alimenta, mas prescinde de sua experiência social concreta.

Arruda

Figura 1. Recorte de jornais produzidos no Tocantins



Fonte: Museu José Gomes Sobrinho - Pium -TO (2018); Instituto Cultural Messias Tavares - Pedro Afonso – TO (2018); acervo do autor (2018) e acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Drosa_345305201794.DocLstX&pesq=. Acesso em: 24 mar. 2026.

¹ Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT). Especialista em Ensino de Comunicação e Jornalismo pela (UFT). Especialista em Marketing Político pela (UniCatólica), Especialista em Gestão Pública e Qualidade do Serviço (Unitins). Graduado em Jornalismo UFG. Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: ruybucarjornalista@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/64440577570285923>. ORCID:<https://orcid.org/0009-0000-1490-4009>

Introdução

Narrativas dos jornais do norte de Goiás, revelam a veiculação de campanha de valorização da identidade tocantina que propunha substituir a denominação norte de Goiás por Tocantins, como denotativo geográfico. Uma das muitas mudanças propostas no âmbito de um trabalho de conscientização que se pretendia como meio de despertar a formação de uma mentalidade tocantinense. O que parece ser um modismo de época, talvez influenciado pelo movimento Pró-Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins, lançado em Porto Nacional, em 1956, revela uma intenção mais profunda e pode ajudar a compreender como jornais e jornalistas do norte de Goiás atuaram na construção do Tocantins, como um recorte espacial, um lugar imaginário e real encravado na Amazônia.

Em um determinado momento, jornais e jornalistas do norte de Goiás se mobilizaram em torno de uma campanha de conscientização pela valorização das coisas do Tocantins, que, segundo Freire, um dos mentores do projeto, tinha a pretensão de desenvolver uma “mentalidade tocantinense” (Freire, 1958, p.2).

A campanha surge na esteira do movimento Pró-Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins, lançado em Porto Nacional, em 1956, e que almejava a criação do Estado do Tocantins, e alcança os principais periódicos editados na região, neste período. O conteúdo era diversificado, produzido principalmente por colaboradores.

Por meio de artigos, crônicas, poemas, notas, entrevistas, orientava-se o leitor a usar a terminologia *tocantins*, na escrita ou na comunicação oral do cotidiano, em detrimento do norte de Goiás. Pelas narrativas dos periódicos era mais apropriado dizer região do Tocantins, em vez de região norte de Goiás; tocantinense, em vez de nortense; Estado do Tocantins, em vez de norte de Goiás. Observa-se uma tendência de valoração de tudo que se referia a expressão Tocantins em contraste com representações negativas associadas à denominação norte de Goiás.

Paralelo a essas representações que remetem a ideias pejorativas do norte de Goiás, novas representações identitárias começam a conquistar espaço e figurar nas narrativas de livros, relatórios de viagem e de jornais da região. A região agora era apresentada como um novo eldorado brasileiro. Dotada de enorme potencial de riqueza, no solo e subsolo, à espera de meios para sua exploração.

Estudos indicam que os dois regimes de enunciação coexistiram paralelamente durante mais de dois séculos de ocupação, consolidação e urbanização da região como denotativo geográfico, sem se oporem, significando a mesma realidade, a porção setentrional de Goiás. A partir da década de 1950, há uma mudança significativa, os dois conceitos ganham novos significados e passam a representar realidades opostas e excludentes: “ (...) a partir do declínio da mineração, o norte goiano passa a ser visto pela historiografia como sinônimo de atraso econômico e involução social, gerador de um quadro de pobreza para a maior parte da população” (Parente, 2003, p. 23).

Norte vira representação de subdesenvolvimento; Tocantins, de eldorado, à espera de ser descoberto e explorado. Norte de Goiás muda de classe gramatical, deixa de ser substantivo próprio para virar adjetivo, depreciativo. O Norte é passado, que se busca superar. Tocantins, o futuro que se busca conquistar. Tocantins assume a condição de representação idealizada do que antes era denominado de norte de Goiás.

Conforme essas narrativas, norte de Goiás ganha caráter de denúncia, serve agora para representar a omissão dos governos em relação às deficiências dos serviços públicos, inexistentes ou em precárias condições de funcionamento na região; condição que escancara o subdesenvolvimento que se busca superar. Tocantins emerge como o lugar ideal, projeto elaborado, construído, com potencial para o desenvolvimento, a ser alcançado com a exploração de suas riquezas. Sem embargo, essa condição só seria alcançada por meio da conquista da sua autonomia.

Norte de Goiás foi o denominativo inicialmente atribuído a uma região das Minas dos Goyazes e que, a princípio, dizia respeito somente ao aspecto geográfico, ou seja, à localização de uma sequência dos descobrimentos auríferos que ocorreram durante toda a primeira metade do século XVIII (Parente, 2003, p. 23).

No norte de Goiás estavam localizadas as minas do Tocantins (Cavalcante, Natividade, Arraias, Conceição), tidas como as mais produtivas. Após o ciclo do ouro, Tocantins passaria a representar não apenas as minas, mas também as planícies dos rios Araguaia e Tocantins, tendo o rio Tocantins como referência.

Parente apresenta pelo menos três representações de norte de Goiás ao longo do processo histórico. Primeiro, em referência ao aspecto geográfico. A segunda, as minas mais ricas, e a terceira, a região atrasada. Representações que variam conforme os interesses do discurso dominante, que se mantém desde o período colonial: "(...) a região é parte integrante e reprodutiva da estrutura da economia exportadora, visualizada dentro do sistema colonial, sofrendo, como as outras regiões, flutuações conjunturais comuns às áreas periféricas de produção" (Parente, 2003, p.24).

No início, no contexto da mineração, Tocantins identificava geograficamente a localização das minas do alto Tocantins, ao norte da província. Ao Sul, as minas do rio Vermelho (Vila Bôa, Meia Ponte, Santa Rita). Os bandeirantes, em suas expedições na caça aos minérios, marcavam as suas descobertas com nomes de acidentes geográficos mais próximos. Minas do rio Vermelho, minas do Meia Ponte, Minas do Tocantins.

A partir da década de 50, os jornalistas se apropriam do termo *Tocantins*, já amplamente utilizado, que passa a ser usado para representar não apenas um espaço geográfico, mas um projeto idealizado de transformação desse território, que deixaria de ser uma região subdesenvolvida para se tornar uma fronteira de desenvolvimento. Tocantins substitui o norte de Goiás, passando a representar um lugar do futuro, desejado, sonhado, idealizado, que inexoravelmente se tornaria independente, um estado autônomo.

Ressalta-se que, nesta época, norte de Goiás compreendia uma região bem mais ampla do que é hoje o Estado do Tocantins. Norte era toda a extensão do paralelo 14º ao 5º; da confluência do Planalto Central até o Bico do Papagaio, na divisa com o Pará e o Maranhão. Como se sabe, o Estado do Tocantins ocupa a área territorial do setentrião goiano, mas não resultou de transferência integral e automática do Norte, tendo, ao longo do processo de formação, passado por transformação também no aspecto geográfico.

Tocantins surge inicialmente como uma nova representação do norte de Goiás, com outra significação. Se referia ao mesmo território geográfico, a partir de um outro olhar. Tocantins representa não uma região subdesenvolvida, mas seu potencial de desenvolvimento e a disposição de seu povo para conduzir este processo. A nova denominação parece mais bem ajustada à paisagem e ao potencial natural da região.

Do ponto de vista linguístico, Tocantins é a redução da oração planícies do Tocantins e do Araguaia, que aludia a um território potencialmente rico à espera de exploração. Um território descrito como essencialmente ligado à natureza, cortado por dois grandes rios Araguaia e Tocantins, cuja navegação era vista como fator primordial para o seu desenvolvimento.

Com o tempo, Tocantins passa a contrapor a representação tradicional de norte de Goiás que vai além da designação geográfica. “(...) considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (Chartier, 1991, p.177).

O termo ganha significado de projeto idealizado de superação da condição do Norte. Uma alternativa para retirar o norte de Goiás do isolamento e abandono em que se encontrava, incorporando a região ao contexto nacional. A criação do Estado do Tocantins era anunciada não como divisão (de Goiás), mas como inclusão de uma região rica, porém esquecida pelo projeto nacional.

Tanto Norte como Tocantins são resultado de um processo de construção social ao longo da formação de Goiás, e que inclui, inclusive, a acomodação geográfica. Como defende Teixeira Neto (2011), territórios geográficos expandem ou recuam, conforme dinâmicas do processo de formação.

Os territórios geográficos – sejam eles municipais, estaduais ou nacionais – não nascem prontos, pois, ao longo do tempo, por influência de fatores diversos e de ações humanas que neles se processaram e agiram, suas fronteiras e limites se expandem ou recuam, antes de adquirirem formas mais estáveis (Teixeira Neto, 2011, p.65).

O que parece ser apenas um oportunismo momentâneo, talvez influenciado pelas manifestações autonomistas da época, mostra intenções mais profundas e pode ajudar a compreender como jornais e jornalistas do norte de Goiás atuaram na construção do Tocantins. É possível observar que esse tipo de manifestação registra maior ocorrência nos jornais da década de 50, momento em que a mobilização pela criação do Estado alcança elevado nível de organização.

“Faz-se necessário, então, compreender a função da imprensa neste processo de conservação e mudança das fronteiras dos diversos imaginários sociais do Tocantins” (Bucar; Porto, 2020, p. 177). O presente trabalho se propõe a investigar o discurso midiático que legitimou a identidade tocantina a partir da separação entre norte de Goiás e Tocantins, bem como os efeitos discursivos na transformação da região, que deixou de ser norte de Goiás para se tornar Tocantins antes mesmo da criação do referido Estado.

Identidade entendida neste artigo como um processo de construção social, que corresponde à definição social do grupo e que permite situá-lo socialmente (Cuche, 1999). A pesquisa tem como base as narrativas dos jornais, *locus* de conflitos entre as denominações norte de Goiás e Tocantins e de construção de consenso.

O corpus teórico compreende periódicos da década de 50 – *Ecos do Tocantins*, *O Estado do Tocantins*, *A Norma*, *A Palavra Livre* e *O Polígrafo* - período de agitação da bandeira autonomista, cujos discursos eram replicados por alguns jornais da época. O que esses discursos provocaram de mudança na mentalidade da região e que efeito teriam provocado no desejo de autodeterminação dos nortistas? É o que este estudo pretende responder.

Antes, porém, faz-se necessário uma ligeira explicação sobre o percurso metodológico trilhado pelo estudo.

Percurso metodológico

O delineamento do objeto da pesquisa torna necessário o suporte de teorias e métodos que possam permitir alcançar os objetivos desejados. Neste sentido, foi escolhido como corpus teórico os jornais da década de 50 – *Ecos do Tocantins* (Pium), *O Estado do Tocantins* (Porto Nacional), *A Norma* (Porto Nacional), *Palavra Livre* (Tocantinópolis) e *O Polígrafo* (Porto Nacional) – periódicos que difundiram o discurso da campanha em estudo, no período de intensificação do debate autonomista e de maior produção de representações identitárias do norte de Goiás.

O trabalho adota os jornais como fonte de consulta e como objeto de pesquisa, tendo como referencial teórico o estudo de Bourdieu (2007), que diz que a sociedade muda de acordo com as transformações das funções do sistema de produção de bens simbólicos e da estrutura de representação desses bens. Recorre ao conceito de Halbwachs (1990) sobre memória coletiva e sua importância para a construção da história.

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são acolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos que deles guardam por muito tempo a lembrança viva (Halbwachs, 2003, p.80).

Seguindo o conceito de tradição inventada de Hobsbawm, segundo o qual toda tradição é inventada (Hobsbawm, 1984), e considerando que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 9), a pesquisa bebe ainda na fonte de Cruz e Peixoto, que ensina que o estudo de imprensa deve ser feito “articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257).

Recorre-se ainda ao suporte da metodologia de análise pragmática da narrativa jornalística de Motta, que ensina que “a partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras, em uma ordem e perspectiva, e num desenrolar lógico e cronológico” (Motta, 2008, p. 2). Por meio de narrativas, pode-se confrontar personagens e ideias de períodos diferentes, buscando reconstruir uma continuidade de narrativa.

Quando um assunto é observado ao longo de várias edições do mesmo periódico ou em vários jornais de uma mesma época, pode-se ter uma noção da importância daquela pauta e sua repercussão na opinião pública.

A frequência com que um determinado assunto é abordado na imprensa, bem como a sua replicação em vários jornais, permite medir o valor notícia daquela pauta, naquela conjuntura social, para aquela sociedade, no período observado. O estudo se enquadra no que Roger Chartier (1990) identifica como história cultural, que é o modo como, em diferentes momentos e lugares, a uma dada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

Estado da Arte

No dia três de julho de 1891, circulou em Porto Nacional a primeira edição do periódico *Folha do Norte*. Um acontecimento marcante, prenúncio de novos tempos. Em editorial de capa com o título Programa, o periódico se apresenta. “A todo goyano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo, é consagrado este jornalzinho (sic), que, após uma longa e interrompida série de esforços, conseguimos dar hoje a luz da publicidade” (Folha do Norte, 1891, p.1). Após o *Folha*, vieram *O Incentivo*, *Norte de Goyaz*, *Correio do Norte*, *Ecos do Tocantins*, *A Norma*, *O Estado do Tocantins*, *Jornal do Tocantins* e tantos outros; semanários, mensários, informativos, opinativos, engajados, partidários, comerciais e até manuscritos.

Estudo exploratório realizado por Bucar e Porto reuniu 51 periódicos editados no norte de Goiás, no período de 1891 a 1988, período que estende do aparecimento do primeiro jornal à criação do Estado do Tocantins, e mais 13 manuscritos (Bucar; Porto, 2020). Para melhor compreensão do desenvolvimento da imprensa no norte de Goiás, adota-se o critério de agrupamento dos periódicos de acordo com período de circulação e os recursos empregados na sua produção.

Para efeito de sistematização pode-se dividir este recorte histórico em dois grandes períodos: antes e depois da criação do Estado do Tocantins, tendo-se em vista que a criação do

Estado alterou profundamente o comportamento da imprensa feita na região. O primeiro período, de 1891 a 1988, tem duração de quase 100 anos. O segundo, de 1988 a 2018, tem duração de 30 anos. Ambos os períodos podem ser subdivididos em três fases, conforme o estágio de desenvolvimento dos periódicos (Bucar; Porto, 2020, p. 63).

A primeira fase vai de 1891 a 1930, estágio em que a imprensa provinciana se concentrava basicamente em Porto Nacional. A segunda, de 1930 a 1960, é a fase da imprensa autônoma, de alcance regional, com formação de rede de sociabilidades ao longo do eixo fluvial do rio Tocantins. A terceira, de 1960 a 1988, fase da imprensa comercial, com circulação em todo o Estado, prática do jornalismo informativo de influência norte-americana orientado pela ideia de objetividade.

A imprensa nasce no norte de Goiás, profundamente identificada com a defesa da região. O primeiro periódico, *Folha do Norte*, em seu editorial de estreia, deixa bem claro a que veio.

(...) a nossa modesta folha, sem o brilho da ciência e as grandezas da ilustração aparece possuída da melhor vontade de constituir-se uma pequena luz com auxílio da qual, fiquem transparente as necessidades desta parte de Goyaz, onde bem custosa é a vida pela frouxa importância que gozamos a vida dos poderes governantes [sic] (*Folha do Norte*, 1891).

E já mirava o governo como alvo principal. Esse olhar regional, que surge com o *Folha do Norte*, vira característica dos periódicos tocantinos, expressando as necessidades de cada época. Além do *Folha do Norte*, *O Incentivo*, *Norte de Goyaz*, *Jornal do Povo*, integram a lista dos principais periódicos desta fase.

Na segunda fase, os jornais assumem uma posição deliberada de defesa da região, inclusive se contrapondo aos governos. Buscam o cumprimento de uma pauta regional, que foi se impondo historicamente como assunto de interesse comum dos nortenses. *Ecos do Tocantins*, *A Norma*, *O Estado do Tocantins*, *A Palavra Livre*, *Correio do Norte* e *Anuário do Tocantins* são os principais periódicos desse período, que se caracteriza pelo surgimento da imprensa engajada, objeto deste estudo.

E a terceira que inicia com a mudança do corredor da notícia, que sai do fluvial para o rodoviário, tendo a Rodovia BR-153, a Belém-Brasília, como eixo integrador - imprensa comercial - modernização e perda da identidade regional – impressão em linotipo e rotativas offset. Produzir jornal vira negócio lucrativo e o jornalismo fica em segundo plano. São periódicos desse período *Correio do Norte*, *Jornal do Tocantins*, *Paralelo 13*, *O Regional*, *A Verdade*, *Folha da Cidade*, dentre outros.

Ao longo do processo de formação do Tocantins, várias funções e imagens foram sendo reconfiguradas em torno da identidade da região norte de Goiás. Essas representações compõem o pano de fundo das narrativas dos periódicos da imprensa regional, que ajudaram a criar o espaço existencial do que viria a ser o Tocantins, e são referenciais importantes para conceituar o que é imprensa tocantina.

Este artigo faz parte de um estudo sobre a imprensa tocantina, que tem conseguido traçar os primeiros contornos da sistematização dos jornais do norte de Goiás, contribuindo para organizar as fontes documentais, permitindo o desenvolvimento de novos estudos, revelando outros olhares e produção de novos conhecimentos do campo. Compreendendo a noção de campo tal qual definida por Pierre Bourdieu, como um espaço social estruturado por posições sociais, “um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global” (Bourdieu, 2007, p.55), espaço que é definido também como um campo de forças, concorrência, cooperação, dominação e lutas simbólicas.

O estudo, que já resultou em três artigos publicados em periódicos especializados – ECOS DO TOCANTINS E O ESTADO DO TOCANTINS: construindo primeiras semelhanças na produção jornalística local, (2018); JORNAIS DO NORTE DE GOIÁS: leitura do passado e possibilidades de escrita da história, (2019) e JORNAIS MANUSCRITOS DO NORTE DE GOIÁS: os pasquins da imprensa tocantina (2020), produzidos por este pesquisador em parceria com o professor Gilson Porto - percorre os caminhos traçados pelos trabalhos acadêmicos sobre o tema; TRAJANO COELHO NETO: Jornalismo como serviço público (2002) e FOLHA DO NORTE: O JORNAL PIONEIRO DA IMPRENSA TOCANTINA (2004), produzidos pelos pesquisadores Lailton da Costa, Irenides Teixeira e Aurielly Painkow, que estabelecem os fundamentos da imprensa do Tocantins; ainda A FOLKCOMUNICAÇÃO E CRIAÇÃO DO TOCANTINS: o caso de um almanaque separatista, por Irenides Teixeira e Lailton da Costa, pesquisas pioneiras sobre a história da imprensa no norte de Goiás.

Todos estes estudos tomam como referência fontes da história da imprensa goiana. A primeira referência bibliográfica sobre a história da imprensa goiana, que inclui jornais editados no norte do Estado e que se tem catalogado é o “Almanak de Goyaz” (1887), editado pelo jornalista A. F. de Bulhões Jardim, publicação do Ten. Costa Brandão, e que apresenta a relação cronológica dos periódicos editados na província. Fonte de consulta obrigatória para pesquisas sobre as origens da imprensa goiana que inclui jornais do Norte, precursores da imprensa tocantinense. Disponível na Biblioteca Nacional.

Outra obra indispensável sobre as origens da imprensa goiana, e que cita jornais editados no norte do Estado é o Anuario Histórico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910, organizado por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Publicada pela Livraria Século XX, de Aredio de Souza, Uberaba - Araguay- Goyaz. Disponível na Biblioteca Nacional.

Com base nessas duas fontes e em dados de novos estudos, o pesquisador José Mendonça Teles, em seu trabalho A IMPRENSA MATUTINA, compilou informações que permitem reconstruir a trajetória da imprensa goiana. Consta nesta lista pelo menos nove periódicos editados no norte de Goiás: Folha do Norte (1891), O Incentivo (1893), Norte de Goyaz (1905), O Corisco (1927), Voz do Norte (1929-1934), Voz do Norte (1939), A Palavra (1942), Ecos do Tocantins (1951), O Estado do Tocantins (1956) e Anuário do Tocantins (1957). Esse é um dos trabalhos mais completos sobre a historiografia da imprensa goiana.

Em artigo publicado no *Ecos do Tocantins*, a jornalista Ananias Pinto Cerqueira atualiza a relação dos jornais editados em Porto Nacional até aquela data. Até este período Porto Nacional ainda mantinha a condição de principal polo de produção de imprensa no norte de Goiás.

Com muito agrado recebi e li, pagina-por pagina, o sétimo jornal editado no município de Porto Nacional, essa gazeta tem o seu título encimado.

É tão sugestivo o Cabeço do nosso jornal, representando a vasta e rica região do coração do Brasil, extensa e inculta, verdadeiro celeiro da América, tanto quantas fartas, curiosas e noticiosas as diversas secções do bem impresso hebdomadário do qual tenho a honra de ser um dos seus humildes assinantes.

O 1º jornal editado em Porto Nacional foi: - FOLHA DO NORTE; o 2º - O INCENTIVO; o 3º - NORTE DE GOYAZ; o 4º FOLHA DOS MOÇOS; o 5º - JORNAL DO POVO; o 6º GOIAZ CENTRAL; o 7º ECOS DO TOCANTINS; faço votos de longevidade ao intemerato precursor das ideias novas (sic).

Porto Nacional, 23 de agosto de 1951. (Cerqueira, 1951, p.1).

Memória e história

O professor e jornalista Fabrício César Freire, de Porto Nacional, aproveita sua inserção na imprensa, como cronista, para defender a importância de se usar Tocantins em vez do norte de Goiás. Em artigo, publicado originalmente pelo jornal *O Estado do Tocantins* e replicado por *Ecos do Tocantins*, Freire explica, de forma didática, a importância dos nortenses aprenderem a usar a terminologia derivada do Tocantins e revela as razões.

Em hora feliz transformou-se a ideia em ação e por este motivo devemos, com espírito de civismo, usar denominações com terminologia própria ao meio ambiente como: Estado do Tocantins, Vale do Tocantins, região tocantinense, mentalidade tocantinense e etc. (Freire, 1958, p. 2).

O professor tinha uma noção muito clara de que o projeto de criação do Estado, articulado pelos líderes da sociedade civil, não teria êxito se não expressasse o sentimento popular. Por isso, era importante preparar a população interessada e estimular o sentimento de pertencimento ao Tocantins, criando o que ele chamou de mentalidade tocantinense. Era por meio de jornais, de circulação regional, que os defensores da tese autonomista buscavam provocar esse sentimento de pertencimento.

Em outro trecho do artigo, o professor retoma a ideia da valorização do nativismo. “Por isso é oportuniíssimo, é urgente, é inadiável, criarmos (sic) um ambiente nosso, formarmos mentalidade própria, cultivarmos sentimento nativista, regional” (Freire, 1958, p. 2). Era uma forma de atribuir o sentido do Tocantins a algo profundo, parte constitutiva do povo da região, algo intrínseco da sua cultura. Para isso, portanto, era preciso cultivar a tocantinidade, em gestos, ações e sentimentos.

Em outro artigo analisando o cenário político regional em torno das eleições de 1958, no qual havia uma forte defesa da necessidade do nortense votar em candidatos da região, César Freire manifesta sua opinião de que a ideia da campanha intitulada Norte vota em Norte era pertinente, porém precisava de maior apelo regional, senão poderia cair no vazio ou não se reverter em favor da causa pretendida.

Fabrizio César Freire não deixa de registrar o paradoxo que era a campanha nortense vota em nortense, como bem assinalou, não tinha grande importância, pois, segundo ele, não havia nenhum compromisso por parte dos eleitos com os interesses da região, considerando a criação do Estado como a causa mais legítima e mais urgente para resolver todo o atraso. Para ele, o candidato merecedor da confiança dos nortenses não bastava ser da região, era preciso ter compromisso. Compromisso, sobretudo, com as ideias autonomistas, que nesta época ganhavam mais apelo popular.

(...) há dois anos vimos martelando, insistentemente, para criar opinião pública, a fim de que chamemos esta região do Vale do Tocantins, Tocantins, para arraigar-se no coração do povo tocaninense o sentimento de amor à terra do Tocantins, para imprimir no cérebro deste povo a ideia de emancipação do Tocantins, para maior grandeza do Brasil (Freire, 1958, p. 1).

“Para imprimir no cérebro deste povo a ideia de emancipação do Tocantins, para maior grandeza do Brasil”. Como podemos observar, não se tratava de mero modismo de época, mas de uma ação intencional que tinha objetivos claros, mudar a mentalidade do povo do Norte sobre a sua autonomia. Havia uma noção de que era possível mudar a mentalidade da época por meio de apelo emocional.

Assim como Fabrizio César Freire, o também professor João Fernandes da Conceição, assíduo frequentador dos periódicos regionais, faz das suas crônicas uma tribuna em defesa da tocaninidade. Até mesmo o retorno do cronista, depois de um breve período morando fora, era motivo para renovar a sua confiança no futuro do Tocantins. “Do paralelo 13 ao 5, nesta invencível mesopotâmia palpita a fibra dos filhos dos bandeirantes, descendentes dos que ampliaram as fronteiras das Tordesilhas” (Conceição, 1957, p. 1).

Em outro trecho da crônica, mistura confiança com visões proféticas. “Os tocaninenses estão cheios de idealismo e trabalham para conseguir a estruturação jurídica do seu Estado, o Estado caçula da Federação Brasileira. A minha terra, autônoma” (Conceição, 1957, p.1). O educador e articulista é um mestre das crônicas de viagem e as utiliza para despertar em seus leitores nortenses o sentimento nativista. O faz explorando as imagens naturais, hábitos, cultura e mentalidade de personagens representativos do Tocantins.

A crônica *Impressões de viagem*, publicada pelo *Ecos do Tocantins*, já abre dizendo a que veio: “Chovia no futuro Estado do Tocantins” (Conceição, 1958, p.2) e emenda:

O barco-motor “João de Abreu” apontava para Boa Vista.

Babaçus em amêndoas com cheiro rançoso aguardavam o barco veloz, para conduzir a carga a Belém. (...)

Coronel Pinto ia a Belém fazer compras, buscar para Boa Vista o progresso: uma radiola, um cinema barato e uma tipografia (Conceição, 1958, p.2).

O trecho é rico em significados. Polissêmico. É um texto poético e ficcional, mas com base em dados factuais e reais. O autor traça um retrato irretocável do cotidiano do norte de Goiás, com suas contradições e desejo de modernidade, no qual inclui a produção de imprensa. É no cotidiano que se observam as particularidades tocantinas, nas pequenas coisas, nas sutilezas do modo de ser do nortense, que se diferencia muito dos goianos do Sul, e que se pode perceber um outro modo de ser, que não é mais goiano.

O nome do barco não é por acaso. Está aí para dizer algo mais que apenas o nome de uma embarcação. Toma emprestado o nome de um personagem emblemático na formação do Tocantins. João D’Abreu é um dos líderes políticos do norte de Goiás de maior projeção em Goiás. Construiu uma carreira política, considerada admirável, que foi de vereador de Arraias a vice-governador e governador interino, passando por prefeito, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e deputado federal, sem se comprometer publicamente, em nenhum momento, com a criação do Estado do Tocantins. Ajudou a criar, em 1948, a Cooperativa dos Babaçueiros do Norte Goiano. Daí a sua presença no imaginário dos barqueiros, como também no dos líderes do movimento pela criação do Tocantins.

Em outro trecho da crônica, Conceição direciona a sua observação para revelar as carências da região e denunciar a ausência dos serviços públicos. Na volta do barco, traria um técnico e um médico para substituir o entendido e o charlatão. “O posto de Higiene do Estado há anos está fechado e pobre, ali, quem não pode locomover-se para Belém ou Anápolis morre à míngua” (Conceição, 1958, p.2).

Em outra frente, o farmacêutico e jornalista Oswaldo Ayres procurava combater o discurso oficial que descredibilizava a proposta de criação do Estado do Tocantins. Definiu como missão responder publicamente, por meio da imprensa, a cada ataque que a ideia autonomista sofria. Em artigo com o título “Logro, só Logro” o jornalista chama atenção para os objetivos do discurso oficial, produzido por agentes do governo de Goiás, que desacreditavam a luta emancipacionista.

Não se admire a gente tocantina de que os traidores afirmem não dispor ela (proposta) de renda suficiente para manter um Estado autônomo e que, por isso, melhor seria não cogitar da sua libertação e sufocar tudo quanto já fez neste sentido (Ayres, 1958, p.4).

A crítica de fontes do governo ao projeto de autonomia do Norte se referia à insuficiência de renda, que, segundo diziam, não cobriria as despesas da nova unidade federativa. O cronista refuta esse argumento. Em outro trecho, o articulista procura desconstruir o discurso contrário à criação do Estado do Tocantins, revelando suas contradições.

Não se admire que os inimigos do movimento que temos realizado no objetivo de alcançar uma maneira de viver mais condizente com a condição de seres humanos apregoem que, para mantermos autonomamente, será necessário aumentar os tributos na região. (...) Não acreditamos é que o povo, agora, se deixe levar mais uma vez ao logro, para carpir o engano mais tarde (Ayres, 1958, p.4).

É o ápice do processo de mobilização da opinião pública nortense sobre a criação do Estado do Tocantins por meio da imprensa, pelo qual se opera uma transformação poderosa. O uso da terminologia Tocantins empurra a denominação de norte de Goiás para outro campo, o da representação negativa. O Norte de Goiás passa a representar a região abandonada e esquecida pelos governos.

O contexto era bastante favorável ao debate sobre a autonomia do Tocantins. O entusiasmo com a ideia de criação do Estado estava em alta. A construção de Brasília segue de vento em popa; a construção da BR-153, a Belém-Brasília, considerada uma rodovia de integração nacional, começa a sair do papel, e o Movimento Pró-Estruturação Jurídica do Tocantins, lançado em Porto Nacional, repercute dentro e fora do Estado, com forte impacto na Assembleia Legislativa e no Palácio das Esmeraldas.

O Cruzeiro, revista de maior circulação no país na época, repercute a mobilização dos nortenses pela criação do Estado do Tocantins, lançado em maio de 1956, em Porto Nacional. Em reportagem de meia página, a revista revela ao povo brasileiro o que pensam os líderes do Movimento Pró-Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins.

O Bacharel Feliciano Machado Braga, que é Juiz de Direito da comarca de Pôrto Nacional, em Goiás, resolveu pôr mais uma estrela na bandeira do Brasil. Essa vigésima segunda estrela, segundo ele, representa o Estado do Tocantins (*O Cruzeiro*, nº 2, 27 de outubro de 1956).

A reportagem revela que o líder pretendia levar o Tocantins a participar do desfile de 7 de setembro na Capital Federal, citando a fala textual do magistrado Feliciano Machado Braga: “Desfilarei, no Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro, à frente de numeroso grupo de tocantenses, e levaremos a bandeira do Tocantins” (*O Cruzeiro*, nº 2, 27 de outubro de 1956). Não podendo ir até o Rio, o magistrado promoveu, em Porto Nacional, o desfile no dia da Pátria, complementa a reportagem.

Em meio às crônicas de viagem carregadas de representações simbólicas identitárias do Tocantins e de orientações pedagógicas de como se usar as denominações nativistas, os periódicos abrem espaço para o debate sobre a redivisão territorial do país, com amplo espaço para pregação em torno da criação do Estado do Tocantins, defendida principalmente pelo seu líder Feliciano Machado Braga. Instado pelo *O Estado do Tocantins*, veículo porta-voz do movimento, ele tenta mostrar que a ideia vinha de longe, sugerindo tradição.

A ideia de formação de uma unidade à parte de Goiás vem de longe. Nos anos de 1821 a 1823, houve um governo do Norte com sede sucessiva e, respectivamente, nas cidades de

Cavalcante, São João da Palma, hoje Paranã, e Natividade. No tempo do Império, o então deputado pela província, Visconde de Taunay, prognosticou a sua divisão em duas grandes zonas, ambas com sobejos elementos do engrandecimento (Braga, 1958, p. 1).

O movimento pela criação do Estado do Tocantins, liderado pelo juiz Feliciano Machado Braga, estimula o debate em torno da redivisão territorial do Brasil e faz surgir uma série de propostas, que eram apresentadas sobretudo por meio da imprensa. A proposta da criação de um partido com esta finalidade é defendida pelo farmacêutico e jornalista Osvaldo Ayres, editor do periódico *A Norma* e um dos principais articulistas políticos de sua época.

A nosso ver e na sua e na conformidade das leis vigentes, poder-se-ia fundar-se-ia um partido em âmbito Nacional, tendo por principal objetivo no seu programa a redivisão territorial do país, um dos problemas que reputamos da máxima importância e cujo solucionamento traria melhoras extraordinárias para toda a Nação (sic) (Ayres, 1958, p. 4).

Efeitos discursivos

O estudo constatou que a terminologia Tocantins ganhou enorme popularidade neste período, dando nome a empresas, produtos e até nomes de pessoas. Anúncios dos jornais da época revelam o surgimento da Cachaça Tocantins, Pensão Tocantins, dentre outros. “Experimente aguardente de cana Tocantins. A melhor! Bem melhor! Muito melhor que qualquer outra! (Ecos do Tocantins, 1957, p.4), dizia o anúncio da nova bebida que chegava ao mercado. O anúncio teve presença constante nas edições do semanário a partir desta data.

Outro aspecto que revela o engajamento da opinião pública com a ideia da criação do Estado do Tocantins é a antecipação da nova unidade federativa na identificação do endereço para correspondência. “Compra e venda de fazenda no Norte de Goiás – Futuro Estado do Tocantins” (Ecos do Tocantins, 1957, p.1), enunciado de um anúncio publicitário da empresa Comercial Imobiliária Tocantins e Araguaia Irmãos Barros, reflete um pouco o clima de otimismo com a mobilização autonomista e o desejo de ver impresso em papel o timbre do novo estado.

Textos autonomistas

A ideia do norte de Goiás como um eldorado brasileiro encoberto, à espera de exploração, não é uma criação dos nortenses, nem tão pouco dos jornalistas tocantinos engajados, mas de fontes externas, dentro de uma tradição que via o interior do país como um espaço vazio à espera de exploração. As publicações especializadas eram mais contundentes no uso deste expediente, como, por exemplo, a Revista Informação Goyana, produzida no Rio de Janeiro por um grupo de jornalistas de Goiás, com o objetivo de projetar o Estado no cenário nacional. Na edição de 15 de agosto de 1917, recorreu à ideia de eldorado para descrever o potencial do norte de Goiás.

O Norte Goyano, isolado do resto do paiz, com suas fabulosas riquezas e aspectos phisicos os mais interessantes, é um mundo extraordinário de revelações e surpresas, um braço do gigante Brazil atrophiado pela incúria criminosa dos poderes competentes pelo abandono a que foi condenado (A Informação Goyana, 1917, p.9).

Narrativas dos jornais do norte de Goiás revelam que alguns jornalistas de determinados periódicos, que circularam nas décadas de 50 e 60, atuaram como produtores, reprodutores e difusores de ideias autonomistas do Tocantins. Para tanto, bebiam na fonte da tradição. Os textos ou ideias autonomistas que inspiraram os movimentos pela criação do Estado do Tocantins deitam raízes.

O presente estudo identificou pelo menos três fontes distintas de produção destes discursos: os projetos de redivisão territorial do Brasil, que começaram a tomar espaço no debate público ainda no Brasil Império e que faziam referência à necessidade de dividir a província de Goiás em duas; relatos dos viajantes que percorreram a região em expedição de estudos e desbravamento, cuja representação mais recorrente era a de um eldorado encoberto.

Em sua expedição Roteiro do Tocantins, realizada em 1932, Lysias Rodrigues conta que, em todo o percurso, ouviu relatos de moradores dando conta da existência de minerais. Já na reta final da expedição, ainda reagia com estupefação aos relatos e, às vezes, parece agir com ironia ao saber de novas descobertas minerárias. “Não há lugar do Tocantins em que se chegue que não falem das riquezas que há. Aqui falaram-nos também delas. Ouro, diamantes, gesso, carbonatos e um mineral desconhecido” (Rodrigues, 2001, p.161).

Dez anos depois, em 1944, ao apresentar o seu projeto de criação do Território Federal do Tocantins, o aviador responsável pela abertura da Rota do Tocantins, uma nova rota aérea brasileira, recorreu aos relatos que colheu durante a missão para fundamentar a importância da criação da nova unidade da federação, que se projetava como uma província mineral de enorme potencial.

Vasta e fecunda região, regada por dois caudalosos rios, os maiores do mundo franeas aquavias da civilização, os tocaninenses na sua secular odisseia de meros contribuintes, ainda não tiveram um lugar condigno ao sol e esperam, há mais de duzentos anos, a alvorada de sua prosperidade, no rol dos centros civilizados (Conceição, 1957, p.1).

Na análise das narrativas sobre a formação do Tocantins, observam-se discursos e contradiscursos, construções e desconstruções, o que comprova a busca por um discurso próprio, autônomo, formulado a partir da realidade concreta e material da região, inspirado nas representações identitárias construídas ao longo da ocupação e desenvolvimento de Goiás. O discurso autonomista era uma forma de luta e resistência contra a dominação.

Discussão

Os jornais do norte de Goiás não se diferenciam muito dos seus congêneres do sul de Goiás ou de qualquer outra região do país, a não ser na feição gráfica e acabamento final. Em geral, eram graficamente mais acanhados, resultado dos equipamentos tecnológicos empregados na sua produção. Do ponto de vista do conteúdo editorial, não havia nenhuma diferença.

Tem um aspecto, porém, que não apenas os diferencia, mas os define enquanto imprensa regional do norte de Goiás: a defesa da região à qual estavam inseridos, de tal forma que o posicionamento editorial se transforma em identidade. Historiadores goianos distinguem jornais do norte de Goiás com a classificação de defensores do Norte.

Jornais e jornalistas do Norte vivenciaram a experiência da construção do Tocantins, enquanto líderes debatiam a necessidade e a possibilidade de autonomia da região. Jornais e jornalistas do norte de Goiás atuaram na construção e ressignificação de representações simbólicas identitárias tocantinas, contribuindo para a formação de uma identidade regional que justificaria a ideia de autonomia, cultivada como forma de superação da condição de subdesenvolvimento.

Esse dado se torna muito mais relevante quando vemos que o projeto de criação do Estado do Tocantins não foi uma ideia que nasceu na região norte de Goiás e vazou para fora, pelo contrário, a ideia veio de fora e, aos poucos, foi conquistando a opinião dos nortenses. Em apenas dois momentos, o assunto foi pautado por iniciativa dos nortenses: a mobilização de 1945 em apoio ao projeto de criação do Território Federal do Tocantins, lançado em Miracema do Tocantins e Pedro Afonso; e, em 1956, com o Movimento pela Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins, lançado em Porto Nacional, liderado pelo juiz de direito Feliciano Machado Braga. Em 1945, a ideia de mobilização foi local, mas o projeto era de fora. Foi proposto pelo Major-Aviador Lysias Rodrigues, em 1944.

Não é possível estabelecer uma relação direta entre uso da terminologia Tocantins e o movimento pela criação do Estado do Tocantins, lançado em Porto Nacional, em 1956, mas observa-se uma popularização do termo a partir do advento dessa mobilização. Antes, pelas próprias narrativas dos jornais considerados “autonomistas”, como o *Ecos do Tocantins*, o uso de norte de Goiás como denotativo geográfico regional era largamente aceito sem objeções, como se verifica em textos tanto de autoridades, colaboradores e leitores.

É o norte de Goiás vasta região de terras férteis: tem, como linhas mestras da sua grandeza, estas duas artérias fluviais, - Tocantins e Araguaia majestosos; em seu subsolo está em reserva o potencial econômico do nosso Estado – Goiaz, berço adotado de Couto Magalhães.

A natureza caprichosa encarregou-se de embelezá-la, com paisagens deslumbrantes, reservando-lhe grandes fontes de riqueza, dotando-o das mesmas palmeiras encantadoras que inspiraram, nos seus ritmos, o grande poeta Gonçalves Dias, - glória do Maranhão.

O povo do Norte de Goiás espera a continuação da obra do Presidente Dutra que é a estrada Anápolis-Belém, melhoramento inestimável para o vale do Tocantins, causa que por si só resolverá os nossos problemas, dando mais tarde, equilíbrio a este grande Estado, elevando-o ao nível das outras grandes unidades da federação (Silva, 1951, p. 3).

Em mensagem de saudação ao *Ecoss do Tocantins*, o deputado federal João D'Abreu, representante do norte de Goiás no Congresso Nacional, assim se expressa: "Foi de real agrado a leitura do magnífico hebdomadário, que me veio cheio de preciosas notícias deste meu Norte sonhado e querido" (D'abreu, 1952, p. 1).

O professor da Faculdade de Direito de Goiás, Ernani Cabral, em artigo intitulado *Esforço Construtivo*, fala da importância do trabalho dos jornalistas da região.

Estas palavras são de incentivo e aplauso. Incentivo ao arrojo, á abnegação e aos esforços dos jornalistas do norte goiano; aplauso àqueles que, enfrentando todas as dificuldades, dão uma afirmativa de que são capazes de realizar uma ideia, a que estão jungidos por patriotismo, espírito de sacrifício e abnegação (Cabral, 1952, p.1).

O próprio articulista João Fernandes da Conceição, em suas colaborações no *Ecoss do Tocantins*, não utilizava a terminologia Tocantins. Antes do manifesto de 1956, seus textos se referiam ao norte de Goiás, até quando se aludia a ideia de autonomia. "O Norte basta-se a si mesmo se os homens de bôa vontade se unirem e aproveitarem as incalculáveis reservas que a natureza prodigamente dotou à região privilegiada do Tocantins e Araguaia, dois brigarem perdidos, aquavias colossais do Setentrião Goiano" (Conceição, 1954, p.3).

A criação do Estado do Tocantins perpassa todas as constituições brasileiras. O debate sobre a redivisão territorial do Brasil sempre ocupou espaço nas constituintes, desde 1824 até 1988. A criação do Estado do Tocantins esteve nos embates dos constituintes, sempre no bojo de projetos geopolíticos que propunham uma nova configuração geográfica para o país. Em todos esses momentos sempre houve grande resistência às propostas de redivisão territorial do Brasil, principalmente pela possibilidade de alteração da representação política regional, com efeitos na configuração política oligárquica predominante, a partir da dominação dos feudos regionais.

A imprensa no norte de Goiás se configura como espaço de resistência, de combate e de construção da identidade tocantinense. Pode-se afirmar que, quando o Estado foi criado formalmente, o Tocantins já existia no imaginário coletivo como unidade territorial autônoma, com um povo, uma cultura e costumes bem delimitados, e separados de Goiás.

Compreendendo a imprensa aqui como um espaço de disputas, "em que aparecem organizações e pessoas das mais diversas situações social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações" (Sodré, 1993, p. 1), pois é no campo da disputa que se articula a imprensa regional.

A Imprensa, que não é grande – local, regional, alternativa, popular, de resistência, nânica, radical – articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais (Cruz; Peixoto, p. 269, 2007).

A chegada da imprensa na região, com mais de 60 anos de atraso em relação ao sul, é um fenômeno tardio, mas um acontecimento que marca o início da transformação do Norte em Tocantins, bem antes da criação do Estado. O Arauto da modernidade contribui para popularizar a ideia de criação do Estado dentro e fora da região. Ao longo de um século de trajetória da imprensa no norte de Goiás, observa-se, nas narrativas dos periódicos de qualquer época, a presença de elementos identitários.

É preciso ressaltar que a contribuição da imprensa na formação do Tocantins não se deu de forma deliberada, mecânica ou automática, o que sugere engajamento ou algo parecido. O engajamento da imprensa na luta pela criação do Tocantins acontece quando os movimentos autonomistas sentem a necessidade de mobilizar a opinião pública, objetivando criar um sentimento popular em torno da causa.

Neste sentido, pode-se inferir que o campo de lutas dos jornais do Norte era a busca pela superação das desigualdades regionais, flagrantemente desfavorável ao norte, e que os jornais não se cansavam de buscar explicação: um assunto sempre atual, urgente e mal explicado.

A contribuição da imprensa na formação do Tocantins se deu numa perspectiva dialética, em que se compreende o Tocantins como resultado também de suas contradições, forjadas em campos de lutas com avanços e recuos.

A cobertura da pauta regional, a partir do lugar de fala do sujeito nortense, ponto de referência dos jornais do Norte e que os define como periódicos vinculados a uma determinada região, também confirma essa contribuição por evidenciar as desigualdades regionais entre norte e sul e por alimentar o sentimento autonomista na memória coletiva.

Temis Parente avalia que os jornais fizeram o movimento pela criação do Estado do Tocantins romper fronteiras, alcançar as autoridades de Goiás e atingir um público mais amplo, inclusive de fora do Estado.

As análises indicam inconsistência na abordagem que tenta classificar jornais e jornalistas do norte de Goiás a partir do pressuposto de quem era a favor ou contra a criação do Estado. Essa divisão, que parece ajudar a explicar algo sobre a imprensa da época, não se sustenta. Simplesmente porque todos os jornais do Norte, com raras exceções, defendiam intransigentemente os interesses do Norte. E isso era o bastante.

A ideia de autonomia do Norte estava implícita na luta em defesa da região, que mobilizou toda a imprensa local, ainda que, em alguns momentos, essa pauta estivesse invisibilizada. Cada jornal, ao seu modo e ao seu tempo, se colocava em defesa dos interesses do Norte. As narrativas que analisamos para este trabalho deixam isso bem claro que os jornais serviam aos interesses da região, de acordo com as elites dominantes que ocupavam os cargos de representação regional.

Há que se considerar as especificidades de cada veículo, linha editorial e missão a que se prestava ao analisar o tratamento da pauta regional. Houve um tempo em que defender os interesses da região era ser a favor da criação do Estado do Tocantins. Os jornais desse período, na década de 50, a partir do movimento de proclamação do Estado do Tocantins, em Porto Nacional, liderado pelo juiz Feliciano Machado Braga, assumiram posição de engajamento. Foi um momento de acirramento da luta que alterou a postura da imprensa.

O que parece ser uma transformação natural é resultado de um trabalho bem planejado, mediado pela imprensa, que buscava despertar no nortense um sentimento de pertencimento ao Tocantins.

As manifestações pela criação do Estado não chegaram a provocar o impacto político capaz de mobilizar as forças regionais em torno da causa, mas impactaram a opinião pública, que passou a valorizar mais a identidade tocantina. Pode-se dizer que o movimento não foi bem-sucedido na articulação para criação formal do Estado, mas foi fundamental para a formação do Tocantins.

Nas páginas dos jornais, opera-se uma mudança importante: o norte de Goiás torna-se Tocantins, fundamentos que viriam a ser o Estado do Tocantins. A tensão entre Norte e Tocantins era uma tensão entre o tradicional, superado, e o novo, que ainda não se sabia o que viria a ser. Uma ideia nova que iluminaria o velho a partir de um novo olhar, de uma nova atitude, indicando um novo rumo onde tudo seria possível.

Jornais e jornalistas das décadas de 50, em suas narrativas, reproduzem esta dicotomia: o Norte era problema, Tocantins, solução. A repulsa ao Norte de Goiás fazia parte do trabalho de construção da identidade tocantina. O Norte já não representava mais a região que ansiava por mudanças e via o Tocantins como a oportunidade da região se inserir no novo contexto brasileiro, a partir da transferência da capital do país para o Planalto Central.

A análise das narrativas desses periódicos comprova uma mudança de mentalidade regional com a rejeição da designação norte de Goiás, que passa a ser vista como representação pejorativa que aludia subdesenvolvimento, isolamento e abandono e a substituição por Tocantins, com a conotação positiva de nova fronteira de desenvolvimento, que seria alcançado com a conquista da autonomia e a superação do estado de decadência em que o Norte se encontrava.

Jornais e jornalistas do Norte de Goiás participaram da formação do Tocantins. As narrativas dos periódicos, carregadas de representações identitárias, contribuíram para a construção de uma nova representação do território. A valorização da pauta regional revela como esses jornais influenciaram as transformações da região.

Na cobertura das pautas regionais, os periódicos difundiram representações identitárias do Tocantins, que deram suporte ao discurso de redivisão territorial que objetivava a criação da nova unidade da federação. Essa contribuição se deu de várias maneiras, como se observa a seguir:

1. Jornais do norte de Goiás produziram, difundiram e ressignificaram representações identitárias tocantinas nos campos da cultura, da economia e da paisagem natural, que influenciaram as transformações do norte de Goiás, que se tornaria Estado do Tocantins.
2. Não apenas os jornais, mas também os jornalistas atuaram na produção, difusão e reprodução de representações simbólicas identitárias do Tocantins, ressignificando movimentos, manifestações e opiniões favoráveis aos desejos de autodeterminação da gente da região.
3. Os jornais do norte de Goiás, independente de engajamento, contribuíram para a construção de uma nova identidade regional que se contrapunha à representação tradicional de “peso morto”, largamente difundida por fontes oficiais e que visava descredibilizar projetos autonomistas.
4. Por meio dos jornais, as representações identitárias do Tocantins alcançaram o grande público, contribuindo para despertar o sentimento de pertencimento à região, o que resultaria em apoio popular à causa autonomista.
5. Representações simbólicas identitárias do Tocantins, mediadas pela imprensa, deram sentido e legitimidade ao discurso autonomista, atribuindo tradição e sentimento popular ao desejo de autonomia da região.
6. Os jornais do norte de Goiás cumpriram papel destacado na transformação da região, visto que se tornaram palcos privilegiados de debates, por onde circulavam representações simbólicas identitárias do Tocantins.

Considerações finais

De acordo com historiadores da imprensa no Brasil, pode-se anuir que os primeiros jornalistas do norte de Goiás foram os primeiros construtores do Tocantins, tendo em vista o papel da imprensa na formação do Norte como território dotado de singularidade e de desejo de autonomia.

O embate entre as representações norte de Goiás e Tocantins revela a intencionalidade de jornais e jornalistas na tentativa de criar uma nova mentalidade regional, tendo o desejo de autonomia como um traço identitário que se firmou como tradição no imaginário coletivo, o que indica atuação na constituição de nossos modos de vida. Revela, ainda, o desejo de superar a condição de norte e tudo que o termo representava para os nortenses: atraso e estagnação.

As duas denominações continuaram sendo usadas, mas é evidente a mudança ocorrida. Tocantins conquistou enorme simpatia popular e passou a ser empregado de forma deliberada. Passou a servir para denominar estabelecimentos comerciais, marcas de produtos e até nome de pessoas.

Criar uma mentalidade tocantinense era bem a medida da atuação dos jornalistas engajados na imprensa do Norte de Goiás. Por meio de uma série de textos – artigos, crônicas,

entrevistas, poemas – criaram e ressignificaram representações identitárias tocantinas. Desejavam, com esse trabalho, revelar a alma tocantina, despertar o jeito de ser do tocantinense, a identidade desse goiano que não se via mais como tal.

Referências

A INFORMAÇÃO GOYANNA. Um mundo desconhecido. **A Informação Goyana**, ano I, nº I, Rio de Janeiro, 1917.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Coisas**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

AYRES, Osvaldo. Pontos de Vista. **Jornal Ecos do Tocantins**, Pium, 8 de março, nº 471, 1958.

BARBOSA, Marialva. “Como escrever uma história da imprensa?”. In: **Grupo de trabalho história do jornalismo**, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**/Pierre Bourdieu: introdução, organização e Seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Feliciano Machado. O Estado do Tocantins Através da Palavra do Seu Líder. **Jornal Ecos do Tocantins**, (transcrito do jornal O Estado do Tocantins), n 477, Pium – GO, 19 de abril de 1958.

BUCAR, Ruy Alberto Pereira; PORTO, Francisco Gilson Rebouças. Jornais do norte de Goiás: leituras do passado e possibilidades de escrita da história. **Revista Humanidades & Inovação**, Unitins, Palmas, 2020.

CABRAL, Ernani. Esforço Construtivo. **Ecos do Tocantins**, nº 38, Pium, 20 de abril de 1952.

CERQUEIRA, Ananias Pinto. Ecos do Tocantins. **Ecos do Tocantins**, nº 8, Pium, 16 setembro de 1951.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. Estudos Avançados. **Revista das Revistas**, 1991.

CONCEIÇÃO, João Fernandes da. Mensagem aos Garimpeiros. **Ecos do Tocantins**, nº 160, Pium, 19 de fevereiro de 1954.

CONCEIÇÃO, João Fernandes da. Ao povo tocantinense. **Jornal Ecos do Tocantins**, nº 420, Pium, 26 de fevereiro de 1957.

CONCEIÇÃO, João Fernandes da. Impressões de viagem. **Jornal Ecos do Tocantins**, Pium, ano VII, nº 469, p. 2, 22 fevereiro, 1958.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversa sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

D'ABREU, João. Mensagem de Saudação. **Ecos do Tocantins**, nº 36, Pium, 6 de abril de 1952.

ECOS DO TOCANTINS. Experimente aguardente de cana. **Ecos do Tocantins**, nº 424, Pium, 23 de maio de 1957.

FOLHA DO NORTE. O Programa. **Jornal Folha do Norte**. Porto Nacional, 3 de julho de 1891.

FREIRE, Fabrício César. Política Tocantinense. **Ecos do Tocantins**, nº 485, Pium - GO: 14 de junho de 1958.

FREIRE, Fabrício César. T do Tocantins. **Ecos do Tocantins**, Pium, ano VII, nº 481, p. 2, 17 de maio de 1958.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2003.

HOBBSAWM, Eric & Ranger Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JARDIM, A. F. de Bulhões. Calendário para o ano de 1887: Compto Ecclesiastico. **Almanak de Goyaz**. Goyaz, 1887.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MIRANDA, Ana Brito. **História de Pedro Afonso**. Goiânia: Oriente, 1973.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs.), 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. Proj. História – PUC -SP. São Paulo, 1993.

O CRUZEIRO. **O Estado do Tocantins**. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1956.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão, Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 1997.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. 2ª ed. Goiânia, editora UFG, 2003.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **Roteiro do Tocantins**, 4ª edição. Palmas, 2001.

SILVA, Pedro Matos da. O Norte de Goiás. **Ecos do Tocantins** nº 4, Pium, 12 de agosto de 1951.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

SOUSA, Jorge Pedro. **As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e José Manuel Tengarrinha**. XXIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, 2018.

TEIXEIRA NETO, Antônio. A certidão de nascimento de Goiás. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, nº 23. Goiânia, Kelps, 2011.

ATENEU RÊGO SANTOS: ESCULTOR DO JORNALISMO NO ECOS DO TOCANTINS

Ruy Alberto Pereira Bucar²

Introdução

Ateneu Rêgo Santos é um nome emblemático na história da imprensa do norte de Goiás, campo de estudo ainda em construção. Ele editou dois periódicos importantes da chamada imprensa engajada do norte de Goiás, o *Ecos do Tocantins*, um marco do jornalismo na região e o primeiro diário tocantinense, criado pelo instigante jornalista Trajano Coêlho Neto; e o *Anuário do Tocantins*, revista criada com o objetivo de divulgar o potencial econômico da região. Maranhense de Carolina, Ateneu chegou a Pium na década de 50 com a experiência de ter atuado em dois grandes jornais da época, *A Tarde*, de sua cidade natal, e o *Jornal do Planalto*, de Formosa, no sul de Goiás.

Os relatos orais são de suma importância para que possamos compreender o papel exercido pela imprensa naquele período. O depoimento do jornalista Ateneu Rego Santos é bastante esclarecedor, por se tratar de um personagem que viveu aquele período, sendo, portanto, uma testemunha viva da atuação da imprensa na década de 50. Época de ativa mobilização pela autonomia da região e de jornais engajados nessa luta. O trabalho busca contribuir para a ampliação das fontes históricas destinadas à construção da historiografia da imprensa tocantina, bem como compreender a contribuição da imprensa para a formação do Tocantins, considerando-a, neste estudo, como mediadora de interesses e espaço de debate na esfera pública.

² Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT). Especialista em Ensino de Comunicação e Jornalismo pela (UFT). Especialista em Marketing Político pela (UniCatólica), Especialista em Gestão Pública e Qualidade do Serviço (Unitins). Graduado em Jornalismo UFG. Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: ruybucarjornalista@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6440577570285923>. ORCID:<https://orcid.org/0009-0000-1490-4009>

Figura 1. Atuação de Ateneu no periódico Ecos do Tocantins



Fonte: Ecos do Tocantins (1956). Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=106&EDI_IDEN=7573. Acesso em: 24 mar. 2026.

O que o motivou a abandonar a editoria do *Ecos do Tocantins* e trocar o norte de Goiás por São Paulo?

Essa foi uma decisão própria de quem precisava mudar. Ali, apesar de tudo, do amor que se tinha pela localidade, era um lugar difícil de se desenvolver e de criar uma família, era mais difícil do que na cidade. Eu me casei lá. Ali nasceram três filhos. Esses rapazes que tomam conta da fábrica aqui, três deles nasceram em Pium. Então, naquela época, eu já tinha aqui, em São Paulo, os meus irmãos, eles estavam colocados, trabalhando, e insistiam sempre para que eu viesse para cá. Eu tive que optar: ou ficar lá e trabalhar daquela forma, sem muita ajuda, sem muita oportunidade de desenvolvimento, ou me aventurar mais uma vez em outro lugar, que era mais difícil ainda, e eu também não estava preparado para chegar aqui.

Era uma diferença muito grande, de uma cidade daquele porte para uma metrópole como é São Paulo, isso aqui. Mas eu considero que tenha sido bem-sucedido aqui, porque foi muito devagar, era uma indústria pequena, caseira, era só a minha mulher que trabalhava, os meus cunhados, poucas pessoas, e, para aquilo, foi preciso contratar o primeiro operário, o segundo operário. Quando a gente tinha uns 20 funcionários, mais ou menos, surgiu essa oportunidade de comprar um terreno aqui em Itaquaquecetuba, que é próximo de onde eu estava, em São Miguel Paulista, que fica a 10 quilômetros daqui.

Então começamos a instalar essa empresa aqui, já com o nome Plásticos Rode Ltda., e fomos desenvolvendo aos poucos. Hoje são meus filhos que dirigem. Eu tenho quatro filhos aqui: um que é o diretor geral; outro que é o técnico, esse é formado em desenho industrial e é o que coordena a parte técnica da empresa, a automação, essas coisas; é ele quem faz. Tem um outro que é administrador de empresas, lida com a área comercial, e outro que trabalha na parte de desenhos.

Eu considero que a gente, apesar de ter uma empresa pequena, é uma empresa estável, e a família foi construída de uma forma modesta, e a gente está bem, graças a Deus. Eu tenho os filhos todos adultos, a maioria casados, cinco casados e dois solteiros. Tenho bastante netos. Tem um grupo aqui que nós nos reunimos aos domingos e nos feriados, que junta toda a família Rego Santos aqui de São Paulo.

Qual é a impressão que o senhor tem do que está acontecendo na antiga região do norte de Goiás após a transformação para Estado do Tocantins?

A impressão que eu tenho é a melhor possível. A gente fica naquela vontade de participar daquilo lá, eu vou lá e me dá vontade até de voltar a morar lá. É o mesmo quando a gente vem para essa região aqui, a gente tem também um envolvimento muito grande, apesar de estarmos divididos, mas, por causa da comunicação, nós estamos quase integrados lá também. Uma vez por outra, eu volto a Paraíso do Norte (Paraíso do Tocantins), onde ainda tenho familiares, vou a Palmas e até ao norte do Tocantins. Eu tenho parentes em Filadélfia do Tocantins, de modo que ainda me sinto de lá. Eu diria que, com essa integração, eu vivo aqui e lá.

Como surge Pium na sua trajetória de vida e como se deu o convite para gerenciar o *Ecos do Tocantins*?

Eu cheguei a Pium sem nenhuma ideia de jornalismo. Vim como um garimpeiro comum, de Carolina (MA), onde eu morava. Lá, eu já tinha sido gráfico e trabalhava no jornal, mas não em termos de direção do jornal, eu dirigia apenas as oficinas. Mas trabalhei um longo tempo no jornal *A Tarde*. E, aos 20 anos de idade, vim para o garimpo de Pium, na aventura, como garimpeiro, vim procurar emprego.

Trabalhei algum tempo no garimpo, e, com o fracasso do garimpo, eu tive a oportunidade de viajar para o sul de Goiás, onde trabalhei no *Jornal do Planalto* (Formosa), onde escrevia. Mais tarde, me transferi para São Paulo em busca de emprego, ficando só um ano aqui. Quando surgiu a oportunidade de voltar, aí sim, já com idade de cuidar de restabelecer a circulação do *Ecos do Tocantins*. Foi aí que começou o tempo em que eu trabalhei no *Ecos do Tocantins*, e, durante esse período, nós criamos também o *Anuário do Tocantins*.

Com que equipe o senhor contava e qual era a estrutura para tocar um empreendimento jornalístico como aquele do Ecos que produzia também outros periódicos da região?

Olha, a gente dispunha de uma oficina pequena. A gente tinha ali em torno de oito ou dez fontes de títulos, máquina pequena, uma prensazinha manual, e mais mesas e pequenos acessórios que ajudavam a gente a juntar os tipos. Oficina onde os componentes e operários ajudavam a compor os tipos. Tudo era feito manualmente, e a tinta e o papel a gente trazia das cidades de Anápolis e de Goiânia, de modo que era uma oficina pequena, bem artesanal mesmo, uma coisa quase que primitiva, mas, na época, era como se usava fazer o jornal.

Os grandes jornais eram um pouco melhores, mas não era tão melhor do que aquilo não. Ainda eram os mesmos tipos usados em todo o Brasil. Já havia aquelas máquinas que hoje já caíram também, que era o linotipo. O linotipo era usado em muitos lugares, mas lá nós não tínhamos. De modo que só depois que eu voltei para São Paulo é que eu vim conhecer o linotipo.

Quantos profissionais formavam a equipe responsável pela produção do Ecos?

A equipe era pequena. Eu comecei ajudado por Joca Santos, que morava em Cristalândia e veio me ajudar nos primeiros dias, primeiros meses em que eu trabalhei, pois ele também era gráfico e tinha trabalhado comigo lá em Carolina. Mas, logo, ele precisou se afastar, e nesse período, eu fui a Carolina para conseguir um amigo meu de trabalho lá, que era o Luís Moura. Ele veio para ajudar, e conseguimos também alguns auxiliares lá mesmo de Pium.

Tivemos de ensinar até juntar os tipos. Bartolomeu Maracaípe que foi o primeiro, o irmão dele, que não me recordo o nome dele, também trabalhou por alguns dias. Algumas mocinhas, que eu já não me recordo os nomes, que elas me desculpem, mas eu me lembro de todas. Mas não era mais do que três ou quatro pessoas ali. O básico mesmo era o Luís Moura, que era o funcionário que veio como gráfico lá de Carolina e o Maracaípe. Esses dois andavam juntos comigo. Eu também pegava os tipos, ajudava na paginação, na revisão e administrava tudo aquilo.

Demorava quanto tempo para rodar o jornal?

Nós fazíamos uma vez por semana, só que havia tempo, durante a semana, a gente fazia uma página por dia, montava uma página, imprimia aquela página. No dia seguinte, uma segunda página, e na sexta-feira estava pronta a última página, que a gente deixava para imprimir na véspera do domingo, que era o dia de circular o jornal e se surgisse alguma notícia encaixava, sendo que já estava pronto o jornal.

O importante era a assiduidade com que o jornal circulava, ele não falhava um dia. Todos os domingos, o pessoal podia receber o jornal em casa. Tinha uns garotos que estavam distribuindo, e esse jornal levava as notas sociais, algumas notícias de personalidades que visitavam as cidades, comentários, notícias da política local.

Pelo registro na coluna social a redação era bastante visitada, sempre tinha ali um resumo das pessoas que visitaram a sede do jornal?

Havia uma curiosidade grande. Inclusive, algumas pessoas, às vezes, que viajavam, alguns turistas ou gente que ia lá conhecer o garimpo e se surpreendiam com o jornal. Nós tivemos pessoas importantes, alguns estrangeiros que passavam. Teve um cidadão, um americano, que queria que a gente fotografasse o jornal para ele levar. Então, o jornal era muito visitado, quem visitava a cidade sempre fazia uma visitinha à gráfica do *Ecos do Tocantins*.

O jornal foi fundado por uma espécie de cooperativa em que várias pessoas compraram cotas e se tornam coproprietários. O senhor tem mais informações sobre este processo de criação do Ecos?

Essa particularidade aí não foi bem no meu tempo, quando eu cheguei, a oficina já estava montada. Algumas informações davam a crer que realmente houve um grupo que se reuniu e ajudou a montar a oficina. Um grupo menor dava colaborações pequenas, dentro da própria cidade, aquela colaboração era quase que uma assinatura por antecipação.

Foi corrida uma lista daquelas pessoas principais de Pium, e deram aquela colaboração, e num outro grupo que realmente apareceu mais, foi mais substancial para aquisição da oficina. Se não me engano está incluído Evertino Barros e outras personalidades como ele, que eram amigos do Trajano, gente do garimpo, que tinha mais condições, não sei se até o próprio Pedro Castanheira. Esse pessoal todo contribuiu, todos estavam lá e era tão pouca gente ali, que todos tinham que contribuir realmente. Não acredito que tenha sido um valor tão alto assim para comprar, porque, na época, não era tão caro assim.

Como funcionava este sistema de assinatura em que era enviado um exemplar como sinal de oferta de assinatura, quem não quisesse deveria devolver o exemplar?

Era para forçar um pouco a divulgação do jornal e, mesmo, a manutenção, e isso era uma coisa que funcionava. Se a pessoa devolve o jornal, não quer, mas o importante não era devolver o jornal, mas ficar com o jornal. Mesmo quando a pessoa nos devolvia, continuávamos mandando, nosso interesse era que a pessoa ficasse com o jornal, pois jornal que não é lido não é jornal.

Registros dão conta que o Ecos era distribuído para todos os municípios de Goiás, e para todo o Brasil. Como era possível distribuir um jornal sem agência dos Correios em Pium, sem transportes terrestres?

Todos sabem que o jornal, que o impresso, tem aquela parte que é um exagero na tiragem; isso é comum nas cidades, mas, no nosso caso ali, isso era praticamente cumprido. Quando se diz que ele era distribuído em todo o Brasil, realmente era, só não era em cada casa do Brasil, mas ele era enviado para todas as capitais do país, para todas as bibliotecas públicas, todos os órgãos oficiais, para quem nós tínhamos que mandar esse jornal ele era mandado.

Nós tínhamos correspondentes em várias cidades: Carolina (MA), Araguacema (TO), Conceição do Araguaia (PA), Porto Nacional (TO), pessoas que não eram remuneradas e não era nada, mas que gostavam do jornal e nos representavam em cada cidade. Essas pessoas conseguiram alguns assinantes por lá, e nós mandamos para os assinantes e quando não tínhamos assinantes nós mandamos um número de jornais para que eles distribuíssem. Não era muitos jornais, pois era difícil ter uma tiragem tão grande, além do custo. Nós não tínhamos correios, mas a distribuição era feita dessa forma. É incrível como uma cidade tinha um jornal e não tinha correio. Então, subscritava os pacotinhos de jornais e levávamos para os correios de Porto Nacional, e muitas vezes por portadores que viajavam muito.

Tem uma passagem no jornal que falava da entrega de correspondências que não eram distribuídas, e listava o nome das pessoas para buscar na sede do *Ecos do Tocantins*, era uma caixa postal em função da inexistência dos Correios?

Lembro sim, eram correspondências que chegavam, e às vezes as pessoas não eram conhecidas, e era também uma maneira de mostrar o jornal lá fora, quem lia o jornal via que ele era diversificado, estava prestando serviço, sendo útil e existiam realmente essas correspondências.

Como era possível publicar a lista de todas as pessoas que viajavam, que saíam e que chegavam a Pium?

Era muito simples, a função do jornalista é pesquisar, e nós tínhamos uma boa relação com a agência de passagens. Lá, então, nós pegamos a relação de passageiros com destinos e tudo; às vezes, também citamos quem vinha por alguma causa e registramos tudo.

No *Ecos do Tocantins* não havia espaço para erratas, mas foi publicada uma notícia dando conta da morte de uma pessoa e depois ela apareceu viva e o jornal teve que se desculpar, o senhor se lembra desse fato?

Não. Não foi da minha época. Deve ter sido antes de mim ou mesmo no meu tempo e eu não lembro dessa ressalva.

Alguns aspectos interessantes do jornal que chamam atenção como, por exemplo, uma coluna social bastante diversificada, com aniversários detalhados, com missas, como era esse trabalho?

Nós fomos formando um arquivo com os aniversariantes que oficiaram, e também as próprias pessoas conhecidas nossas iam nos dando elementos, as pessoas comunicavam, elas gostavam de ver os nomes em letras de fôrma, de fato que nasceu uma criança já ficava registrada no jornal. Era uma forma de agradar os nossos leitores e tornar o jornal interessante à comunidade.

O senhor tinha consciência de que o jornal causava enorme impacto quando circulava, tinha a convicção de que era um modelo de jornalismo eficiente?

Eu creio que sim, porque eu cresci dentro do jornal e fazia a mesma coisa, isso eu aprendi desde jovem, lidar com leitores, e até estranho aqui em São Paulo os nossos jornais de bairro eles não têm essa preocupação, não se dedicam muito a isso. Você recebe o jornal do bairro e não se encanta muito com as matérias, elas são confusas, são meio do bairro, meio das cidades. São mais do ponto de vista político do que social.

Pela análise do conteúdo jornalístico é possível constatar que o jornal foi muito coerente com a sua linha editorial, se considerava político, opinativo e independente e conseguiu ser. Como o senhor avalia o cumprimento da missão?

O jornal para ter sucesso, na minha opinião, tem que ser aceito pelo público. Ele é feito para um determinado público, para aquela localidade ele cumpriu a sua função. Outra coisa, o jornal tem a personalidade de quem o dirige, se ele muda muito de dono, ele muda de personalidade.

O *Ecos do Tocantins* já tinha uma personalidade, quando eu cheguei e que era um tipo de jornal enquadrado naquilo que eu também pensava. Eu apenas dei seguimento àquilo que já existia e por isso tinha mais tempo de me dedicar aos pequenos detalhes, e estava sempre atento a tudo que interessava ao jornal.

O Trajano era polêmico em seus artigos, e nas suas ligações políticas, era natural receber pressão, mas e o senhor recebia pressão de alguma forma, ou sempre fez o trabalho com liberdade?

Eu fiz sempre com muita tranquilidade e liberdade, primeiro porque não sentia pressão nem do próprio Trajano, aquilo que eu já fazia, eu fazia talvez até influenciado pela personalidade dele, não sei se acontecia bem isso, mas eu já procurava fazer aquilo que eu sabia que o Trajano iria prezar. Raramente nos divergimos em alguma coisa. Havia um diálogo muito grande, de forma que, às vezes, ele trazia um artigo escrito e eu tinha coragem de discutir o artigo com ele, discordar do seu ponto de vista, da mesma forma que eu sempre submetia à apreciação dele as notícias que eu redigia.

De pessoas de fora, também eu nunca recebi pressão. Às vezes, a classe dominante do poder político não gostava, mas o Trajano era independente, não tomava partido. Só passou a tomar partido depois de eleito prefeito; de início, ele era realmente independente, e mesmo depois de eleito o jornal continuou sem parcialidade. O Trajano nunca usou o jornal para diminuir quem quer que fosse.

Porto Nacional não ficou enciumado com Pium, um distrito que conseguiu fazer um jornal muitas vezes melhor do que os que eram feitos na sede do município?

Eu não creio que tenha ficado enciumado. Cada cidade tinha a vontade de ter um jornal igual, mas eles aceitaram o Ecos pelo fato de ter sido ali que apareceu um empreendedor que teve a capacidade de arregimentar esforços no sentido de fundar um jornal e Porto Nacional tinha vários colaboradores do Ecos, como Dr. Osvaldo Aires, César Freire, aquele grupo de intelectuais de Porto Nacional. Tinha também Ananias Pinto Cerqueira, cidadão espetacular, inteligência brilhante, colaborador extraordinário não só do *Ecos do Tocantins*, mas do *Anuário do Tocantins*, que ele entrou inclusive como um dos editores. Foi ele quem mais nos deu contribuição de cunho histórico no *Anuário do Tocantins*.

Referência

SANTOS, Ateneu Rêgo. **Entrevista concedida a Ruy Alberto Pereira Bucar**. Galpão da Fábrica Plásticos Rode, São Paulo (SP). Julho de 2003.

TRAJANO COELHO NETO E OS ECOS DO TOCANTINS: SONHO, SUOR E SANGUE

Ruy Alberto Pereira Bucar³

(...) não há história sem memória

Jorge Pedro Souza

*(...) la historia no es un juzgar, sino un comprender
y hacer comprender*

Rabanal

A palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade

Rui Barbosa

Para início de conversa...

Final de tarde do dia 12 de abril de 1961. Trajano Coelho Neto retorna de um passeio a pé pelo centro da cidade de Pium, no norte de Goiás, como era de costume. Caminha tranquilamente, saudando moradores, apertando a mão de um, acenando para outro; vive o auge da popularidade. Prefeito eleito com votação expressiva. Segue, com passos apertados para chegar em casa. Já é quase noite. Dobra uma viela, que dá acesso à avenida de sua residência. O silêncio é quebrado por dois tiros de arma de fogo. Moradores correm atraídos pelos tiros. Encontraram Trajano caído de bruços, banhado de sangue, na viela escura. A noite cai, dificultando a identificação de algum sinal deixado pelo atirador que poderia ainda estar por perto.

O atirador, ao que tudo indica, pode ter sido alguém que conhecia ou estudou a sua rotina. Sabia muito bem do trajeto que o prefeito fazia naquela tarde e o horário em que passaria por cada local. Seguiu os seus passos ou o aguardava à espreita no final da caminhada em local seguro em que pudesse se esconder e efetuar o ataque longe dos olhos dos transeuntes e, logo em seguida, desaparecer sem deixar vestígios. Que foi o que aconteceu.

Trajano foi alvejado pelas costas. Não teve tempo nem condições de se defender. O que levanta a suspeita de se tratar de alguém conhecido dele e da comunidade, senão o encararia de frente, já que sabia que ele andava desarmado e sem segurança. Outro aspecto intrigante é como o atirador conseguiu desaparecer rapidamente sem deixar vestígios, pelo menos, a investigação não conseguiu encontrar. O corpo de Trajano apresentava duas perfurações de bala.

³ Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT). Especialista em Ensino de Comunicação e Jornalismo pela (UFT). Especialista em Marketing Político pela (UniCatólica), Especialista em Gestão Pública e Qualidade do Serviço (Unitins). Graduado em Jornalismo UFG. Integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: ruybucarjornalista@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6440577570285923>. ORCID:<https://orcid.org/0009-0000-1490-4009>

A notícia do atentado se espalha rapidamente. A comoção toma conta da cidade. As autoridades responsáveis (que se resumiam a um delegado e um ou dois policiais) demoram agir, tomar as devidas providências, abrir inquérito para proceder às investigações. A autópsia, feita pelo médico Antônio Coelho dos Santos, que teve de se deslocar de Porto Nacional para a tarefa, apontou uma execução, com dois tiros de arma de fogo, calibre 38, disparados pelas costas, como a causa mortis.

O atentado cala definitivamente a voz mais aguerrida do movimento pela criação do Tocantins, do líder político do norte de Goiás, que não compactuava com o “jogo político” das oligarquias que comandavam o poder na região, em conluio com as forças majoritárias da política goiana, e a do jornalista inflamado e polêmico, que não se calava diante de injustiças, principalmente relacionadas aos interesses públicos.

As balas à traição interromperam também a promissora carreira do jovem prefeito de Pium, que acabara de tomar posse no cargo, e cuja liderança, apontava para uma renovação política na região. Austero, bem articulado e disciplinado na busca de alcançar os seus objetivos, Trajano se tornou respeitado pelo talento como empreendedor e pela capacidade para enfrentar desafios. Tinha apenas 45 anos de idade e já era saudado como a renovação política do norte de Goiás.

O crime paralisa a comunidade de Pium, ecoa por todos os cantos da região e estampa as manchetes dos principais jornais do país. É mais um crime bárbaro a manchar de sangue a história da imprensa goiana, profundamente marcada por outros atentados que vitimaram profissionais do meio jornalístico e que tantas vezes Trajano denunciou nas páginas do *Ecos do Tocantins*. Um grave crime político e ao mesmo tempo um atentado contra a liberdade de imprensa, ou os dois? Ninguém sabe ao certo, tudo é nebuloso. Só a investigação pode esclarecer.

O processo é tumultuado, demorado, cheio de aberrações e pouco efetivo. Dois ex-prefeitos locais são presos, um policial, que num determinado momento chega a confessar o crime e incriminar um delegado. Por falta de provas, todos terminam soltos e nada fica esclarecido. O que mais chama a atenção da imprensa, no caso, é a demora na elucidação dos fatos, conforme relata a matéria de *O Popular*, veiculada no dia sete de maio, quase um mês após a ocorrência.

No dia 30 de março do corrente ano, o sr. Trajano Coelho Neto concedeu entrevista a este jornal, fazendo sérias acusações aos dois ex-prefeitos. Catorze dias depois, o sr. Trajano Coelho Neto foi morto pelas costas e o criminoso não foi identificado. Começara a rumorosa novela que até o momento não foi desfechada.

No dia 15, recebia-se a notícia de que um cabo da polícia militar teria sido contratado por várias pessoas, para realizar a empreitada sinistra. Começara o rigoroso inquérito (*O Popular*, 7 de maio de 1961).

A informação veiculada pelo jornal de que “um cabo da Polícia Militar teria sido contratado por várias pessoas para realizar a empreitada sinistra”, revela a fragilidade da investigação

e permite o surgimento de informações de senso comum que nitidamente visavam banalizar a morte e atrapalhar o andamento das investigações, e conseguiram. Não é possível que um crime “quase perfeito”, pelo fato de não ter deixado pistas, tenha sido praticado por decisão de várias pessoas.

O que se pode dizer, mais de meio século depois, é que foi um crime encomendado, planejado minuciosamente e bem executado. O mesmo não se pode dizer do “rigoroso inquérito”, que não chegou a conclusão alguma. Muita movimentação no início, enquanto durou a repercussão, para, em seguida, cair no esquecimento. No mínimo, muito estranho.

O presente capítulo é parte de um estudo bibliográfico mais amplo, desenvolvido pelo autor, no âmbito de um projeto de pesquisa que busca sistematizar a história da imprensa tocantina, por meio do estudo analítico dos jornais do norte de Goiás e do resgate da trajetória dos jornalistas que construíram essa história. “(...) restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram” (Certeau, 1982, p. 45).

O texto enfoca a trajetória do jornalista maranhense Trajano Coelho Neto, diretor-fundador dos periódicos *Ecos do Tocantins* e *Anuário do Tocantins*, publicações que integram a imprensa autonomista, um tipo de imprensa que existiu no norte de Goiás e que se caracteriza pelo engajamento na luta pela criação do Estado do Tocantins. Tendo a escrita como instrumento de resgate da memória e tomando a memória não apenas como lembrança do passado, mas como manifestação de vida.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Entendendo o passado como uma “reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje” (Certeau, 1982, p. 21).

Percurso teórico-metodológico

O estudo é parte de uma pesquisa ampla de natureza bibliográfica, que tem como fonte de consulta a obra de Trajano Coelho Neto - artigos, manifestações, crônicas e comentários - publicados na imprensa, além de documentos, imagens e relatos orais que ajudaram a compor a sua trajetória profissional e de vida, bem como narrativas de jornais da época, que permitiram confrontar dados e formular hipóteses.

Jornais do norte de Goiás contribuíram com a formação do Tocantins, sobretudo os periódicos da década de 50, classificados como imprensa autonomista, em face do engajamento na luta pela criação do Estado do Tocantins, que se verifica em suas narrativas. O *Ecos do Tocantins* e o *Anuário do Tocantins* se enquadram neste conceito, que inclui ainda *A Norma* e *O*

Estado do Tocantins, editados em Porto Nacional, e o Palavra Livre, em Tocantinópolis (Teixeira; Costa, 2002; Bucar; Porto, 2018; Painkow, 2019).

O estudo percorreu trilhas de memória deixadas por Trajano Coelho Neto, num exercício de construção da história, observando o que preceitua Nora, que toma memória como construído da história. “A necessidade de memória é uma necessidade da história” (Nora, 1993, p. 14). Considerando que “nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos que esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (Halbwachs, 2003, p. 53).

A pesquisa juntou fragmentos de memória conservados em documentos de domínio público e de particulares, narrativas de jornais e, principalmente, a vasta produção textual de Trajano, publicadas nos jornais O Combate (1933a, 1933b), de São Luís (MA); Ecos do Tocantins (1951) e Anuário do Tocantins (1957), de Pium, norte de Goiás, e relatos orais de pessoas que conviveram com o jornalista. Material que constituem o *corpus* teórico deste estudo.

Ao longo da carreira jornalística, Trajano Coelho Neto produziu mais de 150 textos, entre editoriais, artigos, manifestações e crônicas políticas, que compõem o gênero opinião e que, como bem conceitua Marques de Melo, têm a função de formar, influenciar e dirigir a opinião pública. Diz o pesquisador que o comentário, a coluna e a crônica, no Brasil, “assumem uma função eminentemente opinativa, explicitando juízos de valor, buscando influenciar o público” (Marques de Melo, 2006, p. 70). Essa produção em estudo se estende no decurso de três décadas, de 1933 a 1961.

A principal produção de Trajano se concentra nos primeiros anos do semanário *Ecos do Tocantins*, na coluna Comentário Político, que assinava com o pseudônimo Da Silva e Silva. Foram consultados pelo menos 146 destes textos autorais, publicados ao longo dos 10 anos de circulação do periódico. O ano de maior produção foi 1953, com 46 artigos, tendo a análise política como abordagem central. Textos enxutos, ideias bem elaboradas e capacidade de provocar polêmicas, mas também combatê-las.

A produção de Trajano diminuiu bastante a partir de 1955, quando Ateneu Rêgo Santos assumiu a edição do *Ecos do Tocantins*, promovendo uma reforma gráfica em que as colunas de opinião cederam lugar às notícias. Contudo, não cessou inteiramente. Trajano nunca deixou de manifestar sua opinião na defesa de causas ou bandeiras que julgava serem de interesse coletivo, sempre fazendo de forma clara, provocando o debate, mantendo o nível que chamava de “civilizado”.

Este olhar sobre a imprensa regional mantém estreita correlação com a história da imprensa brasileira, tendo como orientação as obras seminais *História da Imprensa Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré (1983), e *História do Jornalismo*, de José Marques de Melo (2012). Para Sodré, a história da imprensa brasileira pode ser dividida em dois períodos: a imprensa artesanal e a imprensa industrial. Observa que, a partir do início da segunda metade do século XX, a imprensa passa por transformação. A grande imprensa entra na fase industrial, e a imprensa

artesanal desaparece dos grandes centros, permanecendo apenas no interior, produzida a duras penas.

Paralelamente a essa imprensa empresarial que se transforma e que, nessa fase, preparava uma luta política profunda, de sérias consequências para a vida do país, continuava a existir, no interior, a pequena imprensa artesanal, sem perspectivas, reduzida a estreitos horizontes, ferozmente submetida ao latifúndio, limitada às questões domésticas e pessoais (Sodré, 1983, p. 369).

Marques de Melo propõe a classificação do jornalismo em cinco formatos, do ponto de vista do gênero: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Divisão que, segundo o pesquisador, atende à necessidade do público de identificar a ocupação dos espaços editoriais dos jornais.

Os gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania. Atender às finalidades condensadas nessas cinco vertentes é a razão de ser do trabalho da imprensa, que foi se construindo ao passo do próprio desenvolvimento da sociedade (Marques de Melo; Assis, 2006, p. 49-50).

A produção jornalística de Trajano Coelho Neto se inscreve no gênero opinativo. Dos textos selecionados constam editoriais, artigos, notas, comentários e manifestações. É possível que tenha produzido também matérias informativas, mas não é possível identificar a origem autoral, já que esses textos não eram assinados. Devem ser atribuídos ao jornal, à redação ou à equipe como um todo, e não a alguém especificamente.

O trabalho absorve ainda a influência de Barbosa (2004) e de Cruz e Peixoto (2007), para quem a história da imprensa é resultado de um processo complexo de construção, em que a mídia assume papel mais como força ativa da vida moderna do que como registro de acontecimentos: "(...) é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (Cruz; Peixoto, 2007, p. 5).

Barbosa enfatiza que essa complexidade do fazer histórico "é perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais que qualquer forma de expressão, e que, na maioria das vezes, não foram deixados para o futuro" (Barbosa, 2004).

O estudo busca ainda compreender em que medida a imprensa do norte de Goiás contribuiu para a formação do Tocantins, tomando a imprensa neste estudo como mediadora de interesses e espaço de debate na esfera pública, na concepção de Habermas (2003).

A investigação tem ainda como referencial teórico Bourdieu (2007), Darnton (1990), Nora (1993), Chartier (1998) e Burke (1992). Cada pensador tem uma contribuição no sentido de buscar a melhor estratégia de compreender esse objeto ainda pouco estudado, que é a imprensa

tocantina. Como diz Pinheiro, a investigação exige competência para “construir metodologias que possam captar as particularidades do fenômeno jornalístico local, horizonte que devemos continuar a perseguir” (Pinheiro, 2018, p.8).

O homem...

Figura 1. Trajano Coelho Neto, em foto clássica dos tempos do Ecos do Tocantins



Fonte: acervo da família (1951).

Maranhense do pequeno distrito de Santo Antônio de Balsas, então pertencente ao município de Riachão, Trajano Coêlho Neto nasceu em 28 de dezembro de 1916, filho do Major Mário Coelho e de Adalgisa Coêlho. Descendentes da tradicional família Coelho, pioneira do lugar chamado Vila Nova, a qual cedeu parte de suas terras para a formação do povoado, que, em 1892, passaria à condição de distrito com o nome de Santo Antônio do Balsas. Pela lei estadual nº 775, de 22 de março de 1918, o local conquistaria a condição de cidade, com o mesmo nome. Pelo decreto-lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se simplesmente Balsas (IBGE, 2015).

Trajano é o sexto filho de uma prole de 10, sendo, pela ordem de idade: Edite Coelho Fonseca, Judith Coelho, Rita Coelho, Mary Coelho de Moraes, Mirian Coelho Parente, Terezi-nha Coelho, Trajano Coelho Neto; Absalão Coelho, Celso Coelho e José de Ribamar Coelho. Coursou as primeiras letras em Balsas, no colégio Sítio-Brasileiro, com o famoso professor João Joca Rêgo da Costa Júnior, o conceituado professor Joca Rêgo.

A vocação para o jornalismo despertou cedo. Em Balsas, onde cursou o ensino fundamen-tal, já escrevia para o jornal colegial. Na juventude, foi estudar em São Luís (MA), lá começa a

atuar de forma profissional e a escreve para o jornal O Combate, diário do Partido Republicano (RP), dirigido por Carlos Humberto Costa Reis. Na época, tinha apenas 17 anos de idade. Era responsável pela coluna Pelo Sertão, publicada às sextas-feiras, que trazia notícias e reflexões políticas do interior do Estado.

Na edição de estreia, de 19 de maio de 1933, o texto, que inaugura sua inserção no jornalismo profissional enfoca a importância da navegação a vapor e o impacto da chegada do primeiro barco ao porto de Santo Antônio de Balsas.

Foi no governo Luiz Domingues que, satisfeitas as justas aspirações de grande parte do povo sertanejo, se deu início à navegação a vapor do rio Balsas. Pelo antagonismo, então existente entre as localidades do sertão, não foi fácil isso conseguir. Mas, mercê de Deus, a população de hoje da florescente cidade de Balsas, então Vila Nova, no memorável onze de julho de 1911, viu, que como lhe descortinando novos horizontes de bonança, fundear no porto de sua Terra, o primeiro barco a vapor desbravando aquelas plagas. Desde então datou o seu grande progresso, que metamorfoseou a antiga função Jacobina na próspera e comercial cidade de Balsas (O Combate, 1933a, p. 4).

Apesar da pouca idade, o jovem cronista demonstra habilidade no manejo da pena. Apresenta um texto conciso, claro e bem escrito. Para um jovem iniciante, o desafio de escrever uma coluna semanal em um diário da Capital torna-se uma oportunidade de se inserir no meio jornalístico, um campo bastante especializado. Trajano demonstra que tem vocação para a escrita e faz daquele desafio um começo promissor.

Em outro trecho da coluna, o jovem cronista relata: “Os cuidados dos governos de então, para aquela zona do Sertão, fê-la prosperar assustadoramente; desenvolveram-se a lavoura, a indústria e o comércio, de tal forma que, em pouco tempo, chamava a atenção de levas de negociantes de toda parte que para ali afluíam” (O Combate, 1933a, p.4).

Na edição de 11 de outubro de 1933, faz uma reflexão sobre a inteligência, na qual destaca a importância dos estudos, em um texto poético de cunho filosófico.

É preciso à flor o perfume para torná-la e à inteligência é preciso o estudo para torná-la grande.

O perfume é a beleza da flor, e o estudo é o perfume da Inteligência.

E a inteligência é Beleza, o Perfume e a Grandeza da alma.

A alma é um lírio que desabrocha à luz suave do luar e a Inteligência é como o orvalho que cai sobre suas pétalas.

A alma é inteligência!

- Emanações do Eterno para levar o homem à eternidade. Símbolos do Creador e da Criação. Vida, Força, e Luz da Humanidade.

Alma e inteligência!

- Cores que se confundem no quadro da vida para formar a verdade Divina:
- O Espírito.

A Alma e a inteligência!

- Beleza! Harmonia! Bondade! Sonho e Ilusão! (O Combate, 1933b, p.4).

Em 1936, Trajano perde o pai, Major Mário Coelho, e se vê forçado, momentaneamente, a abandonar os estudos e retornar para Balsas. É quando conhece Maria Teixeira Coelho, a Maroquinha, com quem se casa, abandonando de vez o sonho de retomar os estudos. Com o casamento, Trajano resolve dar uma guinada na vida e decide empreender em uma região nova. É tentado a se aventurar no garimpo de Piaus, a mina de cristal de rocha no norte de Goiás, recém-descoberta, que atrai levas de migrantes de vários cantos do Brasil e do exterior.

Trajano fez uma aposta arriscada, mas que se mostrou mais do que acertada. Cresceu junto com o lugar que escolhera como sua nova terra, que também estava começando a despontar. No início, atuou como representante comercial de empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo, oportunidade que aproveitou para se capitalizar e fazer relacionamentos que lhe seriam muito importantes no futuro.

Desde que chegou à vila garimpeira, demonstrou enorme habilidade para lidar com o povo e para cuidar da organização do povoado, que não parava de crescer. Teve participação importante na mobilização para transformar o povoado em distrito, agora com o nome de Pium. Em 6 de setembro de 1948, pela Lei nº 30, de Porto Nacional, foi criado o distrito com partes de Itaobir e do extinto distrito de Macaúbas, com sede no povoado que já se chamava Pium (IBGE, 1970).

Com o crescimento acelerado, vieram os problemas de toda ordem e a necessidade de buscar solução. Trajano seria uma peça fundamental na articulação política que levaria à emancipação dos distritos de Pium e de Cristalândia.

Sua capacidade de liderança ficou tão evidente que, logo, foi atraído para a política. Em 1947, iniciou a militância partidária, filiando-se ao Partido de Representação Popular (PRP), fundado por Plínio Salgado, que aglutinava os remanescentes da antiga Ação Integralista Brasileira (AIB).

Já nas eleições de 1950, disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás, obtendo 1.862 votos, porém, não se elegeu. Ficou na suplência, ocupando a 22ª colocação na contagem geral. O parlamento goiano, nesta época, contava com 32 cadeiras. Naquele mesmo ano, foi eleito conselheiro estadual do PRP, tornando-se, a partir daí uma liderança de peso no partido.

Em 1951, Trajano consegue concretizar o seu sonho de lançar um jornal. No dia 22 de julho, circulou a primeira edição do *Ecos do Tocantins*, um semanário noticioso com vocação política. O jornal foi saudado como uma conquista, arauto da modernidade, que iria contribuir para o engrandecimento do povoado e o fortalecimento da opinião pública do norte de Goiás.

O *Ecos do Tocantins* projetaria a liderança de Trajano e o transformaria numa das vozes mais influentes do norte de Goiás.

O jornalista relata em suas memórias que teve que superar alguns obstáculos, como as precárias condições de infraestrutura e a falta de mão de obra especializada para o desenvolvimento do projeto de impressão naquela vila, que, apesar do crescimento acelerado, ainda era apenas um distrito de Porto Nacional. Trajano revela que o que mais o incomodava era a incompreensão de muitos, a má vontade de outros e a resistência de alguns poucos, aos quais classificava de retrógrados.

Aqueles que sonham realizar alguma coisa sempre encontram adversidades no seu caminho. Ora é a incompreensão de muitos que lhes procura obstar a marcha, com os empecilhos da mais fria indiferença; ora é o ceticismo a duvidar do êxito ou os retrógrados a lhe negar as possibilidades.

Era o que acontecia quando lançamos as bases lineares da criação do *Ecos do Tocantins* (*Ecos do Tocantins*, 1951, p.1).

O editorial conclui celebrando a conquista e desafiando aqueles que torceram contra o projeto a redobrar as suas energias.

(...) acompanhamos a evolução dos tempos e nos impulsionamos a nós e ao povo, para os melhores dias do futuro.

Quem quer que nos combata, diante da ameaça que constituímos para os inimigos do progresso, redobre de energia, porque, pela beleza de nossa causa, que é muito elevada e nobre – somos os mais fortes...(*Ecos do Tocantins*, 1951, p.1).

Trajano fez vir do Rio de Janeiro a impressora que adquiriu por meio de contribuição dos coproprietários, para imprimir o seu periódico. Contou com a colaboração do “faiscador”, descendente de italiano, Raffaello Valentini, que o orientou na concretização do projeto. Em artigo, com data de agosto de 1951, publicado no *Ecos do Tocantins*, em 2 de setembro de 1951, Valentini relata que estava no Rio de Janeiro quando recebeu a visita do amigo Trajano Coelho Neto.

Todo êste aranzel em acudiu o espírito, há alguns meses atrás, na Capital da República, quando Trajano Coêlho Neto procurou-me para afirmar que ali viera com a finalidade exclusiva de comprar uma máquina de imprimir jornal, já encomenda; que trouxera consigo dois terços do valor mesma arrecadados entre amigos nossos de Pinus e Chapada; que a importância deveria ser completada por mim e Pedro Castanheira Sobrinho, um dos baluartes da iniciativa e que, finalmente, em hipótese alguma, acontecesse o que acontecesse, jamais regressaria aos Garimpos sem levar a máquina e seus acessórios (Valentini, 1951, p. 1-6).

Em nota publicada na coluna social do *Ecos*, por ocasião do seu aniversário, Trajano reconhece publicamente o apoio do amigo: “(...) foi um dos principais impulsionadores da criação de ‘*Ecos do Tocantins*’ tornando-se um dos seus maiores proprietários. Embora tardiamente ‘*Ecos do Tocantins*’ cumprimenta-o, desejando-lhe muitas felicidades (...)” (*Ecos do Tocantins*, 1951, p. 4).

Os equipamentos foram transportados de avião do Rio de Janeiro para Porto Nacional e, de caminhão, de Porto Nacional até Pium, onde foram instalados em um cômodo da casa do empresário (Painkow, 2019). Os acessórios a que Trajano se refere são caixas de tipos, tinta e papel, equipamentos e matéria-prima indispensáveis à execução da ideia de imprimir um jornal em Pium.

Com o Ecos, Trajano ganha mais visibilidade e aceita novos desafios políticos. Em 1954, já pelo PSP - Partido Social Progressista - dedica-se à nova disputa para a Assembleia Legislativa de Goiás, quando é derrotado pela segunda vez, obtendo menos votos do que na primeira tentativa: 1.830. Em 1958, disputou pela terceira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás, ficando na suplência. Sua maior vitória política viria mesmo em 1960, na disputa pela prefeitura de Pium, em uma coligação ousada para a cidade, quando se elegeu com votação expressiva.

Com dona Maroquinha, teve cinco filhos: Mary Teixeira Coelho, Marisa Teixeira Coelho, Plínio Teixeira Coelho, Mário Coelho Júnior e Rita Teixeira Coelho.

A boa aceitação do Ecos do Tocantins leva-o a investir em novos projetos. O comércio surge como um caminho natural. Um pequeno anúncio de rodapé de página, da edição 21 de fevereiro de 1954, do Ecos do Tocantins, chama a atenção. Nele, Trajano Coelho Neto anuncia a abertura de uma casa comercial.

Atenção! Trajano Coelho Neto avisa ao distinto povo desta cidade, deste Município e de toda a região, que acaba de se estabelecer como comerciante do ramo de Farmácia e Mercadorias Gerais.

Para isso fez pessoalmente aquisição de magnífico e completo sortimento, que irá vender a preços baratíssimos jamais vistos em nosso meio, pois seu método é o mais moderno e conveniente: vender muito, ganhando pouco, para ganhar muito.

Suas compras foram feitas exclusivamente a dinheiro, pelo que mais razões lhe sobram para oferecer maiores vantagens a todos que quiserem experimentar novos negócios em sua casa comercial.

É conveniente conhecer a “Casa Coelho”, para usufruir das vantagens que oferece ao Povo garimpeiro, constatando a veracidade de tudo isto que raramente se encontra junto: preço e qualidade. Casa Coelho, de Trajano Coelho Neto (Ecos do Tocantins, 1954, p.3).

A obra...

Trajano Coelho Neto foi, antes de tudo, um jornalista. O jornalismo, uma paixão que descobriu ainda na adolescência, acompanhou-o durante toda a vida. Foi o jornalismo que o levou à política e ao comércio. O jornalismo é, portanto, a atividade que melhor o define e pela qual muito contribuiu para o norte de Goiás. Montou, pelo menos, dois projetos editoriais bem-sucedidos: o jornal Ecos do Tocantins e a revista Anuário do Tocantins. Na área de comunicação, montou ainda uma gráfica e uma agência de publicidade. Neste trabalho, destaca-se sua produção editorial.

Ecoss do Tocantins

O jornal *Ecoss do Tocantins* ocupa um espaço na história da imprensa do norte de Goiás como o primeiro diário tocantino. No ano de 1954, o periódico circulou diariamente. No entanto, sua especificação técnica se enquadra na definição de semanário, visto que, na maior parte do tempo de circulação teve essa periodicidade. Ainda assim, não se pode negar-lhe o título de primeiro diário da imprensa tocantina.

Semanário, formato tabloide, quatro páginas, cinco colunas. No subtítulo, trazia a expressão “Jornal político independente”, fundado em 22 de julho de 1951, registrado sob o nº 255, de acordo com o Decreto Lei 24.776, de 14 de julho de 1934, legislação que regulamentava a atividade de imprensa no Brasil naquele período. A tiragem inicial era de 1.000 exemplares nas primeiras edições, mas rapidamente iniciou um crescimento gradativo até atingir 5.000 exemplares, marca que alcançou já no terceiro ano de circulação e foi mantida até as últimas edições, tiragem considerada alta para a época. (*Ecoss do Tocantins*, 1951, p 1-4).

O número de páginas era, em média, quatro, aumentando substancialmente conforme as necessidades do volume de notícias e, principalmente, de publicidade, que buscava, sobretudo, atender à demanda comercial. A edição de nº 12 já circulou com 10 páginas e chegou a ter 32 numa edição especial, em que se publicou o balanço da prefeitura.

Na montagem do *Ecoss do Tocantins*, Trajano estruturou um modelo de empresa que facilitou muito na captação de investimentos. Organizou o negócio inicial com recursos de apoiadores, na condição de coproprietários. Em contrapartida, esses apoiadores tinham direito a assinatura, espaço para divulgação de notícias e à veiculação de anúncios comerciais.

Uma forma de dividir os riscos e resultados do projeto com pessoas interessadas no desenvolvimento local. “(...) houve um grupo que se reuniu e ajudou montar a oficina, um grupo menor que dava colaborações pequenas dentro da própria cidade, essa colaboração era quase que uma assinatura por antecipação” (Santos, 2003).

O modelo do jornal inspirou a fundação da Gráfica *Ecoss do Tocantins*, uma empresa limitada com a venda de cotas no mercado. A nova empresa buscava atender uma demanda regional por serviços gráficos e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade do *Ecoss do Tocantins*, mas tratavam-se de negócios diferentes, que atendiam à demanda de mercado.

O periódico circulou durante 10 anos, de 1951 a 1961, com algumas pequenas interrupções, em função de reparos nas oficinas ou da troca de equipamentos tipográficos. Possuía gráfica própria e era distribuído para todos os municípios goianos e todas as capitais do País. No período em que foi diário, em 1954, estampava no alto da primeira página, em letras garrafais, os dizeres: “*Ecoss do Tocantins* é o único jornal diário que, em Goiás, se edita e circula intensamente fora da Capital” (*Ecoss do Tocantins*, 1954, p.1). No ano seguinte, 1955, voltou a ser semanário, com circulação aos domingos.

(...) a gente fazia uma página por dia, montava uma página, imprimia aquela página. No dia seguinte uma segunda página, e na sexta-feira estava pronta a última página, que a gente deixava para imprimir na véspera do domingo, que era o dia de circular o jornal e se surgisse alguma notícia encaixava, sendo que já estava pronto o jornal (Santos, 2003).

Ateneu explica que esse planejamento no fluxo de produção garantia, sobretudo, a pontualidade na circulação: “O importante era a assiduidade com que o jornal circulava, não falhava um dia, todo domingo o pessoal podia receber o jornal em casa. Tinha uns garotos que saíam distribuindo (...)” (Santos, 2003).

Ecoss do Tocantins era um empreendimento jornalístico autossuficiente, mantido basicamente por meio da venda de assinaturas e de anúncios publicitários. A receita, embora pequena, dava-lhe uma condição de independência, não o vinculando aos governos ou partidos políticos, tendo em vista que não recebia verbas publicitárias oficiais.

O jornal nasceu pequeno e foi crescendo na medida em que foi se firmando como porta-voz de uma região considerada isolada e esquecida pelos governos, conquistando mais leitores. A linha editorial demonstrava postura crítica e independência em relação aos governos. Além do conteúdo jornalístico próprio, produzido por sua equipe, o periódico reproduzia, em suas páginas, material que recebia de colunistas fixos, colaboradores e até correspondentes de várias localidades. O título, tudo indica, foi inspirado em outro periódico de Carolina (MA), que tinha o nome “*Ecoss*”, e não no movimento pela criação do Estado do Tocantins, como alguns acreditam.

Na redação, uma equipe pequena era reforçada por uma legião de colaboradores espalhados por toda a região e em outros estados. A equipe gráfica teve que ser montada com profissionais atraídos de outras praças, como revela Ateneu Rêgo Santos.

A equipe era pequena, eu comecei ajudado por Joca Santos, que morava em Cristalândia e veio me ajudar nos primeiros dias, primeiros meses em que eu trabalhei, pois ele também era gráfico e tinha trabalhado comigo lá em Carolina. Mas logo ele precisou se afastar e nesse período eu fui à Carolina para conseguir um amigo meu, de trabalho lá, que era o Luis Moura, ele veio prá ajudar e conseguimos também alguns auxiliares lá mesmo de Pium. Tivemos de ensinar dos primeiros tipos até juntar os tipos (Santos, 2003).

Ateneu, em relato oral, lembra que a equipe contava ainda com algumas moças que também trabalhavam na redação. A equipe era de cerca de seis pessoas. “O básico mesmo era o Luís Moura, que era o funcionário que veio como gráfico lá de Carolina, e o Maracaípe (Bartolomeu). Esses dois andavam juntos comigo, eu também pegava os tipos, ajudava na paginação, na revisão e administrava tudo aquilo” (Santos, 2003).

O periódico replicava as manifestações a favor da criação do Estado do Tocantins, quase sempre reproduzindo o conteúdo editorial do jornal O Estado do Tocantins, órgão informativo do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, liderado pelo juiz de direito da Comarca de Porto Nacional, Feliciano Machado Braga.

A trajetória do jornal *Ecos do Tocantins*, ao longo de 10 anos de circulação, pode ser dividida em três fases: a primeira, de 1951 a 1955, da fundação à contratação de um profissional para gerir o negócio; a segunda, de 1955 até 1959, período de profissionalização; e a terceira, de 1959 a 1961, período em que o jornal voltou ao comando da família Coelho.

A primeira é a fase de estruturação, de experiências e busca pela autossuficiência. É a fase em que Trajano dividia a redação apenas com colaboradores que ele soube articular em toda a região e fora do Estado. Nesta fase, o jornal chegou a ser diário, em 1954, uma experiência que se tornou inoportuna. Faltou produção jornalística para garantir o fluxo diário de notícias e recursos para cobrir as despesas de impressão, que triplicaram. Foi um período em que o jornal perdeu muito do seu conteúdo jornalístico. Algumas edições continham apenas um artigo assinado por um articulista de nível nacional e anúncios. Eram edições recheadas de anúncios, mais de duas dezenas, com pouca notícia.

A segunda é a fase da consolidação como veículo informativo e profissional. O jornal ganha em diversidade, com muitas notícias para o reduzido espaço de quatro páginas. O período conta com à frente da equipe o experiente jornalista Ateneu Rêgo Santos, com passagem pelos periódicos *A Tarde*, de Carolina (MA), e o *Jornal do Planalto*, de Formosa (GO), e que também possuía experiência na produção gráfica. Ateneu exerceu o cargo de secretário, que corresponde à função de editor, de 1955 a 1959, e, neste período, implementou duas mudanças importantes: adotou um projeto gráfico que não existia e trocou o jornalismo de teor opinativo por informativo, objetivo e factual.

O jornal perde um pouco o tom de combate que caracterizou a primeira fase, ao ceder o espaço do editorial e da coluna política, essencialmente opinativos, para a veiculação de notícias. O veículo perde em opinião e ganha em informação de interesse coletivo, tendência do novo formato de jornalismo praticado pela grande imprensa.

Ateneu Rêgo Santos defende a tese de que um jornal tem a personalidade de quem o dirige. Observa que, quando um jornal muda muito de dono, também muda de personalidade. Revela ainda que, quando chegou ao *Ecos do Tocantins*, o semanário já tinha um projeto editorial bem definido.

O *Ecos do Tocantins* já tinha uma personalidade, quando eu cheguei e que era um tipo de jornal enquadrado naquilo que eu também pensava. Eu apenas dei seguimento àquilo que já existia e por isso tinha mais tempo de dedicar aos pequenos detalhes, e estava sempre atento a tudo que interessava ao jornal (Santos, 2003).

A terceira fase, de 1959 a 1961, com a saída de Ateneu Rêgo Santos, a redação volta a ser comandada por Trajano, que reassume a função de editor, agora contando com a ajuda da família. Quatro dos seus cinco filhos - Mary Teixeira Coelho, Edith Teixeira Coelho, Judith Teixeira Coelho e Mário Coelho - atuam na redação, conforme consta no expediente do periódico nessa fase. O editorial e a coluna política, assinada por Da Silva e Silva, voltam a ganhar espaço no periódico.

O *Ecos do Tocantins*, fundado no início dos anos 50, período de transformação da imprensa brasileira, apresenta características de dois períodos históricos: a imprensa de combate, da primeira metade do século XX, e a informativa, da segunda metade, conforme o critério de análise de historiadores. O *Ecos* apresentava uma feição gráfica moderna, de acordo com o avanço da imprensa informativa, mas mantinha o alinhamento editorial do jornalismo opinativo, que caracteriza os jornais partidários da primeira República. Um periódico de transição, que apresenta características de duas fases da imprensa brasileira (Sodré, 1983).

No estudo dos anúncios veiculados pelo *Ecos do Tocantins*, buscando dimensionar seu faturamento publicitário, observa-se um aumento da quantidade de peças e também do valor dos anúncios, conforme crescia a área de cobertura do jornal, que nasceu com base local, mas rapidamente se transformou em regional, com circulação em todas as capitais do país, o que seguramente contribuiu para o aumento da receita.

Nos dois primeiros anos, predominaram anúncios locais de Pium e Cristalândia, em comparação com os anúncios regionais, que conquistaram espaço na segunda fase. A partir do terceiro ano, 1953, a receita publicitária revela um jornal de cobertura nacional, com grandes anúncios de empresas de São Paulo e multinacionais.

Anuário do Tocantins

O *Anuário do Tocantins* foi um projeto editorial concebido com o propósito de divulgar o potencial da região tocantina para fora do Estado, já antevendo a possibilidade de sucesso da ideia de criação do Estado do Tocantins, que, neste período, ganhou apelo popular, tendo contribuído, inclusive, para o surgimento de um tipo de imprensa engajada na luta autonomista. A nova publicação surge na esteira do sucesso do *Ecos do Tocantins*.

O projeto nasceu em 1955, quando Ateneu Rêgo Santos assumiu o comando do *Ecos do Tocantins* e sugeriu ao seu diretor a criação da publicação, que, como o próprio nome diz, era uma revista anual, elaborada a partir de indicadores econômicos e sociais da região tocantina. Estudiosos observam que o projeto “nasceu para suprir uma necessidade comunicacional da região, e o formato escolhido foi um almanaque, dada a aceitação tradicional do formato” (Teixeira; Costa, 2002).

Em matéria veiculada no *Ecos do Tocantins*, que marca o lançamento da nova publicação, a revista é apresentada como o veículo que divulgaria o Tocantins para o Brasil. “O Anuário do Tocantins, como publicação de caráter permanente, estudada para que se torne um verdadeiro manual de consultas sobre os mais variados aspectos regionais, poderá ter o mérito de ajudar a mostrar o Tocantins ao Brasil” (*Ecos do Tocantins*, 1955, p.4).

A primeira edição foi anunciada no final de 1955 e levou todo ano de 1956 para ser produzida, circulando, como prometido, no início de 1957. Nota veiculada em 30 de março de 1957 pelo *Ecos do Tocantins* dava conta da chegada da publicação ao mercado.

Apraz-nos anunciar a nossos prezados leitores que, a partir de amanhã, estará circulando nesta cidade e em todas as cidades do Brasil, o já esperado ANUÁRIO DO TOCANTINS para 1957.

Este fato representa uma vitória para todos nós que nos empenhamos naquele trabalho, e é auspicioso, sem dúvida, especialmente para todos os habitantes do vale do grande “rio de unidade nacional”.

O ANUÁRIO DO TOCANTINS, se não corresponde à expectativa de muitos, pelas deficiências que porventura encerre, é fruto de trabalho idealista, que se destina para o alto, para a plenitude da grandeza, e não recebeu auxílios estranhos aos da própria organização que o idealizou está lançando como o mais arrojado empreendimento (Ecos do Tocantins, 1957, p.4).

O resultado é uma publicação volumosa, com 200 páginas e tiragem de 20 mil exemplares. Do ponto de vista do conteúdo, a análise editorial revela que o jornalismo foi a categoria que ocupou o maior espaço gráfico da publicação, 60%; a propaganda, a segunda categoria, com 18,42%, seguida da categoria lazer, com 16,26%, e, por último, a categoria instrução, com 5,05% (Teixeira; Costa, 2002, p. s/n).

A repercussão foi digna do aparecimento de uma publicação de nível nacional, sendo saudada, conforme registro do Ecos do Tocantins, por jornalistas, empresários e líderes políticos de vários cantos do país, inclusive pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek. Em matéria intitulada Simpática Marcha de uma Iniciativa, também o presidente Juscelino Kubitschek tomou conhecimento da fundação do Anuário do Tocantins, e o jornal relacionou as últimas correspondências recebidas.

(...) nos envaidece relacionar aqui as correspondências seguintes: - Do Snr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira; Dr. Reis Vidal, Diretor das “Agências Associadas”; Dr. José Augusto Ferreira, Deputado Estadual, Dr. Odemar de Brito, Vereador à Câmara de Porto Nacional; Jornalista Augusto Bastos Morbach de Marabá Est. do Pará; Durval da Cunha Godinho, encarregado do DVSA, em Porto Nacional; Tarquínio Sardinha, Prefeito Municipal de Tocantínia; jornalista Pedro Viggiano, de Goiânia; jornalista Ursulino T. Leão, de Anápolis; Antônio José de Oliveira, Deputado Estadual (Ecos do Tocantins, 1956, p. 1).

O *Anuário do Tocantins* chega ao mercado como um projeto editorial moderno, progressista e ambicioso, resultado de um contexto de demanda informativa. “Amparado por ostensiva publicidade, estava revestido de aspectos favoráveis ao sucesso. No entanto, foi publicada apenas uma edição, a de 1957, não sendo publicada nenhuma outra edição” (Teixeira; Costa, 2002, p. s/n). A publicação marcou época pela importância editorial e pelo enorme alcance.

Para contextualizar...

Até conquistar as condições de realizar uma obra considerada ousada como o Anuário do Tocantins, Trajano Coêlho Neto teve que lutar muito. Ele chegou ao norte de Goiás no início da década de 40, quando a região ainda era um imenso vazio demográfico, isolada e esquecida

pelos governos. A região dava os primeiros passos rumo à recuperação econômica, depois do longo período de decadência que veio com o declínio do ciclo do ouro.

A partir da decadência da mineração, há uma clara involução da economia, que deixa de ser oxigenada pelo ouro e entra num processo de estagnação econômica, posto que não existia mercado e nem capacidade de competir com outras regiões do país, dados os seus custos de transporte e sua escassez de mão-de-obra. É, na economia de subsistência, a população encontra mecanismo de resistência para que possa se integrar, mesmo que lentamente, a uma nova forma de atividade econômica baseada na produção agropecuária, que predomina até hoje e constitui a base da economia do atual estado do Tocantins. (Parente, 2003, p. 96).

Foi preciso eclodir um novo ciclo de mineração, agora do quartzo branco, chamado cristal de rocha, para a região voltar a viver tempos de prosperidade do passado. O período foi curto, mas suficiente para criar uma nova perspectiva econômica para o norte de Goiás.

A descoberta é um achado meio por acaso. “No ano de 1940, veio dos garimpos de São José, estado de Minas Gerais, o Sr. Benedito Pereira, à procura de minas de cristal de rocha, no município de Porto Nacional, tendo, pela primeira vez, encontrado o precioso minério nas imediações do local onde hoje se ergue a cidade de Pium” (Anuário do Tocantins, 1957, p. 74).

O texto histórico sobre as origens de Pium relata que, a convite deste descobridor, veio em seguida o senhor Joaquim Lopes Maracaípe, que, em 1941, se dirigiu a Anápolis levando o primeiro carregamento de cristal de rocha para comercializar. O resultado foi tão satisfatório que já voltou com caminhão, abrindo picada à mão, o que encorajou outros proprietários de veículos a se aventurarem em busca do minério, facilitando a exportação do produto e a entrada de gêneros de primeira necessidade para abastecer levas e levadas de novos chegantes.

Houve rápida imigração, principalmente dos estados do Maranhão e Piauí, constituindo-se o núcleo à margem do Piausinho, afluente do rio Pium. Daí o nome de Piau dado à povoação sede do Distrito de Pium, conforme a Lei nº 30 de 6 de setembro de 1948, do Município de Pôrto Nacional (Anuário do Tocantins, 1957, p.74).

O cristal de rocha foi tão importante que deu início a um novo ciclo econômico e ajudou tirar o norte de Goiás do ostracismo. Narrativas de imprensa, como o *Ecos do Tocantins*, revelam dados impressionantes das regiões garimpeiras. “Em 1951, a Agência da Cruzeiro do Sul de Pium era a primeira em movimento de carga e a segunda em movimento de passageiros” (*Ecos do Tocantins*, nº 5, 19 de agosto de 1951). O dado revela também a falta de estradas e a predominância do transporte aéreo.

Ascensão e morte

Em Pium, Trajano Coelho Neto teve uma ascensão meteórica, capaz de despertar admiração e ódio. Como jornalista, combateu em muitas frentes, conquistando amigos e inimigos. Fez denúncias graves, como a grilagem de terras públicas em Pium, que motivou, inclusive,

a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa. O jornalista, comerciante e homem público tornou-se um dos principais líderes da luta emancipacionista do norte de Goiás, uma liderança que custou caro a Trajano.

Após a criação do *Ecos do Tocantins*, Trajano era constantemente vítima de todo tipo de ameaça, inclusive tendo sofrido um atentado em 1958. Fato público, noticiado pela imprensa, conforme registro do *Ecos do Tocantins*, em meados de 1959, em matéria originalmente publicada pelo jornal *Folha do São Patrício*, com base em entrevista concedida pelo então presidente da Associação Tocantinense de Imprensa (ATI), Oswaldo Ayres da Silva.

O farmacêutico e jornalista de Porto Nacional, Oswaldo Ayres, conta que a criação ATI se deu após um atentado contra profissionais do *Ecos do Tocantins*, numa tentativa de vinculação direto com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) como busca de oferecer proteção aos jornalistas do norte de Goiás no exercício da profissão, contra abusos e ameaças de atentados. “A ideia da criação de uma associação de imprensa no Tocantins nos veio desde quando sentimentos a insegurança do jornalista da região no expender os fatos da sua realidade (*Ecos do Tocantins*, 1959, p. 1).

Na matéria intitulada “Assim se criou a ATI”, Ayres deixa bem claro, em sua entrevista, de onde partiam as ameaças e quais eram suas motivações.

Tão logo se desenvolveram os acontecimentos que postergaram o regime de força em que vivíamos, o Sr. TRAJANO COELHO NETO, mantendo um jornal em Pium, publicava editoriais e colaborações, que expressavam verdades amargas contra a situação criada por certos caudatários do governo. Tais indivíduos, por que se sentiam garantidos pela situação, pensavam em praticar todos os desmandos, sem quaisquer receios. Tentaram sobre a vida daquele jornalista e de um colaborador do jornal. O jornal não parou de esclarecer, e as ameaças continuavam sorrrateiramente (*Ecos do Tocantins*, 1959, p.1).

A matéria da *Folha do São Patrício*, republicada pelo *Ecos do Tocantins*, diz muito sobre os desafios que Trajano Coêlho Neto enfrentava para fazer circular sua folha com críticas aos governos de Goiás. “Tão logo se desenvolveram os acontecimentos que postergaram o regime de força”, referindo-se à volta do Ludoviquismo ao poder, como a eleição de Pedro Ludovico Teixeira, em 1950, depois de 15 anos no comando do Estado, de 1930 a 1945. O editorial dizia que o jornal revelava verdades amargas contra certos caudatários do governo. Não há dúvida de que o *Ecos* incomodava os Ludovico.

As ameaças, aliás, acompanharam Trajano desde que decidiu produzir um jornal na Vila de Pium. O próprio Oswaldo Ayres, em correspondência dirigida ao diretor do *Ecos do Tocantins*, por ocasião do aniversário de um ano do periódico, cita, estupefato, boatos dando conta do assassinato do amigo jornalista.

Ao transcorrer um ano de existência do jornal dirige, entre alegrias e aborrecimentos, aborrecimentos causados pelos boatos últimos em torno do seu assassinato, pelo significa o jornal na zona em moireja, prenhede dificuldades, levando em conta os vexames que vêz por outra, sofre,

motivados pela fé de ofício; no limiar dos novos anos de luctas, com os propósitos que o vem animando na defesa dos interesses da zona, quero juntar meus cumprimentos aos já recebidos. Atenciosamente – O. Ayres. Porto Nacional, agosto de 1952. (Da Silva; Silva, 1952, p.2).

Na sua coluna Comentário Político, assinada com o pseudônimo Da Silva e Silva, Trajano dá publicidade à mensagem, à qual atribui um valor histórico.

A missiva do senhor Osvaldo Ayres, torna-se, assim, um documento histórico relevante que a posteridade reconhecerá para poder aquilatar com segurança do mérito do esforço dos que idealizaram, realizaram e sustentaram com inauditos sacrifícios esta folha democrática, nacionalista e cristã, que é o “Ecos do Tocantins” (Da Silva; Silva, 1952, p. 2).

O que este documento revela é que Trajano vivia às voltas com ameaças de todos os tipos, inclusive de morte. Este fragmento de memória confirma a hipótese de que Trajano foi vítima de perseguição política. As ameaças, como se sabe, eram de conhecimento público, assim como os ameaçadores. Em seu comentário, de quebra, Trajano definiu em poucas palavras, o perfil editorial do Ecos do Tocantins: uma folha democrática, nacionalista e cristã. Era como o autor classificava a sua obra.

As suspeitas de atentado à imprensa por motivação política, versão sustentada pela imprensa na época para a morte de Trajano, não se deveram aos avanços do processo de investigação do crime, mas à simples comparação com outros casos de assassinatos de jornalistas em Goiás, nos quais ficou comprovado o envolvimento direto de agentes do governo. Com base em outros atentados, era natural a associação da morte de Trajano com intrigas políticas.

Após o fim do mandonismo das oligarquias Bulhões e Caiados e da ascensão do Ludoviquismo, ataques violentos à imprensa se tornaram uma questão política preocupante. Neste período, a história registra uma série de atentados contra jornalistas no exercício da profissão, como prisões ilegais, sequestro, ameaças, intimidação, apreensão de jornais e assassinatos.

Trajano acompanhou a escalada da violência contra a imprensa, preocupado com o descaso das autoridades e a omissão da justiça, que, segundo ele, tinha o efeito danoso da impunidade, resultando no recrudescimento da violência. Em nenhum momento, deixou de denunciar os descasos do governo e cobrar medidas efetivas, sobretudo a responsabilização criminal dos agressores.

Em sua coluna Comentário Político, Trajano protesta contra a prisão ilegal do jornalista Antônio Bezerra, diretor do periódico *O Tocantins*, de Tocantinópolis, que considerou arbitrária: “Tal como Alceu Campos e Teomar Jones, o brilhante plumitivo das plagas tocantinas, que é Diretor do jornal ‘O Tocantins’, pagou seu tributo de sofrimento pela causa nobilíssima da liberdade que defende, aos agentes da violência instalados no poder” (Da Silva; Silva, 1952, p. 2).

Por conta, talvez, do descaso com o Norte, Trajano Coelho Neto fazia duras críticas aos Ludovico, notadamente ao então governador Pedro Ludovico Teixeira, a quem considerava um ditador. Em editorial do Ecos do Tocantins, em 25 de novembro de 1951, intitulado *A vez do Nor-*

te, Trajano abre o verbo contra o ocupante do Palácio das Esmeraldas, a pretexto de discurso oficial que pregava ser aquele o momento do norte de Goiás.

Realmente: chegou a vez do Norte para majoração dos impostos, para dobrar-se a exigência da fiscalização, para prejudicar-se o ensino, baixando o nível intelectual do magistério, para estabelecer-se um clima de insegurança pela memória dos tempos hediondos da nefasta ditadura de 15 anos (Ecos do Tocantins, 1951, p. 1).

Em outro trecho do texto, o editorialista, que nada mais era do que o próprio Trajano, visto que, naquele momento, ele tocava o jornal praticamente sozinho, sobe o tom das críticas, passando agora ao combate e desejando, nas eleições de 1954, a derrota dos governistas.

Chegou a vez do Norte para a improdutividade, por falta de transporte e comunicações; chegou a vez do Norte para se lhe dar maior sofrimento, negando-se-lhe aquilo a que tinha direito, pelo próprio esforço da sua gente.

Mas, é certo que chegou a vez do Norte, agora, para que o nortista, conformado e sofredor, pense nos seus dias futuros, estabelecendo um oportuno confronto entre os que passaram e os que está vivendo, e se delibere a fazer sair das urnas em 1954, com o estigma indelével de uma derrota merecida, - todos os Ludovicos e queijandos (Ecos do Tocantins, 1951, p. 1).

A história registra que pelo menos três jornalistas - Antero Costa Carvalho, Haroldo Gurgel e Antonio Gomes Barbosa - foram assassinados em Goiás, antes de Trajano Coelho Neto, envolvendo motivação política, no âmbito da atuação profissional. O atentado contra Haroldo Gurgel deixou mais dois jornalistas baleados, os irmãos João e Antônio Carneiro Vaz, que estavam em sua companhia. Tratado como fuzilamento, o caso de Haroldo Gurgel repercutiu na imprensa internacional, tornando-se um caso emblemático da escalada da violência contra a imprensa livre em Goiás.

Em sua coluna no Ecos do Tocantins, Trajano reclamou da falta de providências para prender os criminosos.

Quase um mês já se escoou depois do deprimente fuzilamento de Haroldo Gurgel em pleno coração de Goiânia, ante os lampejos de um sol claríssimo, naquela manhã.

E, que se sabia, de nenhum êxito ainda foram cobertas as providências tomadas no sentido de capturar os criminosos que, vibrando armas assassinas, não só roubaram uma existência preciosa e vibrante, como afrontaram a sociedade, calcaram a dignidade da imprensa e mancharam de sangue a história de uma administração que com eles mesmos vinha transigindo, desde os seus albores. (Neto, 1953a, p. 2).

Diante da omissão das autoridades, Trajano reforça o sentimento dos jornalistas goianos, que transformaram a morte do jornalista em símbolo de luta. "Da imprensa goiana Haroldo Gurgel é o Mártir, e seu sangue, a seiva que fertiliza a nossa luta!" (Neto, 1953b, p. 2).

Em 1960, Trajano elege-se prefeito de Pium com uma votação expressiva. Neste pleito, conquista outro feito importante: consegue transferir essa boa votação ao seu candidato a governador, Mauro Borges, filho do ex-governador Pedro Ludovico Teixeira, que se elege senador. A desenvoltura eleitoral de Trajano chama a atenção de Pedro Ludovico, que em telegrama enviado ao prefeito eleito, registra com surpresa o resultado eleitoral.

Aceite meus cumprimentos pela brilhante vitória que obteve; sua eleição vai beneficiar muito o Povo de Pium.

Fiquei satisfeito com os resultados eleitorais do seu Município, e notei a expressiva votação dada ao nosso candidato a Governador, o que me foi surpresa, em vista dos comentários que se teciam a seu respeito. Saudações, Pedro Ludovico (Teixeira, 1960, p. 1).

Ludovico confessa que não tinha uma boa imagem de Trajano, a ponto de revelar que recebeu com surpresa o resultado da votação de Mauro Borges em Pium. Trajano faz questão de tornar público o reconhecimento, o que indica a busca por uma aproximação com os Ludovicos, depois de uma década militando na oposição ao PSD.

Trajano vivia um excelente momento da carreira política. Em um mês de gestão, foi recebido pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, que visitou sua cidade, e tomou uma séria de medidas de moralização da gestão pública, como a anulação de atos administrativos de gestões anteriores, incluindo a doação de terrenos pertencentes à municipalidade para particulares, dentre outras medidas que causaram enorme impacto na opinião pública, medidas que podem ter provocado alguma contrariedade na política local.

Não é fácil encontrar explicação plausível para o assassinato de Trajano Coêlho Neto, um crime não esclarecido, que não teve desfecho, portanto, inconcluso, e que ainda clama por explicação. Seis décadas depois, as razões e motivações do crime político ou do atentado à liberdade de imprensa permanecem à espera de resposta.

Para não concluir...

Trajano Coêlho Neto foi um homem à frente do seu tempo. Tinha consciência de que muitas de suas ideias não seriam compreendidas, mas, nem por isso, deixou de sonhar e de acreditar. Foi coerente em tudo o que se propôs a fazer. Engajou-se em diversas lutas e se projetou para todo o Estado como um empreendedor bem-sucedido, exemplo de perseverança.

Chegou em Pium no auge da exploração do cristal de rocha e manteve o entusiasmo com o lugar mesmo com o declínio da atividade, três anos após sua chegada. Enquanto muitos migraram para outros campos, Trajano decidiu permanecer e lutar para reerguer aquele que, em tempos recentes, fora o primeiro e um dos mais importantes núcleos de produção de cristal de rocha do país. A militância em torno dos interesses da região levou-o a construir uma trajetória de sucesso na vida privada.

Quando todos imaginavam ser impossível levar a imprensa a um distrito garimpeiro como Pium, Trajano fundou um jornal que se tornaria referência no Estado. O periódico contribuiu com a emancipação dos distritos de Pium e de Cristalândia e se tornou uma voz poderosa na luta pela criação do Estado do Tocantins.

Ecos do Tocantins destacou-se ainda por ter sido o primeiro diário da imprensa tocantina. No ano de 1954, o periódico passou a circular diariamente. Trajano fundou também o *Anuário do Tocantins*, com o firme propósito de divulgar as potencialidades do Tocantins para o Brasil.

Trajano fez jornalismo com ousadia e destemor. Não apenas defendia uma imprensa livre e crítica, como também a praticava em todas as suas possibilidades, apesar das ameaças constantes que acompanharam a sua trajetória, especialmente no comando do *Ecos do Tocantins*. Atuou em várias frentes com a mesma desenvoltura.

Trajano definia-se como um democrata, nacionalista e temente a Deus. Um idealista que ousou colocar em prática os seus sonhos. Um jornalista por excelência, que, ao longo de toda a vida, trabalhou com a palavra, escrita ou falada, na dimensão de um Rui Barbosa, que compreendia a palavra como instrumento da liberdade. Deu a vida pelas causas que defendia, tornando-se o mártir da luta pela criação do Estado do Tocantins e da imprensa tocantina (Painkow, 2019).

Trajano foi um empreendedor da área de comunicação: montou um jornal, uma revista, uma gráfica e um serviço de alto falante, mas se manteve como um jornalista profissional e militante dos direitos da categoria. Foi delegado da região norte da Associação Goiana de Imprensa (AGI) e membro-fundador da Associação Tocantinense de Imprensa (ATI), ao lado de Oswaldo Ayres, Fabrício César Freire, José de Sena Moura, Francisco Mascarenhas, Adolfo Almeida e Geraldo Ferreira, dentre outros.

De Pium, Trajano se projetou para o Brasil como jornalista polêmico e combativo, empresário bem-sucedido e líder político influente, entusiasta da ideia de redivisão territorial do país e criação do Estado do Tocantins. Manteve relações políticas com líderes nacionais, como o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, e o líder do Integralismo, Plínio Salgado.

Como Trajano conseguiu articular um jornal de qualidade informativa e uma tribuna de combate, numa região carente das condições básicas de comunicação? Como conseguiu alcançar, economicamente, a posição de maior comerciante da região, cuja rede de lojas era responsável por mais da metade da arrecadação de impostos de Pium? Como conseguiu se projetar como um líder político respeitado dentro e fora da região norte de Goiás?

Com talento e competência. Mas não apenas isso: competência, ousadia, visão e um apurado senso de oportunidade. Trajano foi muito competente na montagem de uma estrutura comercial em que um negócio ajudava o outro. Teve a visão de explorar atividades das quais a região tinha carência. O sucesso deve ser explicado também por uma boa dose de inovação e diversificação dos investimentos.

O sucesso de Trajano Coelho Neto, que, em menos de duas décadas, se projetou como um dos empresários mais bem-sucedidos do norte de Goiás e se orgulhava de ser responsável por mais de 50% da arrecadação de impostos de sua cidade, deve-se a uma combinação de fatores: capacidade empreendedora, visão estratégica e disciplina para lidar com várias frentes de interesses sem perder o foco.

Trajano era um homem polivalente, conseguia, ao mesmo tempo, atuar com a mesma dedicação no jornalismo, na política e nos negócios. É possível inferir que essa combinação foi a chave do sucesso: o jornalismo impulsionou a carreira política e ajudou nos negócios, enquanto o bom relacionamento político e comercial lhe permitiu ampliar a receita publicitária de seus periódicos.

O *Ecos do Tocantins* abriu caminhos para outros empreendimentos, não apenas pela montagem propriamente do jornal, mas também por sua transformação em produto editorial de enorme aceitação. O jornal era, ao mesmo tempo, noticioso e opinativo: noticioso pluralista, o que interessava aos coproprietários, anunciantes e assinantes; opinativo, atendia às suas pretensões políticas, funcionando como sua tribuna livre. Um jornal comercial, que se bancava e, ao mesmo tempo, um espaço de manifestação política.

Com o bom desempenho do *Ecos do Tocantins* vieram o Almanaque do Tocantins, a Gráfica Ecos do Tocantins e o Alto Falante Araguaia Tocantins, empresas de comunicação que ajudaram a consolidar a imagem de Trajano Coelho Neto como um líder comprometido com o desenvolvimento da região. A montagem da Casa Coelho e a compra de fazendas para criação de gado comprovam o talento empreendedor de Trajano, que virou uma potência econômica da região garimpeira, aproveitando as oportunidades de negócios em uma zona em franco processo de desenvolvimento.

Ao longo de duas décadas atuando no norte de Goiás em várias frentes, Trajano Coelho Neto, sem se dar conta, foi fazendo inimigos em vários campos. O primeiro deles foi na política. Trajano construiu sua carreira política vindo de baixo e sozinho, sem pedir licença às oligarquias, que comandavam com mão de ferro a representação política do norte de Goiás na época, aliadas às forças políticas majoritárias de Goiás.

Contexto de predomínio dos Ludovico contra os Caiados, que teve início com a Revolução de 1930. Trajano classifica o então governo de Pedro Ludovico Teixeira como uma ditadura, da qual mantinha distância. O jovem líder político do norte de Goiás buscava construir uma nova base política na região, passando ao largo das forças tradicionais. Encontrou em São Paulo apoio para montar sua estrutura partidária, sem o aval dos líderes do norte - Francisco Ayres da Silva, João D'Abreu e Souza Porto - representantes das oligarquias goianas.

O segundo, a rápida ascensão econômica. Em pouco mais de uma década, Trajano já despontava como o maior empresário da região. Era dono de lojas comerciais, fazendas com criação de gado, terrenos em Pium, Porto Nacional e Goiânia, táxi aéreo, jornal, gráfica e serviço de alto-falante, sendo responsável sozinho por mais da metade da arrecadação de impostos de Pium. Esse crescimento incomodava os concorrentes e despertava inveja e ódio.

O terceiro, a postura crítica e combativa como jornalista, que se via na condição de denunciar os descasos dos homens públicos para com o norte de Goiás. Foi crítico implacável do governo Ludovico. Acompanhou com preocupação os atentados contra jornalistas, que atribuía à falta de vontade do governo de garantir a liberdade de imprensa. Na medida em que não exigia esclarecimento dos fatos nem punição dos culpados, colaborava com a ideia de impunidade.

Terminou sendo mais uma vítima do descaso. Deixou como legado o exemplo de luta, o gosto pelo debate e a capacidade de articulação. Deixou também uma vasta produção intelectual - artigos, crônicas, manifestos - que revela um espírito livre, desassombrado e apegado aos valores democráticos. Uma obra de enorme importância para se compreender o desenvolvimento da imprensa no norte de Goiás, a organização social dos jornalistas e as ameaças às quais estavam sujeitos, numa fronteira geográfica desassistida de atenção do poder público, dos órgãos de segurança e da justiça, e submetida aos aparelhos de Estado ao mandonismo das oligarquias, em declínio nos grandes centros, mas ainda vigente no setentrião goiano.

A influência do Maranhão na formação da imprensa tocantina se observa na alocação de mão de obra especializada. Nas fontes documentais sobre a história da imprensa no norte de Goiás, encontram-se relatos da participação de jornalistas maranhenses no processo de organização da imprensa tocantina, que se deu sobretudo por meio da atração de profissionais para a montagem das oficinas gráficas. A proximidade de Carolina (MA) e, sobretudo, as boas relações com o norte de Goiás fizeram com que a cidade servisse de suporte para a estruturação da imprensa tocantina.

Referências

- ANUÁRIO DO TOCANTINS. **Município de Pium**. Anuário do Tocantins, nº 1, Pium, 1957.
- ASSASSINATO DE PREFEITO. **O Popular**. Goiânia, 7 de maio de 1961.
- BARBOSA, Marialva. “Como escrever uma história da imprensa?”. In: **Grupo de trabalho história do jornalismo**, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**/Pierre Bourdieu: introdução, organização e Seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro; BARBOSA, Marialva Carlos. A Lei do Trabuço: Espancamento e fuzilamento de jornalistas em Goiânia na década de 1950, in: **Estudos contemporâneos em jornalismo**. Coletânea 8. MAIA, Juarez Ferraz de; BORGES, Rosana Maria Ribeiro; FARIAS, Sílvio Juliano Peixoto (Orgs). Universidade Federal de Goiás, 2020.
- BUCAR, Ruy Alberto Pereira; PORTO, Francisco Gilson Rebouças. **Comunicação, jornalismo e memória, estudos regionais**. São Luis: EDUFMA, 2018.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Amo Vogel. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre a história e imprensa**. São Paulo: Projeto História, revista Intercom, 2007.

DA SILVA; SILVA (Neto, Trajano Coelho). **Comentário político**. Trajano Coelho Neto, Ecos do Tocantins, Pium, 2 de novembro de 1952.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECOS DO TOCANTINS. **A Véz do Norte**. Ecos do Tocantins, nº 18, Pium, 23 de novembro de 1951.

ECOS DO TOCANTINS. **Expediente**. Ecos do Tocantins, nº 1, ano I. Pium: 22 de julho, 1951.

ECOS DO TOCANTINS. **Anuário do Tocantins**. Ecos do Tocantins, nº 425. Pium, 30 de março, 1957.

ECOS DO TOCANTINS. **Sobretítulo**. Ecos do Tocantins. Pium, 1954.

ECOS DO TOCANTINS. **E assim se criou a A.T. I**. Ecos do Tocantins, nº 531, Pium, 20 de julho, 1959.

ECOS DO TOCANTINS. **O anuário do Tocantins: mostrará o Tocantins ao Brasil**. Ecos do Tocantins, nº 360, Pium, 31 de dezembro de 1955.

ECOS DO TOCANTINS. **Simpática marca de uma iniciativa: também o Presidente Juscelino Kubitschek toma conhecimento da fundação do Anuário do Tocantins**. Ecos do Tocantins, nº 376, Pium, 21 de abril de 1956.

ECOS DO TOCANTINS. **Somos os mais fortes**. Ecos do Tocantins, nº 2, Pium, 20 de julho de 1951.

IBGE. **Cidades, Maranhão: histórico**. Fonte: BALSAS (MA). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://balsas.ma.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 3 mar. 2026.

IBGE. **Histórico município de Pium**. Pium, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33908&view=detalhes>. Acesso em: 3 mar. 2026.

HABERMAS, Jurgem. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MEMORIAL BALSENSE. **Professor Joca Rêgo**, o telúrico. Acesso: https://www.raimundofloriano.com.br/views/Comentar_Post/professor-joca-rego-o-telurico-9sjcEOOijgbEck1dBSld

NETO, Trajano Coêlho. **Pelo Sertão**. O Combate, nº 2.244, Maranhão: sexta-feira, 19 de maio de 1933a.

NETO, Trajano Coêlho. **Reflexões**. O Combate. Maranhão: quarta-feira, 11 de outubro de 1933b.

NETO, Trajano Coêlho. **Comentário político**. Ecos do Tocantins, Pium, 4 de janeiro de 1953a.

NETO, Trajano Coêlho. **Comentário político**. Ecos do Tocantins, Pium, 11 de janeiro de 1953b.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Proj. História: São Paulo, 1993.

PAINKOW, Aurielly Queiroz. **Discurso autonomista do Tocantins no Jornal Ecos do Tocantins**. XXI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste, Intercom, Goiânia, 2019.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. 2ª edição, Goiânia: Editora UFG, 2003.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Prefácio. In: **Comunicação, jornalismo e memória**: estudos regionais, vol.1/Roseane Arcanjo Pinheiro (org.) São Luís: EDUFMA, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS. **Dados do município**. Portal virtual. Disponível em: <https://www.balsas.ma.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 3 mar. 2026.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fonte, 1983

SANTOS, Ateneu Rego. **O escultor do jornalismo no Ecos do Tocantins**/depoimento para história por Ruy Bucar. São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Irenides; COSTA, Laiton. **A Folkcomunicação e a criação do Estado do Tocantins**: o caso de um almanaque separatista. Congresso Brasileiro de Comunicação. Porto Alegre: Intercom, 2002.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Do Senador ao prefeito eleito. **Ecos do Tocantins**, nº 572, Pium, 20 de novembro de 1960.

VALENTINI, RAPHAELO. NAVIOS EM CHAMAS. ECOS DO TOCANTINS, PIUM, 2 DE SETEMBRO DE 1951

O SERTÃO COMO PAISAGEM NO TOCANTINS

Marinalva do Rego Barros Silva⁴

Kátia Maia Flores⁵

Na paisagem do sertão
O sagrado se faz pão
Sacia as almas sedentas
Servido nas reverências
E na poesia dos cantos:

*“Bem de longe que eu venho vindo,
rompendo matos e campos
pra trazer na sua casa
o Divino Espírito Santo”*

A morada sertaneja
Veste-se de luz e devoção
Reparte o alimento
e agasalha os mensageiros
Do recado divino (...)
(Marinalva Barros)

Introdução

Com uma vasta dimensão de significados e enraizado no imaginário brasileiro desde o descobrimento, o termo *sertão* não se enquadra em definições espaciais precisas. Com uma diversidade de paisagens e espacialidades são muitos os sertões, variadas suas representações, polissêmicos seus conceitos.

O sertão é mais que uma geografia, é um universo plural que se manifesta de diferentes formas. O Tocantins carrega as marcas do sertão imbricadas em sua paisagem de cerrado, das muitas águas e chapadas. É nesse contexto de transição e singularidade que a paisagem tocantinense se revela, convidando a uma exploração que vai além da simples delimitação geográfica.

4 Doutora em Artes pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP (2019), graduação em História pela Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (1988), mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2009) Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Professora da Universidade Aberta do Brasil (UAB) E-mail: marinalva.rb@unitins.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7518393119037153> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1460-1344>.

5 Pós-doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (1986). Professora Associada da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Katia@mail.uft.edu.br Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0706564533129920> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9924-2565>.

Afinal, para entender o sertão no Tocantins, é preciso ir além da cartografia, compreendendo sua história, seu modo de vida, na paisagem que se desvela em sua riqueza e complexidade.

Território sertão: dos viajantes a Guimarães Rosa

No dicionário Houaiss da língua portuguesa (2015, p. 863), o vocábulo *sertão* é descrito como região agreste; afastada do centro urbano e das terras cultivadas; o interior do país; região pouco povoada; onde permanecem tradições e costumes antigos.

O sertão aparece nas mais remotas descrições de exploradores, pesquisadores, curiosos, cronistas e viajantes que passaram pelas terras do Brasil desde o século XVI. A Carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, narra a paisagem que ele vê de dentro da nau capitania, na qual de ponta a ponta era a praia, “muito chã e muito formosa” (Caminha, 1968, p. 52); o sertão, visto do mar, parecia muito grande, porque não se podia ver senão terra com arvoredos que pareciam muito longos.

A ideia de fronteira pode ser entendida como “entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, e até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam” (Holanda, 2017, p. 17), às vezes se misturando, outras vezes se sobrepondo aos elementos mais fracos, interligados por noções mercantilistas e colonialistas. Território pouco conhecido era o sertão no processo de colonização e povoamento.

Os *lugares* são os nomeados e povoados, enquanto os *não-lugares* são as paisagens obscuras e incultas (Espíndola, 2005, p.76). Não são precisas as fronteiras do sertão, não se pode afirmar onde começam ou onde se findam, pois são as circunstâncias que desenham seus movimentos.

Teles (2009) considera que o *sertão* tem sido uma palavra que, tanto no Brasil quanto em Portugal, tem designado o lugar *incerto, desconhecido, longínquo, interior, inculto*, que se opõe à perspectiva do observador, que se vê localizado em outro lugar: *certo, conhecido, próximo, culto, civilizado*. Trata-se de uma palavra revestida dos sentidos do processo colonizador.

Essa oposição litoral *versus* sertão se generalizou entre os viajantes do século XVI (Teles, 2009), apontando para o distante – o sertão – em relação ao lugar de onde se fala, e se cristalizou nos escritos ao correr do tempo: em *História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, em 1576; no *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, em 1587; em *Tratados da terra e gente do Brasil* de Pe. Fernão Cardim, em 1588; na *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1627, que fixa o sentido de sertão como terras de dentro do país, em oposição às terras da costa brasileira; em *Cultura e opulência no Brasil*, de André João Antonil, de 1711, dentre outras.

O sertão está presente na narrativa dos viajantes que vieram ao Brasil no século XIX, como um repositório de mitos, lendas, rituais fúnebres e encantatórios que, durante muito tem-

po, ficaram à margem da cultura brasileira, ignorados pelos historiadores da cultura, antropólogos e sociólogos (Teles, 2009).

A obra *O selvagem*, de Couto de Magalhães, em 1876, viria a alimentar a escrita de vários modernistas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. A expressão que nomeia um dos capítulos *O Grande Sertão Interior* iria evocar referências tanto na síntese de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, de 1902, quanto na síntese literária de *O Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, em 1956 (Teles, 2009, p. 80).

Portanto, desde o século XVI, com os grandes descobrimentos, um mundo desconhecido se mostra para navegantes e aventureiros em busca de riqueza, aventura e conquistas. Os relatos de Colombo sobre a América, os de Marco Polo sobre a China, a Índia e a Mongólia, entre tantos outros viajantes, constroem um imaginário que atrai os europeus, “sonhadores ávidos em conquistar e explorar riquezas” (Flores, 2013, p. 23).

Como colônia de Portugal, o Brasil ligava-se a esse contexto. Entretanto, apesar da curiosidade exploratória de nações europeias, que motivou vários tipos de viagens para conhecimento e mapeamento das riquezas, até o início do século XIX, Portugal dificultou ao máximo, por meio de leis, a entrada dos estrangeiros no Brasil.

Contudo, com a vinda da família real para a colônia, em 1808, e a abertura dos portos, abriu-se, também, o território brasileiro às viagens e expedições científicas estrangeiras, com o objetivo de conhecer a fauna, a flora, a geografia e outros aspectos do novo continente (Flores, 2013). O tema por excelência para o viajante do século XIX era a paisagem. Muitos, com domínio do desenho, carregavam uma visão educada na estética do pitoresco; além da descrição naturalista, sobressaía entre eles uma visão romântica do homem na floresta virgem ou da grandiosidade do universo.

Ao passarem pelo Tocantins, viajantes como Saint-Hilaire, Emanuel Pohl, George Gardner, John Burchell e Cunha Matos elaboraram relatos minuciosos, descrevendo a região, as condições das minas, a geografia, a fauna e a flora, os costumes e o modo de vida da população; bem como desenhos dos arraiais (Natividade, Arraias, Porto Nacional, Monte do Carmo, Conceição), do Rio Tocantins e de pessoas com as quais conviveram. Características como preguiça e indolência estão presentes nas narrativas de alguns viajantes sobre os habitantes do Tocantins:

[...] Os habitantes são vadios e indolentes ao extremo e, por isso, sempre há entre eles grande escassez das coisas de necessidade comum da vida. Conquanto grande parte dos arredores da vila muito se preste a plantações de mandioca e outras, bem poucas são as que se veem; e embora haja grandes fazendas de criação de gado a apenas poucas léguas de distância, não se encontra carne fresca à venda senão uma vez por mês, mas isso não admira, pois o grosso da população por seus hábitos indolentes, não dispõe de recursos para comprar carne ou qualquer artigo de utilidade (Gardner, 1975 p.157).

[...] Parei em uma fazendinha pobre, um quadro miserável. O proprietário contou-me que vivia ali há uns seis anos, tendo migrado do alto do Tocantins

com diversas cabeças de gado, mas que estava totalmente desanimado com os resultados de seu empreendimento; [...] este homem era tão irremediavelmente preguiçoso, ou desalentado, que tinha deixado tudo descambar, e ia empurrando uma existência miserável com as necessidades mais básicas. [...] tentei encorajá-lo a melhorar, reunir suas forças e agir como um homem, mas era como se eu tentasse induzir aquela personificação da indolência, o animal brasileiro chamado preguiça, a participar de uma corrida (Wells, 1995 p.167 – 168).

Bastiani e Andrade (2012) consideram que, para os viajantes do século XIX, o determinismo, o evolucionismo e o positivismo serviam como fundamento para explicar a realidade social do país, em razão de sua constituição étnica. O olhar dos viajantes era marcado pelo estranhamento e pela falta de parâmetros na percepção da alteridade. Motivados pela cosmovisão europeia e ignorando especificidades históricas, sociais e culturais da população do interior do Brasil, analisavam a realidade de forma impressionista.

As narrativas dos viajantes apontam distâncias entre modos de observação, “triangulações do olhar”, para além do modo de vida e da paisagem. As imagens elaboradas por eles participam da construção da identidade europeia, e indicam “como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro” (Belluzzo, 1996, p. 10). Trata-se de uma questão que não perdeu a atualidade, na medida em que subsiste o discurso sobre o centro e as margens, o aqui e o lá.

Portanto, referências ao termo *sertão* são recorrentes na escrita dos viajantes que passaram pelo Brasil desde o século XVI, significando quase sempre o interior, terras afastadas do litoral. Pode-se falar no “entrelugar” do sertão (Teles, 2009, p. 73), um espaço entre a observação e a imaginação, presente na escrita de cronistas, viajantes, religiosos e catequistas, e que veio desaguar na literatura.

A ideia de sertão está enraizada nas vivências das pessoas que o nomeiam: “seus sentidos são o amálgama de experiências históricas variadas, muitas vezes, e quase sempre, ambíguas, contraditórias e antagônicas” (Barbosa, 1998, p. 27). Segundo Milton Santos, “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, e de pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (Santos, 1988, p. 24).

Em Minas Gerais, a oposição entre sertão e litoral se configurou na composição do nome: *Mina* significou cidades interligadas, caminhos tráfegados em contato com o mar, extensão do litoral; por seu turno, *Gerais* foi o interior, lugar desprovido de ouro e de agricultura comercial, sem laços mercantis e sem apoio do governo (Espíndola, 2005, p.73).

Janaína Amado (1995) apresenta o *sertão* como uma categoria que povoa o imaginário, o senso comum e o pensamento social, para designar regiões de norte a sul do Brasil ao longo de sua história. Como categoria espacial, o sertão está emaranhado no cotidiano brasileiro: seja no Nordeste, como referência essencial, seja em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, seja na Região Sul ou na Amazônia. É também uma categoria de pensamento social, que paira sobre nossa historiografia desde o século XVI e que se tornou importante na análise de sociólogos e antropólogos no século XX, como uma categoria de compreensão do Brasil como nação.

A busca da nação levou à descoberta da região, ou seja, para a compreensão daquela, foi necessário lançar um olhar perscrutador sobre as outras áreas, contabilizar a distância e as diferenças, buscar meios de “apagar essas descontinuidades” que impediam a emergência de uma síntese nacional. As distâncias, a precariedade dos meios de transporte e comunicação, e a escassa migração norte/sul faziam com que esses espaços fossem “desconhecidos entre si, mundos separados e diferentes”, que se olhavam com o mesmo estranhamento com que nos olhava o europeu (Albuquerque Jr, 2001, p. 41).

Como categoria cultural, o *sertão* habita a música, o teatro, o cinema e a televisão, sobretudo na literatura culta e popular, com Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado e Ariano Suassuna, e de modo mais profundo com Guimarães Rosa, “evocador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos” (Amado, 1995, p. 147).

Teles (2009) adverte que algumas obras regionalistas e sertanistas trazem uma caracterização do sertão como um espaço geográfico e socialmente delimitado a usos e costumes rústicos, à religiosidade e a uma linguagem, a um passo da estereotipia da paisagem, da personagem e da ação.

Ribeiro e Silva (2014) também apresentam um estudo sobre o termo *sertão*, com base em Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. As autoras consideram quatro categorias: geográfica, sócio-histórica, metafórica e metafísica. Na categoria geográfica, sertão é o espaço físico geralmente identificado como local com vasta vegetação, população escassa, um lugar de dentro:

O senhor tolere, isto é o sertão. Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrojo de autoridade. [...] as vazantes, culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho (Rosa, 2001, p. 23-24).



Fonte: Acervo pessoal, Monte do Carmo/TO, 1979.

A categoria histórico-sociológica está relacionada à descrição de grupos sociais, relacionados aos conflitos, como jagunços e coronéis: “*O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado*” (Rosa, 2001, p. 35). Como categoria metafórica, o *sertão* se mostra uma entidade capaz de agir sobre os sujeitos, e de tomar decisões na vida do sertanejo: “*Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas, de repente, ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera*” (Rosa, 2001, p. 302).

Ao analisar pelo viés da metafísica “*o sertão está em toda parte*” (Rosa, 2001, p. 24) as autoras compreendem que aí o sertão não é apenas lugar geográfico, mas um lugar sem-lugar, onde ele e o homem se enlaçam: homem, o corpo; sertão, a alma. “Por mais que esse homem saia do geográfico do sertão, o sertão estará sempre nele” (Ribeiro; Silva, 2014, P.78).

Refratário a uma cartografia localizada, portanto, o sertão se constitui como “espaço migrante, de cartografia volátil”. Mapeá-lo é contradizer sua natureza ambígua, fugidia, descontínua, inconclusa, movediça, transitória” (Melo, 2006, p. 88). Como reitera Riobaldo, “*o sertão é dentro da gente*” (Rosa, 2001, p. 325).



Fonte: Acervo pessoal, década de 1960 – Monte do Carmo/TO.

Segundo Teles (2009, p. 86), após a Independência, a Corte do Rio de Janeiro substituiu Lisboa na utilização de uma linguagem dominadora, e o sertão, considerado até então como terras despovoadas e distantes, passou a ser o lugar do conflito social, de jagunços e cangaceiros, e dos oprimidos por uma política do campo sempre a favor dos ricos, sobretudo no Nordeste do país.

Milton Santos aponta como erro considerar-se somente o lugar, “como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas” (Santos, 1988, p. 21), o que evidencia a ideia de que *sertão* é algo que escapa a uma delimitação, e que não se enquadra em um só espaço geográfico.

Em estudo detalhado sobre a navegação fluvial nos sertões do Brasil, Flores (2009) assinala que a região em que se situa a bacia hidrográfica Araguaia/Tocantins tornou-se caminho costumeiro para os sertões do Brasil central. Na região de confluência destes rios, expedições para o apresamento de índios e a busca de minérios foram organizadas desde o século XVI, trazendo portugueses, mamelucos, franceses e espanhóis.

No século XVIII, o Tocantins tornou-se também fronteira de expansão das fazendas de gado, mas o povoamento mais efetivo viria somente com a mineração, a qual só se efetivou por meio de muitas campanhas armadas contra os indígenas. O fim da exploração do ouro trouxe decadência aos arraiais ligados a essa atividade econômica, ao mesmo tempo em que a navegação do rio Tocantins movimentou e incrementou povoados ribeirinhos, e interligou a cultura sertaneja do norte de Goiás com o mundo, notadamente até a abertura da estrada Belém-Brasília na metade do século XX, a qual migrou o eixo de desenvolvimento da região para o lado esquerdo do rio (Flores, 2009, p. 78-79).

No relato dos viajantes estrangeiros que passaram pelo Tocantins no período pós-mineratório, são encontradas informações sobre a decadência da região, a falta de urbanismo, e o distanciamento do mundo regido pelo capital e pelo trabalho.

[...] As doenças, principalmente nas insalubres regiões do norte, ceifavam os escravos que, por falta de assistência e medicamento, ficavam inteiramente entregues ao seu destino. Entre os muars comprados irrompiam epidemias, particularmente agravadas pela carência de sol na estação seca. E não era de esperar economia no começo da exploração de uma produtiva mina de ouro. Depressa se dissipava o que se obtinha com facilidade. [...] a extração do ouro, conseqüentemente, tornava-se menos produtiva e, assim, eles voltavam a cair em sua original indigência, nada mais lhe restando senão a lembrança de bons tempos que se foram (Castelnu, 1941, p. 123).

Flores (2009) destaca que o sertão hídrico foi o cenário onde se encontraram diferentes tipos étnicos: índios, em seu meio natural ou forçados à interiorização pelo povoamento costeiro; africanos, como força de trabalho da exploração mineral; bandeirantes portugueses e brasileiros; franceses; e mestiços resultantes dos cruzamentos étnicos.

Esse encontro, nos sertões do Brasil colonial, foi marcado também pela transmissão e circulação de conhecimentos. Os saberes indígenas substituíram a falta de tecnologia e de ferramental vindos da metrópole. Ora, as culturas milenares do Novo Mundo produziram conhecimentos pré-coloniais sobre o manejo da terra. A transferência dessa tecnologia indígena para o colonizador, segundo Priore (2016), foi favorecida pelo modo de vida dos roceiros coloniais, que abriam pequenas clareiras nas matas e, de modo geral, não ofereciam ameaça à sociedade indígena.

Pelo fato de ocuparem pequenos espaços, estabeleceram relações amistosas com tupis e tapuias coloniais, que promoviam a circulação de técnicas e de tradições, além de casamentos mistos. Desse modo, os saberes indígenas foram sendo assimilados pelos habitantes dos sertões, transmitidos aos escravos, que também detinham conhecimentos próprios, e aos portugueses. Priore (2016) assinala que a produção de mel foi uma das técnicas apropriadas dos indígenas, que acumulavam informações sobre a criação de abelhas produtoras e de técnicas de extração do mel, considerado de alta qualidade e exportado para a Europa.

Essa circularidade de saberes não se deu em mão única: roceiros brancos e os libertos também transmitiram tradições europeias e africanas aos povos locais, como o cultivo de variadas plantas. Portanto, “enquanto o litoral se africanizava e os aldeamentos jesuíticos lutavam pela europeização dos nativos” (Priore, 2016, p. 131), nas clareiras e florestas do sertão os habitantes promoviam uma singular fusão de costumes: africanos recorrendo ao mandacaru para mitigar a sede, portugueses aderindo às redes e à fabricação de canoas, e índios importando a tradição de práticas e rogativas cristãs europeias, como molhar os pés de cruzeiros para conchamar a chuva.

É preciso considerar, porém, que o mundo sertanejo não consistiu um processo homogêneo. À medida que se localizavam próximos às vilas e fazendas de exportação, com maior

utilização do trabalho escravo, mais se distanciavam na estrutura colonial. O modo de vida rústico dos roceiros coloniais foi severamente condenado pelas autoridades metropolitanas, sendo considerado como causa de pobreza e atraso, “uma ameaça à ordem e à organização da sociedade colonial” (Priore, 2016, p. 134).

Ora, nada mais coerente com a perspectiva do império português, segundo a qual a função da colônia era produzir para exportar ou abastecer fazendas exportadoras. Segundo Gruzinski (2001), a escassa presença portuguesa impôs ritmos mais lentos no Brasil colônia, ao mesmo tempo em que favoreceu espaços de manobra para os colonizados, bem como a proliferação de mestiçagens, que produziram numeroso contingente de mamelucos. Ao mesmo tempo, a ausência da Coroa e de um projeto sólido de ocupação favoreceu a brutalidade, corporificada na escravização das populações indígenas e na importação de negros do continente africano.

Outras tensões marcaram a vida do sertão colonial: o avanço da lavoura de exportação foi uma delas, ao expulsar da terra a cultura de subsistência, deixando como alternativas para o colono deslocar-se para novas áreas de matas, integrar-se como peão nas fazendas, ou partir para a luta em defesa de suas terras, o que significava violência, algo que também esteve presente nesse contexto. Além das dificuldades naturais, próprias da vida nos sertões, as tensões contribuíram para o empobrecimento das massas rurais, principalmente devido à inoperância do Estado em preservar e promover a prosperidade do povo do sertão.

O encontro de tipos étnicos no Tocantins, “essa combinação múltipla, contrária às vezes, mas conformada na sobrevivência dos sertões, dava contorno e forma àquele meio marcado pelo encontro de raças e razões históricas” (Flores, 2009, p. 35). Pode-se aferir que, nesse novo cenário, cada um foi forçado a recuar de seu meio de origem, e a se adaptar cotidianamente a novos contextos, que alteraram de modo profundo o sentido das coisas e das relações humanas: um processo de *deslocamento* (Hall, 2004); de *desenraizamento* (Gruzinski, 2001).

O sertão pelo olhar de Frei José Maria Audrin

É esse sertão hídrico de que fala Flores (2009) que Audrin (1963) descreve nas obras *Entre sertanejos e índios do Norte* e *Os sertanejos que eu conheci*. Nascido em 1879 em Bédarioux, sul da França, Frei José Maria Audrin veio para o Brasil em 1903 como missionário da Ordem Dominicana, retornando somente em 1952. Grande parte dos quase cinquenta anos de Brasil ele os passou às margens dos rios Araguaia e Tocantins, nos sertões do Tocantins e do Pará.

Na obra *Os sertanejos que eu conheci*, Audrin (1963) define para o leitor o sertanejo que ele retrata, prevenindo possíveis protestos daqueles que pensam o sertão e seus ocupantes baseados, segundo ele, nas descrições “acerbas” de Euclides da Cunha e nas narrativas “injustas” de Monteiro Lobato:

Os sertanejos a que nos referimos [...] são aqueles que vivem nas zonas centrais, tão mal conhecidas, banhadas pelos Rios Tocantins, Araguaia, Xingu. [...] não vegetam em recantos isolados, onde crescem apenas mandacarus, rasga-gibões e xiquexiques; não são vítimas de secas periódicas; não estão sujeitos a disputar com o gado e outros animais a água escassa das cacimbas [...] não são retirantes com destino aos cortiços da Pauliceia ou às favelas da Cidade Maravilhosa. [...] são pobres, porém não andam esfarrapados e esfomeados [...] vivem e pelem num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos (Audrin, 1963, p. 6-9).

Em cada capítulo, ele evoca o modo de vida do sertanejo dessa região: sua moradia; o modo como se alimentava, se vestia e tratava suas enfermidades; como se deslocava, cortejava, educava os filhos e enterrava seus mortos; como vivenciava a religião e combatia o quebranto, o mau olhado, as pragas rogadas e as visagens⁶; além disso, descreve as sociabilidades e a relação com os indígenas e os jagunços do sertão.

O autor esclarece que o que ele nomeia como jagunço nesse sertão não é o assassino de profissão, tampouco o cangaceiro à moda de Lampião, ou o bandoleiro desalmado que comanda desordeiros. Não. O jagunço desse sertão pode ser um homem ordeiro e trabalhador, bom pai de família, vaqueiro ou roceiro honesto, que nunca sonhou com violências e mortes. Até que uma grave desavença familiar ou divergências políticas⁷ mudem de pronto a ordem local:

Pegam então em armas com presteza, pois sabem quanto lhes seria difícil apelar para a justiça, sendo-lhes também impossível valer-se da polícia. Esta de fato não existe. Todos aqueles que, de qualquer maneira, pertencem aos ofendidos ou defensores são, de bom ou mau grado, recrutados e armados. [...] É como se, em pouco tempo, brotasse do chão grupos equipados e municados. [...] Finalmente, depois de múltiplas escaramuças, dão-se encontros ferozes e os prisioneiros são sangrados sem remissão e os cadáveres abandonados aos urubus (Audrin, 1963, p. 194-195).

Audrin relata que essas tragédias faziam aflorar no sertanejo todos os instintos indígenas de sua natureza: “rapidez de movimentos, acuidade dos sentidos, astúcia na execução de complicadas táticas, extraordinária resistência física para suportar a fome, a sede, as vigílias e os ferimentos” (Audrin, 1963, p. 194). Findo o conflito, geralmente o sertanejo voltava à sua lida, evitando gabar-se das façanhas trágicas nas quais se enredara. Não obstante a brutalidade das lutas, elas não transformavam seus combatentes em homens destinados aos excessos e à violência.

Em regiões de tão grandes distâncias, as relações de cortesia com aqueles que bebiam água do mesmo riacho, labutavam nas mesmas matas, pescavam na mesma beirada de rio, iam além do verniz social. Era preciso acudir nas privações, enfermidades e luto; ajudar e participar das festas de família, das rezas e festejos, das caçadas e pescarias; fazer visitas em domingos e dias santos para longas conversas.

6 Tudo que é visão, aparição, barulhos noturnos em casa, movimentos estranhos, pancadas de entes invisíveis (Audrin, 1963, P. 141).

7 Aqui Audrin faz referência aos conflitos de Boa Vista do Padre João (Tocantinópolis, TO) no final do século XIX, e de São José do Duro (Dianópolis, TO) em 1920 (Audrin, 1963, P. 195).

Mas o sertanejo também empreendia longas peregrinações pelos mais variados motivos: negócios, compras, tratamento de saúde, visitas sociais e familiares, festas religiosas. Viajava a pé, no lombo de animais ou em barcos vagarosos, por caminhos ásperos e rumos incertos. É possível entrever o tempo lento no sertão, onde a pressa é ignorada, na fala do sertanejo despedindo-se ao viajar: “Não me esperem tão cedo!”, ou “Estarei de volta no finzinho das águas”, “Chegarei, se Deus quiser, no princípio do ano” (Audrin, 1963, p. 93).

Os relatos de Frei Audrin demonstram que as mudanças ocorriam em ritmo lento na região. Prevaleceu, por algumas décadas do século XX, o modo de vida do século XIX registrado pelos estrangeiros (Flores, 2013), graças ao isolamento e à escassez de vias de acesso e de comunicação. Em certos aspectos, grande parte desse sertão perdurou até a criação do Estado do Tocantins em 1988.

Considerações finais

O isolamento que marcou o sertão do norte goiano, com o ritmo de vida ditado por tradições seculares, começou a mudar de forma acelerada com a criação do Tocantins. A formação do novo estado quebrou as barreiras geográficas e sociais que preservavam um modo de vida praticamente inalterado desde o século XIX.

Com a emancipação de 1988, o novo estado se abriu para o Brasil. A criação de rodovias, a implantação de infraestrutura e a chegada de migrantes de todas as partes do país transformaram a paisagem e a dinâmica social. As antigas fazendas, povoados e caminhos de boiada deram lugar a cidades em crescimento, projetos agropecuários e a um intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Um território de expansão, modernização e conflitos.

Contudo, ao analisar a paisagem do Tocantins, percebemos que o sertão não desapareceu por completo. Ele foi ressignificado, e suas marcas persistem na cultura e nas tradições, dividindo espaço com a paisagem do desenvolvimento e da mudança em vários aspectos. A criação do Tocantins representou uma nova fase na história do sertão, um capítulo em que o antigo e o novo se encontram, moldando uma paisagem única e cheia de contrastes.

Referências

- AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- ALBUQUERQUE JR.; Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. Recife: Massangana, São Paulo: Cortez, 2001.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, pp. 145 – 151, 1995.
- BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BASTIANE, Carla; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Viajantes Naturalistas do século XIX na Região da Província de Goiás**: levantamento de topônimos indígenas. Antares, vol.4, nº8, jul./dez. 2012.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos Viajantes. In: **Revista USP**, São Paulo:8.19, Junho / Agosto 1996.

CAMINHA, Pêro Vaz de. **A carta**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Itatiaia; São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1941.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: Ed. Da UCG, 2009.

FLORES, Kátia Maia. **Estrangeiros no Tocantins no século XIX**. Palmas: Nagô Editora, 2013.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

HOUAISS, Instituto Antônio (org.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.

MELLO, Adriana Ferreira de. **O lugar sertão**: grafias e rasuras. Dissertação (de Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: IGC, 2006.

PRIORE, Mary Del. Mary Del. **História da gente brasileira - Colônia**. São Paulo: Le Ya, 2016.

RIBEIRO, Rayanne Kételle; SILVA, Telma Borges da. **Linguística e filológica**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. **Revista Verbo de Minas: letras**. Juiz de Fora, v. 8 nº 16, jul./dez. 2009, pp. 71 – 108.

WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

PODER LOCAL: UMA GEOPOLÍTICA DE ALIANÇAS

Kátia Maia Flores⁸

Tramas, conchavos, alianças e rupturas demarcaram os espaços de poder na distante capitania de Goiás. Sucessivos governadores traduziram as ordens reais, ou a falta delas, em ordenamentos locais eivados de vícios, de descaminhos e prevaricações, entre tantos outros modos locais de governação. Governadores e ouvidores dividiam os espaços de poder enquanto teciam escandalosas tramas governativas, relatadas na conveniência de infindáveis correspondências trocadas com a corte de Lisboa. O que recorto aqui neste texto é um fragmento da relação mantida entre os governadores de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas (1804 – 1809), Fernando Delgado Freire de Castilho (1809 – 1820) e o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado (1804 – 1821), ao desenharem uma nova geopolítica para o norte goiano e uma nova divisão de poder entre seus mandatários.

Francisco de Assis Mascarenhas⁹ tinha origem na antiga nobreza portuguesa e veio ao Brasil para encurtar uma carreira que, sem dúvida, no ultramar, seria vantajosa e lhe renderia mais prestígio e recursos. Ao chegar à capitania de Goiás, no princípio de 1804, encontrou uma série de situações que há anos se arrastavam sem providências ou descaso de seus antecessores, envolvidos em sucessivos escândalos e na má gestão dos assuntos públicos para além dos interesses pessoais.

Até então, a governação de Goiás centrava-se na questão principal ligada à crise da mineração aurífera. Com a crescente diminuição da extração do ouro, Goiás não tinha outra atividade econômica, estruturada e capaz de dar sustentabilidade à capitania e seus habitantes. Assim, por mais que a agropecuária se viabilizasse como possível alternativa, faltavam estradas e meios de comunicação, bem como capital para a exploração da atividade em bases capitalistas.

Instalado no governo e na emergência de sucessivas crises e escândalos na capitania, o governador Francisco de Assis Mascarenhas pôs em curso um conjunto de reformas para tentar equilibrar as contas públicas, fazendo reiterados cortes na manutenção das tropas e dos funcionários civis (Memórias Goianas, v. I. p. 108). Porém, nem de longe atingia o cerne do problema da crise enfrentada por Goiás, que residia na má gestão e no exclusivismo da exploração econômica, centrada unicamente na mineração do ouro.

8 Pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (1986). Professora Titular da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT); Autora do livro *Caminhos que andam: a navegação fluvial no Tocantins do século XIX, entre outros*. katia@mail.uft.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0706564533129920> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9924-2565>

9 D. Francisco de Assis Mascarenhas, sexto conde da Palma e marquês de São João da Palma, nasceu em Lisboa em 30 de janeiro de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de março de 1843. Foi governador da capitania de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Os marcos do seu governo em Goiás estão ligados à divisão da comarca em duas, criando uma ao norte, com sede em São João das Duas Barras; o incentivo à navegação dos rios Araguaia e Tocantins; incentivo à mineração, agricultura, comércio e indústria.

Na mesma ocasião, tomou posse o novo ouvidor de Goiás, Joaquim Theotônio Segurado¹⁰, magistrado formado em Coimbra, que também vinha de importante linhagem e que, assim como o governador, buscava encurtar sua carreira e encontrar suas bases de poder na administração colonial.

Ao assumir o cargo de ouvidor, o magistrado foi agraciado também com sua nomeação como desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (Carta de ouvidor com assento na Relação do Rio de Janeiro, de 1º de junho de 1804) e como Desembargador da Relação da Bahia (1808). Theotônio Segurado, desde que tomou posse como ouvidor da capitania de Goiás em 1804, almejava um espaço de atuação que extrapola em muito o da administração da justiça, ocupando um campo muito mais amplo e urgente: o da economia política traduzida na prática da governação. Foi a este campo que se dedicou nos dois primeiros anos que esteve à frente da ouvidoria de Goiás, o que lhe rendeu confiança e prestígio junto ao governador:

Atesto que o atual ouvidor desta comarca, o bacharel Joaquim Theotônio Segurado é muito inteligente, reto e exatíssimo no desempenho de suas obrigações; que a ele se deve a criação de uma Companhia de Comércio agora estabelecida no Arraial de Traíras, que tem por objetivo negociar com a cidade do Pará pelo rio Maranhão (Tocantins), do que deverá resultar um grande benefício à Capitania, especialmente na Repartição do Norte; que pelas suas eficazes providências tem tomado novo vigor todas as ordens relativas à lavoura; que a cultura do algodão se tem já aumentado consideravelmente, não só pelas minhas, mas também pelas suas enérgicas persuasões; e que finalmente o aumento desta capitania me parece dependente da conservação deste magistrado no lugar que ocupa, e que tão distintamente desempenha (Memórias Goianas, v. I. p. 37).

A atuação de Segurado à frente da ouvidoria de Goiás, com o apoio do governador Mascarenhas, ocorreu em campos bem mais amplos do que propriamente o da magistratura, reforçando o quanto a administração da justiça constituía o principal campo da governação no Antigo Regime e o quanto os atos de governar e de julgar encontravam imbricados nesse emaranhado sistema.

Em 1806, o desembargador Theotônio Segurado apresentou a *Memória Econômica e Política sobre o Comércio Ativo da Capitania de Goiás* (Código 807, v. 10), que, pela primeira vez, de forma sistematizada, relatava a situação da capitania diante da crise da mineração e as possíveis estratégias para que Goiás encontrasse estabilidade econômica.

O ouvidor, nos dois primeiros anos no exercício do cargo, trabalhou em unidade com o governador e ocupou-se de empreender viagens por toda a capitania, conhecendo suas peculiaridades como um todo e construindo uma rede de relacionamentos com as elites locais. Passados dois anos, Theotônio Segurado estava certo de seu desejo de permanecer em Goiás e, assim, anexou às *Memórias Econômicas* um pedido de permanência no cargo:

10 Joaquim Theotônio Segurado nasceu em Moura, província do Baixo Alentejo, sul de Portugal, em 25 de fevereiro de 1775. Filho de José Gomes Segurado (Capitão das Ordenanças de Moura e vereador) e de Anna Maria das Dores, naturais, respectivamente, de Moura e Serpa, sul de Portugal.

[...] eu tenho trabalhado por corresponder ao conceito que Vossa Alteza Real formou de mim, quando se dignou escolher-me para um lugar abalado com movimentos convulsivos, procedidos já das desordens das autoridades constituídas, já da decadência da capitania. A presente época é inteiramente diversa da que findou com o passado governo: então tudo queixas a Vossa Alteza; hoje só representações a benefício desse povo: hoje só se trata de os felicitar. Parece-me que eu não tenho a menor parte nestes procedimentos vantajosos a esta capitania; por isso eu receio muito que um sucessor com sistema diverso arruíne os alicerces do grande edifício que o General e eu temos principiado: pouco importa que um dos dois queira seguir o mesmo sistema, ele jamais conseguirá o seu fim, se não for de mãos dadas com o outro. Os governadores, é verdade que têm o poder executivo, mas eles, ordinariamente, ou não saem da capital, ou saem a poucas léguas. Pelo contrário, o ouvidor visita a capitania toda, averiguar as causas da decadência de cada um dos julgados e os meios de remediá-las. Estas causas me obrigam a desejar a minha conservação nesse lugar (Memórias Goianas, v. I. p. 38).

O ouvidor havia encontrado o seu espaço de poder nos sertões distantes do Brasil. Por delegação do governador Francisco Mascarenhas, fincou suas raízes no norte da capitania, de onde saíram as observações práticas levadas a termo na *Memória* apresentada em 1806. As *Memórias Econômicas e Políticas sobre o Comércio Ativo da Capitania de Goiás*, escritas por Theotônio Segurado, trouxeram proposições inovadoras ao governo goiano e, a partir de então, serviram de diretrizes às ações governamentais empreendidas nas gestões de Francisco de Assis Mascarenhas e, posteriormente, de Fernando Delgado Freire de Castilho (1809 – 1820), proporcionando um olhar mais atento à realidade do norte goiano.

As memórias foram lançadas em um momento em que Goiás enfrentava grande crise resultante da queda constante na produção do ouro. A base econômica de Goiás, centrada na mineração, e o esgotamento das minas levaram a capitania a um círculo vicioso de estagnação econômica, para o qual se buscava superação.

Essa superação, segundo consta no documento, estava no fortalecimento do comércio interno, principalmente por meio da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, e no incentivo à agricultura, estimulando o mercado com o Pará. De forma ampla, propunha-se a dinamização econômica, principalmente do norte goiano, a partir de um conjunto de políticas a serem adotadas pelo governo de Goiás e implementadas pessoalmente pelo ouvidor.

Além da navegação dos rios, outro ponto importante estava na rejeição da mineração como base da economia de Goiás, assim como na condenação das vias de comunicação ligadas ao ouro, isto é, aquelas que ligavam Goiás ao Centro-Sul por tropas de muares, utilizando os caminhos do rio São Francisco. O magistrado Teotônio afirmava que: “a agricultura, as artes¹¹ e o comércio são as colunas em que pode firmar-se a felicidade de qualquer povoação: pela agricultura se conseguem as matérias-primas; pelas artes, dando-lhes forma, se lhes dá novo valor; pelo comércio se exportam as supérfluas e importam as que faltam¹²”.

11. O significado de artes no século XIX estava relacionado às “artes mecânicas”, que incluíam atividades que iam das artes manuais (confecção de objetos) às ciências da natureza. A noção de ofícios mecânicos estava ligada à ideia das artes úteis, que permitiam uma aplicação concreta em campos como a agricultura, indústria, comércio, engenharia, ciências naturais, tipografia, ou seja, na produção de riquezas

12. Entre finais do século XVIII e início do XIX, o pensamento fisiocrático de base ilustrada e as ideias liberais que começam a emergir com a

O documento está dividido em três partes, sendo que apresenta, em primeiro lugar, um estudo de mercado dos principais produtos de exportação de Goiás: o algodão, o açúcar, a aguardente, a rapadura, o café, o toucinho, a carne seca e a sola. Segundo Theotônio, o preço pago por esses produtos em Goiás, com o fim de serem comercializados via Rio de Janeiro e São Paulo, estava bem aquém dos praticados diretamente com o Pará.

Theotônio via com muito otimismo e extremamente vantajoso que, com algum estímulo, Goiás se dedicasse à produção desses gêneros, todos de grande interesse nos mercados da Europa. A criação do gado *vacum*¹³ era o único produto que, segundo Segurado, deveria ficar exclusivamente a cargo do norte da capitania, em razão das suas terras, que, segundo ele, eram inferiores às do sul. Porém, salientava que a comercialização do gado em pé com a Bahia não era vantajosa; maior lucro teria o comerciante de carne salgada e solas no mercado do Pará (Memórias Goianas, v. I. p.46-7).

Percebe-se o real interesse de Theotônio Segurado em estabelecer uma nova geopolítica, na qual Goiás representaria um novo corredor que se interligaria à Europa por meio dos portos do Norte.

A segunda parte trata da navegação dos rios Tocantins e Araguaia como o meio mais vantajoso de comunicação de Goiás. Segundo ele, todas as vilas e arraiais deveriam realizar suas exportações pelas vias fluviais do Araguaia e Tocantins, pois “vimos no conhecimento de que nela não há um só julgado que não possa participar dos benefícios da exportação” (Memórias Goianas, v. I. p. 51).

E, na terceira e última parte, apresenta as razões pelas quais as reformas anteriores falharam e apresenta algumas proposições. Segundo Theotônio:

Contradições, e nenhum constante sistema nos alternados governos, falta de feitorias, pobreza dos negociantes que têm tentado a navegação do Araguaia; estas (sic) são as causas de que elas se acham quase no mesmo pé em que principiou; falta de direção na agricultura e comércio nos julgados e repartições norte faz com que as canoas do Pontal desçam

revolução industrial inglesa influenciaram de forma significativa a elite letrada luso-brasileira. O princípio de que a união entre as três principais atividades produtivas - agricultura, comércio e manufaturas - são “as colunas em que pode firmar-se a felicidade de qualquer povoação” ganha força e expressão, remetendo ao conceito de felicidade do filósofo inglês David Hume, de caráter prático, concreto e utilitário. A “felicidade de qualquer povoação” era um bem possível de ser atingido pelo homem e, conseqüentemente, pela sociedade da qual faz parte, somente podendo existir se essas atividades não fossem tratadas separadamente, pois uma povoação isolada que se limita à agricultura ou, do mesmo modo, outra que se dedique apenas ao comércio ou à manufatura não poderia ter êxito. O estabelecimento de uma relação intrínseca entre agricultura, manufatura e comércio reflete a influência do pensamento fisiocrático, que, segundo Fernando Novais em Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial - 1777-1808 (1979), servia apenas para a «política econômica reformista» iniciada em Portugal no reinado de d. José I, sem um processo de sistematização. Essa política econômica começou a ser executada pelo marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, com o intuito de reformar o aparelho estatal português, reforçando ainda mais o que a historiografia convencionou chamar de «exclusivo comercial» entre colônia e metrópole. Os pensadores e estadistas lusos se apropriaram das categorias de pragmatismo e utilitarismo presentes nas idéias fisiocráticas como uma inspiração para modernizar a política econômica mercantilista, sem abraçar de fato os princípios liberais que regiam as novas relações comerciais decorrentes da revolução industrial da Grã-Bretanha. Também os homens que compunham a administração da colônia aderiram a essa forma de pensamento, muitos formados pela Universidade de Coimbra, reformada no governo pombalino. E dedicaram-se a tornar possível a aplicação do princípio em diversas regiões da América portuguesa.

13 Gado Vacun – Sistema de criação adotado nos sertões, em que o gado circulava livremente nos pastos.

descarregadas; e ignoro por que fatalidade não se tem continuado a navegação do Maranhão (Tocantins) ao menos até o Porto de Água Quente (Memórias Goianas, v. I. p. 51).

O que se propunha era a formação de companhias particulares, reguladas pela própria dinâmica mercantil e isentas das descontinuidades dos governos. Além do incentivo à formação das sociedades comerciais, recomendava ainda: três ou quatro feitorias no Araguaia e duas no Maranhão, junto com o privilégio de não pagarem dízimos pelo espaço de dez anos; as pessoas que se estabeleceram nas margens dos ditos rios afiançarão aos navegantes tanto a subsistência quanto a sua segurança da parte dos Gentios.

O privilégio concedido aos que fizerem comércio com o Pará, de pagarem somente a metade dos direitos de entrada por dez anos, animará todos os negociantes a seguir antes este comércio do que o do Rio e da Bahia.

Finalmente, continuar a promover a agricultura em toda a Capitania e persuadir os povos do Norte a que façam o comércio ativo da carne-seca e da sola, deixando de lado o prejudicial comércio de venderem boiadas para a Bahia; tais são as providências que se têm apresentado ao meu espírito a fim de facilitar o comércio ativo desta Capitania, único meio de a livrar dos precipícios a que tem estado exposta (Memórias Goianas, v. I. p. 53).

A proposição e o detalhamento de um plano bem elaborado embasaram sua respeitabilidade e destacaram o preparo intelectual do magistrado. Como diz o ditado: “Em terra de cego, quem tem olho é rei”. As “Memórias” elaboradas por Theotônio Segurado lhe renderam prestígio junto ao governador Francisco de Assis Mascarenhas, que advogou, junto ao rei, sua permanência no cargo de ouvidor para além do tempo prescrito, algo que, segundo os regimentos da função, restringia a três anos a residência no local indicado.

Joaquim Theotônio Segurado permaneceu como ouvidor em Goiás por 21 anos, exercendo parte do tempo na única comarca da província e, posteriormente, na criada comarca do Norte. Inicialmente, Goiás possuía uma única comarca, até que o alvará de 18 de março de 1809 dividiu a em duas: uma ao norte, com sede em São João de Duas Barras, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, e a outra na região centro-sul.

Cumpria-se, ao final do governo de Francisco de Assis Mascarenhas, além da efetivação de uma nova configuração espacial com a criação da comarca do Norte, medidas importantes para o incentivo à navegação dos rios Araguaia e Tocantins, favorecendo comerciantes e agricultores locais envolvidos na produção e na distribuição de gêneros provenientes da lavoura, que passaram a ter a possibilidade de escoar seus produtos pelo comércio fluvial entre Goiás e o Pará, bem como de facilitar o contato com São Paulo, por meio dos rios da parte sul do território, já que percorrer as estradas era muito mais dispendioso. Em 1809, após cinco anos de governo, D. Francisco Mascarenhas foi transferido para o governo de Minas Gerais, tomando posse em seu lugar Fernando Delgado Freire.

Em 26 de novembro de 1809, Fernando Delgado Freire de Castilho tomou posse no governo de Goiás, dando sequência aos planos já em curso, embasados pelas Memórias escritas por Joaquim Theotônio Segurado e afiançadas pelo governador Francisco de Assis Mascarenhas.

Convencido de que o plano proposto para Goiás era estratégico para o futuro da província, tratou de assegurar, junto ao príncipe regente (D. João IV), as medidas necessárias para implementá-lo. Em resposta, foi publicada a Carta Régia de 5 de setembro de 1811, que aprovava o plano de criação de uma sociedade de comércio entre as capitanias de Goiás e do Pará, concedendo-lhe isenções e privilégios em favor da mesma sociedade. Tal documento consolidou o prestígio e o poder alcançado por Theotônio Segurado junto à corte e ao governo de Goiás.

Fernando Delgado Freire Castilho, dos meus Conselho, Governador e Capitão General de Goyaz. Amigo. Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar. Tendo subido a minha real presença o vosso officio datado no 1º de fevereiro deste ano, com o qual remettesse a memória que vos dirigiu o Desembargador Ouvidor da Comarca de S. João das Duas Barras, Joaquim Theotônio Segurado, sobre os obstáculos que existem para o aumento e prosperidade do comércio entre essa Capitania e a do Pará, e sobre os meios de remover os mesmos obstáculos a benefício do dito comércio; e tendo eu tomado na minha real consideração este tão importante objeto, que desde muito tempo ocupa os meus paternais desvelos, e sobre o qual já em outras ocasiões tenho mandado dar providências: sou ora servido, a vista da referida memória e das reflexões que sobre o seu conteúdo fazeis no vosso officio, determinar-vos o seguinte, esperando no zelo, inteligência e eficácia com que vos empregais no meu real serviço, que fareis todos os possíveis esforços para o cabal desempenho das novas providências que vos incumbo, das quais devem sem dúvida resultar as maiores vantagens a essa Capitania, facilitando as suas relações comerciais, promovendo a sua riqueza, e a segurança e felicidade desses povos (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, p. 101, 1811).

Mais uma vez, a aliança entre o governador e o ouvidor da comarca do Norte rendeu ações que abriram caminho para as mudanças econômicas de Goiás. Em primeiro lugar, destaca-se a insistência na promoção da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, inaugurando um capítulo no transporte e na comunicação da região com os portos do Norte do Brasil. Entre as medidas implementadas, destacam-se a abertura de um porto em Santa Rita e a fundação de um presídio na foz do rio Manoel Alves e de outro em São João de Duas Barras – o de Santa Maria, ao norte.

A iniciativa favoreceu a formação de uma sociedade mercantil voltada ao comércio entre Goiás e o Pará, com fundo de cem mil cruzados e direito de exploração por quinze anos, além de outros benefícios previstos na Carta Régia de setembro de 1811, tais como: isenção de serviço militar, não só para os sócios, como também para as pessoas por eles empregadas; concessão de sesmarias e de patente de coronel de milícias ou capitão-mor aos sócios contribuintes com mais de 4.000\$000. As terras a serem ocupadas eram marginais aos rios, no intuito

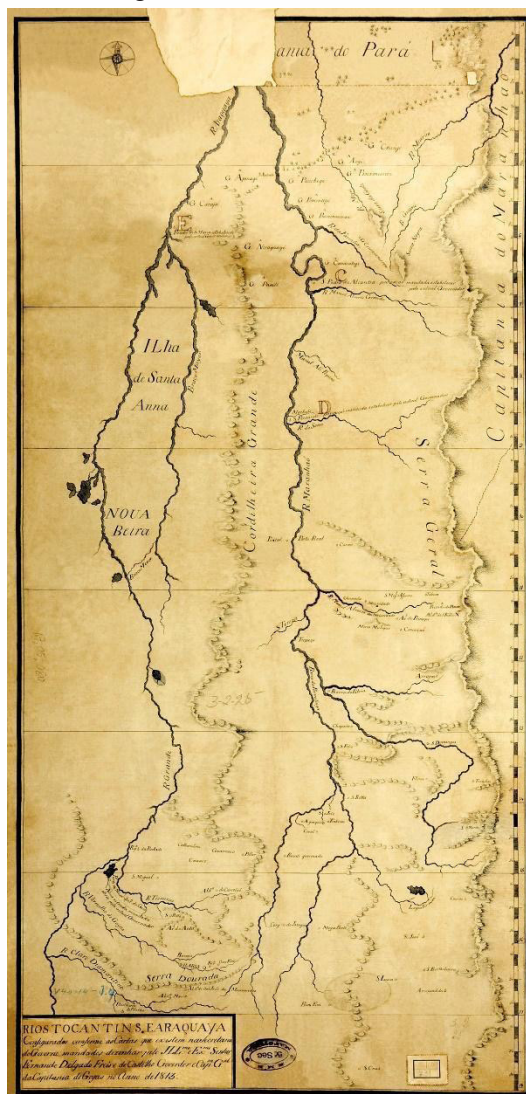
de promover o povoamento das suas margens; as dívidas da sociedade gozariam dos mesmos direitos da dívida pública; isenção de dízimos sobre os produtos agropastoris produzidos por moradores das margens dos rios; moratória aos devedores da fazenda pública; e permissão para a escravização de índios.

Fernando Delgado Freire de Castilho deixou o governo de Goiás em agosto de 1820, quando foi promovido a conselheiro do Conselho da Fazenda de Lisboa, sendo então transferido para o Tribunal da Fazenda do Brasil. Sua saída de Goiás pôs fim a uma aliança de quase duas décadas entre os governadores Francisco de Assis Mascarenhas, Fernando Delgado e o desembargador e ouvidor da comarca do Norte, Joaquim Theotônio Segurado. Essa relação tecida e alicerçada de forma insistente e cuidadosa pelo astuto ouvidor, conformou as relações de poder e arquitetou uma nova geopolítica para o norte goiano.

Nem tudo o que foi proposto pelo ouvidor foi levado a efeito ou resultou no esperado; no entanto, não foram desprezadas as políticas que se seguiram até o romper da Independência. A navegação do rio Araguaia acabou inexpressiva, uma vez que o povoamento de suas margens e o aldeamento dos indígenas nunca chegaram a ser concretizados. Quanto à navegação do rio Tocantins, mais dispendiosa, em razão da obstrução por pedras e cachoeiras, foi praticada por mais de um século por negociantes do Norte, que, em botes a remos, transportavam os gêneros excedentes da região e os comercializavam nos portos do Pará a preços vantajosos, como já havia sido antecipado nas Memórias.

O norte da capitania especializou-se na criação de gado *vacum*, que era transformado em carne salgada e vendida juntamente com o couro no Pará. A despeito dos incentivos e das isenções de dízimos, as margens dos rios tardaram a ser povoadas; os caminhos para a Bahia jamais foram desprezados, e o comércio do gado em pé prosperou. Mas, de modo geral, a orientação planejada do ouvidor resultou no estabelecimento da agropecuária e do comércio como atividades econômicas que estavam para além da subsistência.

Figura 1. Rios Tocantins e Araguaia



Fonte: Arquivo Histórico do Exército CO-GO-10.01.2080.

Os rios Tocantins e Araguaia configurados conforme as cartas que existem na Secretaria do Governo, mandados desenhar pelo Ilmo. Exmo. Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho, governador e capitão-mor da capitania de Goiás no ano de 1813.

Referências:

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Ipiranga, 1979.

ARQUIVO Histórico Ultramarino (Portugal). Decreto de 18 de março de 1809. **Carta de lei, alvarás, decretos e cartas régias**. p. 28.

ARQUIVO Histórico Ultramarino (Portugal). AHU_CU_008, Cx. 47, D. 270. **Requerimento de Joaquim Theotônio Segurado ao príncipe regente D. João, solicitando confirmação da nomeação no lugar de ouvidor-geral de Goiás**. 1804, maio, 28, Vila Boa.

ARQUIVO Histórico Ultramarino (Portugal). AHU_CU_008, Cx. 47, D. 2729. **Segurado, Joaquim Theotônio e outros**. Representação do governo provisório da Comarca de São João da Palma, pedindo providências contra o governador de Goiás por atitudes injustas e arbitrárias, e pedindo continuar com seu governo provisório, independente de Goiás, por ser a comarca autossuficiente. Cavalcante, 00/09/1821. Original.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). Códice 807. V. 10. **Segurado, José Theotônio. Reflexões sobre o melhoramento da capitania de Goiás**. 1808.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). **Coleção de Leis do Império do Brasil**, v.1. 1811, p. 101

ARQUIVO Nacional Torre do Tombo (Portugal). **Decreto de 25 de fevereiro de 1814**. Carta de lei, alvarás, decretos e cartas régias. Lisboa, ANTT, p. 28 – 29.

ARQUIVO Histórico Ultramarino (Portugal). Decreto de 18 de março de 1809. **Carta de lei, alvarás, decretos e cartas régias**. p. 28.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Memórias e outros documentos sobre vários objetos**. Rio de Janeiro, Fundos Diversos – SDH, Códice 807, v. 10.

DOLES, Dalísia. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia, Oriente, 1973.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: a navegação fluvial no interior do Brasil**. Goiânia, UCG, 2011.

LIMA, André Nicácio. **Caminhos da Integração, fronteira da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. **Memórias Goianas**. V. I. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 1982, p. 37.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. **Memórias Goianas**, V. I. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 1982, p.46-7)

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: **Almanack brasiliense**, n. 02, novembro, 2005.

PORTUGAL. **Regimento do ouvidor-geral do Brasil de 14 de abril de 1628**. Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1627 a 1633. Lisboa, p. 124-127, 1855a. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.ufsh.unl.pt>. Acesso em: 3 mar. 2026.

PORTUGAL. **Regimento do ouvidor-geral do Brasil de 17 de julho de 1643**. Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1640 a 1647. Lisboa, p. 217-221, 1856. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 3 mar. 2026.

PORTUGAL. AHU. **Chancelaria de Maria I – Certidão do Lugar de Ouvidor**. [ant. 1804, janeiro, 10, Goiás]

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808 – 1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

HISTORIANDO O TELEJORNALISMO NO ESTADO DO TOCANTINS: O PODER DA NOTÍCIA E DA IMAGEM

Millânia Soares Milhomem Freitas¹⁴

Andreia Luiza Dias¹⁵

KylDES Batista Vicente¹⁶

Introdução

Este estudo é um percurso histórico do telejornalismo no Tocantins. Para uma compreensão das tipologias que compõem o telejornal, escolheu-se historiar o surgimento da televisão, os programas improvisados e a construção das primeiras notícias televisivas.

Parte-se do pressuposto de que os telejornais modificaram a forma de produção da notícia. O jornalista, como analista da realidade, formata notícias para milhares de brasileiros. É através deste instrumento noticioso que os telespectadores ficam sabendo o que aconteceu e o que está acontecendo na economia, na política, na educação, na saúde, em sua cidade, em seu país e no mundo.

Assim, seguiremos uma linha linear sobre a história dos meios de comunicação no Brasil e a chegada e consolidação no Tocantins. Destaca-se a criação dos telejornais, as primeiras transmissões ao vivo e as principais dificuldades e ausência de tecnologia nas redações dos telejornais.

Para finalizar esse percurso histórico, ressalta-se as divergências teóricas sobre a televisão, a popularização do veículo e as facilidades de acesso à notícia por meio dos telejornais, em virtude da imagem, que seduz o telespectador. Assim, pontua-se que este estudo será dividido em dois grandes tópicos: Do Nacional ao Regional: O Percurso da Indústria da Mídia até Palmas; e Quando a Tela Fala: Imagem, Notícia e Televisão.

O primeiro é relativo ao percurso da indústria nacional de mídia e a criação das indústrias de comunicação no Tocantins e de sua implantação em Palmas. O segundo tópico é sobre a relação televisão, notícia e imagem.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e de caráter histórico-descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A análise parte do levantamento de obras teóricas que tratam da história da televisão no Brasil, do telejornalismo e das relações entre notícia, ima-

14 Graduação em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1224928093893208>. E-mail: millaniamilhomem@hotmail.com

15 Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451253538650638>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3013-1899>. E-mail: andreialuizadias@gmail.com

16 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1249709305972671>. E-mail: kylDES.bv@unitins.br

gem e mídia, bem como de fontes que abordam, especificamente, a implantação da televisão e dos telejornais no Tocantins.

Para a construção do percurso histórico, foram consultados documentos institucionais, jornais impressos, registros audiovisuais, matérias jornalísticas e produções acadêmicas relacionadas ao tema. A escolha por essa metodologia deve-se à necessidade de compreender o telejornalismo como um fenômeno social, cultural e comunicacional, observando tanto as dimensões técnicas (produção, improviso, ausência de tecnologia) quanto os aspectos teóricos e críticos (divergências sobre o papel da televisão, sua popularização e influência no consumo da notícia).

Do nacional ao regional: o percurso da indústria da mídia até Palmas

Se, na década de 1920, as estações de rádio surgiram quase que simultaneamente em todas as regiões do Brasil, o mesmo não ocorreu com a televisão, ao contrário, ela teve início em São Paulo e no Rio de Janeiro. De 1950 a 1965, a história da televisão brasileira desenvolveu-se à margem da história da família Marinho, que, vinha atuando desde 1925 na imprensa diária, com o jornal O Globo, e desde 1944 no rádio.

Assis Chateaubriand, proprietário de uma cadeia de jornais e estações de rádio – os Diários Associados – inaugurou, em setembro de 1950, a TV Difusora em São Paulo e a TV Tupi no Rio de Janeiro. A TV Difusora foi também a primeira emissora da América Latina, pois nasceu oito dias antes da TV mexicana. Em dezembro de 1951, surge a TV Paulista, em São Paulo, seguida mais tarde pela TV Record, no Rio de Janeiro (Ortiz, 1996).

A televisão cresce nesse imenso Estado federativo, o Brasil, de acordo com a integração nacional, lema do governo militar. Para adquirir credibilidade, ela precisava de um estabelecimento e de um quadro institucional que propiciassem o desenvolvimento da comunicação. Como dissemos anteriormente, no ano de 1962, o Estado tinha a responsabilidade de instalar e explorar as redes de telecomunicações.

A Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), criada em 1965, com o *slogan* “A comunicação e a integração”, assumiu a responsabilidade, dada pelo Governo Federal, de unir os diversos Estados da Federação através de um sistema de micro-ondas. Assim, construiu uma estação terrestre de comunicação por satélite e lançou as bases de uma Rede Nacional de Televisão. A primeira fase de formação de uma Rede Nacional, iniciou-se em 1967, após o surgimento do *videoteipe*.

Em agosto de 1974, o Brasil tornou-se o quarto usuário dos canais de telecomunicações do Sistema Internacional de Satélites, *Intelsat*. A comunicação cresceu com a expansão tecnológica, mas nem todos obtiveram o mesmo êxito diante dessa oportunidade.

Em julho de 1957 o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, aprovou a concessão de TV para a Rádio Globo e, em 30 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações publicou um decreto concedendo o canal 4 do Rio de Janeiro à TV Globo Ltda.

O acordo *Globo/Time-Life* foi fechado com a intervenção do então presidente da República, o Marechal Castelo Branco. Em 1969, foi inaugurado o “Jornal Nacional”, produzido no Rio de Janeiro, primeiro telejornal veiculado em rede nacional. As emissoras participaram da economia brasileira, principalmente a Globo, que se situava entre os projetos do Estado e do capitalismo mais moderno, voltado para os mercados internos. (Ortiz, 1996).

Com o fechamento da Rede Tupi, na década de 80, a Globo recolheu entre 50 e 70% da audiência, enquanto o restante foi disputado pelas outras três redes (Bandeirantes, Manchete e Sistema Brasileiro de Televisão). A Rede Globo é composta de 50 emissoras de sua propriedade ou afiliadas. O SBT, que surgiu a partir dos despojos da Rede Tupi, recebeu a concessão de seu primeiro canal em 1975.

A Rede Globo ocupa o quarto lugar entre as grandes redes mundiais. Em 1985, seus lucros operacionais atingiram 120 milhões de dólares, relativos ao montante de anúncios para a TV anualmente, dos quais a Globo absorvia 60% (Mattelart, 1998)

O Brasil tomará conhecimento da novela através de adaptações de roteiro provenientes de Cuba e da Argentina. Em 1950, quando a *Lever* começou a produzir radionovelas, os atores eram contratados pelas empresas e não pelas emissoras. Do mesmo modo, aconteceu com as telenovelas, para as quais os atores eram contratados principalmente pelas empresas *Lever e Colgate – Palmolive*.

Só, então, no final de 1960, a telenovela não é mais produzida por estas indústrias. Somente com as produções nacionais de telenovelas os países latino-americanos conseguiram manter seus próprios segmentos de produções televisivas.

Em agosto de 1985, os Poloneses escolhiam a novela “A Escrava Isaura”, da Rede Globo, como a melhor produção televisiva (86% da audiência). Em Cuba, Fidel Castro confessou que foi obrigado a mudar o horário da novela, pois seus colaboradores acompanhavam, por todo país, a história. Lucélia Santos, a heroína, foi convidada a participar como convidada de honra do Congresso sobre a Dívida Externa Latino-Americana, realizado em Havana, em agosto de 1985.

Em Portugal, a novela *Gabriela*, também da Globo, paralisava todo o país. A companhia telefônica registrou uma queda de 70% nas comunicações durante o horário da novela. Na Itália, no horário vespertino, ocupado pelas novelas, o tempo publicitário tornou-se tão caro às 14 horas como às 20 horas (Ortiz, 1996).

A história das novelas no Brasil começou realmente em 1963, com as produções de roteiros estrangeiros e adaptações de romances populares. A primeira fase da novela na televisão brasileira teve início em julho de 1963, com o lançamento de “25499 Ocupado”, pela TV Excelsior, uma adaptação de um roteiro argentino. O sucesso de “A moça que veio de longe”, lançada também pela TV Excelsior, uma adaptação de Ivani Ribeiro, fez a novela ganhar seu espaço cotidiano no horário nobre das 20 horas.

O segundo período é inaugurado no ano de 1965 com a novela “O Direito de Nascer”, que reedita um espaço das novelas radiofônicas agora na TV. Veiculada pela TV Tupi, o sucesso foi tão grande que estimulou as demais redes a exibirem mais novelas em sua programação. Até a TV Aversa, a TV Record foi seduzida por esse gênero. Ao contrário da TV Excelsior, a TV Globo manteve-se até 1969, dando preferência às produções dirigidas pela cubana Gloria Magdan e às novelas que se passam no Marrocos, México, Espanha, Japão ou Rússia, ao invés das produções nacionais.

O terceiro período começa com Beto Rockfeller, que renovou as histórias da telenovela, trabalhando pela TV de herói e de impulso dramático, afasta-se do sentimento e cria a “novela-verdade”. Com Rockfeller, por coincidência, foi utilizado pela primeira vez o *videoteipe*. Trata-se de instrumento sem alta definição, com foco profundo na fotografia, o mais adequado para primeiros planos e planos médios. O gênero da nova fórmula da telenovela se adaptava perfeitamente às exigências da publicidade.

Mesmo que a fórmula tenha sido originária de uma emissora concorrente, é a Globo quem saberá centralizar e explorar essa nova descoberta. Com a contratação de bons atores, diretores e escritores, como Janete Clair, Ivani Ribeiro e Dulce Santussi, foi consolidando-se com uma tecnologia de ponta e as novas tendências que iam surgindo.

No ano de 1967, fundamentado no Ato Institucional nº 4, o governo militar, através do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro, promoveu modificações no código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62), estabelecendo novas normas para o exercício das concessões de canais de rádio e de televisão. Ironicamente, o desenvolvimento da televisão, principalmente da TV Globo, aconteceu durante o período de maior restrição governamental (Mattos, 2002).

A Rede Globo cooperou com a política ideológica do Regime Militar, em troca, expandiu sua rede, conseguindo outras concessões e mais afiliadas entre as emissoras existentes. Como ela já era uma emissora que se destacava, o acordo mútuo entre a Rede Globo e o Projeto Militar proporcionou-lhe a cobertura de todo o território nacional com um sinal televisivo e a produção dos programas de grande interesse, que poderiam ser vendidos para os anunciantes multinacionais e nacionais.

Com uma tecnologia atualizada, desde 1991, os programas da Globo são editados em computador, o que permite a gravação de cenas no estrangeiro e a edição no Brasil, ou vice-versa.

Em 1995, a emissora inaugura a Central Globo de Produções, conhecida como Projeto Jacarepaguá (PROJAC), no Rio de Janeiro, com cinco anos e 200 milhões de dólares investidos.

Telejornalismo na nova Capital

Assim que foi criada a capital tocantinense e divulgada sua implantação na mídia nacional, pessoas de várias regiões do Brasil deslocaram-se para Palmas, com a esperança de recomeçar a vida em uma cidade a ser construída.

A nova capital teve sua construção iniciada em maio de 1989. A transferência efetiva dos três poderes públicos - até então instalados em Miracema do Tocantins – aconteceu em janeiro de 1990. Situada entre a Serra do Carmo, do Lajeado e o lago, Palmas foi planejada para ser a “Primeira Capital Ecológica do Brasil”.

O local escolhido para a instalação da Capital, pelo então Governador José Wilson Siqueira Campos, teve como principal meta, que a cidade fosse construída no centro geográfico do Tocantins, conseqüentemente, do país. Acreditou-se na época que a instalação da Capital no Centro do Estado provocaria a integração à economia do Tocantins das principais cidades como: Araguaína, Gurupi, Paraíso e demais regiões isoladas (Souza, 1992. p. 21).

Inserido neste processo histórico, surgiu o telejornalismo em Palmas, com a função de informar, veicular notícias e, ao mesmo tempo, mostrar à população como seria a nova capital. A missão era promover a comunicação entre as cidades e a capital do Estado.

Com a nova “praça”, Palmas, jornalistas de várias partes do país vieram para a capital procurando oportunidade de trabalho em jornais e retransmissoras de TV. A justificativa era de que o mercado de trabalho era cada vez mais escasso nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Não foi fácil para os pioneiros da comunicação implantar e produzir telejornais com equipamentos ultrapassados e com a falta de infraestrutura que a cidade oferecia. O telejornal local colaborou para registrar cenas que ficaram na história de Palmas, fiscalizou e acompanhou, junto à população, cada obra erguida tijolo a tijolo, transmitindo o progresso que surgia, fazendo com que o telejornal frisasse a identidade tocantinense.

A criação dos telejornais

Antes mesmo da sede oficial da capital tocantinense ter sido transferida para Palmas, no dia primeiro de janeiro de 1990, muitos profissionais da televisão, entre repórteres, cinegrafistas e editores atuavam no Estado, registrando as primeiras imagens e acompanhando cada passo da criação do Estado e de Palmas.

Em 1989, na capital provisória, Miracema do Tocantins, existia uma pequena equipe de reportagem da TV Anhanguera, emissora da Organização Jaime Câmara. Esta equipe era formada pelos repórteres Ruy Bucar, Carlos Gomes, Gilson Cavalcante e pelo cinegrafista Sidney Madalena. A responsabilidade era fazer a cobertura das ações do governo e da construção de Palmas (Santos, 2002).

A maioria desses profissionais contratados para integrar a equipe da TV Anhanguera tinha algo em comum. Todos eram naturais do Tocantins, do norte-goiano. Desta equipe, apenas o repórter Gilson Cavalcante não era nortense, era natural de Porangatu-GO, cidade na divisa com o Norte de Goiás e Tocantins. Coincidência ou não, o fato é que esse quesito facilitou a vinda dos profissionais para o Estado. Eles conheciam a região em todos os termos, culturais, políticos, religiosos e jurídicos.

Na década de 1990, era difícil encontrar profissionais qualificados na área de comunicação. O desafio maior era mudar para um local sem conforto e ter que trabalhar com uma estrutura precária. O jornalista Ruy Bucar, natural de Paraíso do Tocantins, depois de ter se formado e trabalhado em um jornal impresso em Goiânia, foi um dos que retornou para o estado, a convite do Jornal do Tocantins, para cobrir a posse do primeiro governador, tendo mais tarde, passando a ser, também, um dos primeiros repórteres a atuar na televisão (Santos, 2002).

Nos primeiros meses do Estado, a equipe da TV Anhanguera ainda estava montada. Então, toda a semana vinha uma equipe da Jaime Câmara de Goiânia, para produzir matérias sobre o Tocantins, pois o telejornal era todo editado em Goiânia. E cada semana, havia uma troca de equipe, já que ninguém queria ficar aqui. Em função dessa carência eu fui contratado pela empresa a trabalhar não só no jornal, mas também no telejornal. O que para mim foi uma grande oportunidade para aprender, já que, até então, eu nunca tinha trabalhado em televisão. Minha experiência vinha do jornal impresso. Cheguei a fazer estágios em Goiânia e só depois passei a assumir a equipe da capital¹⁷.

Nos depoimentos relatados pela historiadora Jocyléia Santana Santos (2002), o sinal da TV Anhanguera estava presente na região quando o Tocantins ainda era norte de Goiás. A primeira cidade a receber o canal foi Araguaína, em 1976, e, um ano depois, em 1977, Gurupi também passou a retransmitir o sinal. Desde 1989, a TV Anhanguera já exibia seu primeiro telejornal do Tocantins. Era o telejornal da noite, às 19 horas, hoje Jornal Anhanguera, segunda edição. Esse telejornal era produzido pela equipe em Miracema, mas todo o material bruto das reportagens produzidas por esta equipe era enviado para Goiânia, onde o Jornal Anhanguera era editado e apresentado. As fitas de vídeo eram enviadas de ônibus para a capital de Goiás, as matérias levavam mais de doze horas para irem ao ar, ou seja, fazia-se a reportagem em um dia e somente no outro a mesma era exibida no telejornal, à noite. Isso ocorria quando o material chegava ao seu destino final, pois muitas fitas foram extraviadas.

Devido à demora em colocar as notícias no ar, as matérias estavam sempre atrasadas. Como as notícias quase nunca eram factuais, fazia-se, portanto, matéria enfocando o fato que ainda estava acontecendo, para que a informação não perdesse seu “prazo de validade”, tornando-se ultrapassada.

Oficialmente, o primeiro telejornal a ser todo produzido e apresentado em Palmas, foi o “Telejornal do Tocantins”, da primeira emissora instalada na capital, a TV Palmas, então Rede-

17 BUCAR, Ruy. Jornalista. Entrevista concedida a T.F.B. Palmas-TO, 29/03/2006.

sat. As imagens da TV Palmas foram ao ar pela primeira vez, ainda em caráter experimental, em março de 1990, operando em UHF (Ultra High Frequency), canal 36, retransmitindo a programação da TV Bandeirantes, de São Paulo. O responsável pela implantação da TV Palmas foi o jornalista pioneiro Luiz de Carvalho, que, no período, era Secretário de Comunicação.

Segundo Bastos (2001), a TV Palmas foi instalada num pequeno galpão de *madeirite*, construído atrás do Palacinho, sede provisória do Governo, onde ficava também a Secretaria de Comunicação e a equipe do “Telejornal do Tocantins”, que tinha como apresentadores Ademir Martins, Carlos Moscom, os repórteres Marly Santos, Carla Borges e Maria Filomena, e os cinegrafistas Frederick Borges e Sidney Madalena, que também trabalhava na Jaime Câmara. Mas, apesar dessa equipe, a qualidade das primeiras edições do Telejornal do Tocantins, que iam ao ar diariamente, às vezes ficava ameaçada devido às condições técnicas.

Essas condições do telejornal e, conseqüentemente, da TV, passaram a melhorar no dia 10 de setembro de 1990, quando a sede da TV Palmas foi transferida para um prédio próprio. Foi também nesta mesma data, às 20h30, que o Governador Siqueira Campos acionava o comando play de um VT, simbolizando naquele momento a inauguração da TV Palmas, que, durante seis meses, operou apenas em caráter experimental. Aquele dia ficou na história. A partir de então, a TV Palmas entrou no ar definitivamente, com um clipe de abertura de três minutos de duração, com Genésio do Tocantins cantando um hino feito especialmente para aquela abertura, com cenas aéreas do Estado filmadas pelo primeiro cinegrafista contratado pela Secretaria de Comunicação (Secom), Sidney Madalena (Bastos, 2001).

Como a cidade de Palmas era recente e, naquele tempo, só existia a sede do governo, era frequente, nas pautas dos telejornais, não só da TV Palmas, como também da TV Anhanguera, a predominância de matérias referentes às atividades do governo. Devido a essa falta de assuntos, começaram a surgir nos telejornais matérias relacionadas aos pioneiros, mostrando o dia a dia das pessoas comuns que chegavam de todos os recantos do país. Produziam-se matérias sobre diversos assuntos. Afinal, tudo era novidade em Palmas. Começavam a entrar no ar matérias como, por exemplo, a primeira padaria, o primeiro posto de gasolina, o primeiro carro emplacado em Palmas, o primeiro bebê e assim por diante. Este foi o tempo dos telejornais dedicados a tudo que fosse primeiro.

TV Anhanguera em Palmas

Na transferência da sede de governo do Estado para Palmas, em 1990, a equipe que produzia matérias em Miracema foi transferida para a cidade de Porto Nacional, que, na época, oferecia melhor acesso à capital, ao contrário de Miracema, cujo obstáculo era a passagem pelo Rio Tocantins, sem ponte. Neste mesmo ano, a sede da emissora em Gurupi passou a fazer a edição das matérias, não sendo mais necessário enviar as reportagens para Goiânia. De Porto Nacional, a equipe passou a enviar as matérias para Gurupi, onde ficava a geradora e a administração da empresa (Silva, 2006).

No dia 20 de fevereiro de 1991, a TV Anhanguera lançou seu primeiro telejornal todo produzido, editado e gerado direto de Gurupi. Era a primeira vez que a emissora colocava no ar o Jornal Anhanguera completamente finalizado no Estado do Tocantins.

Depois que a estrutura foi montada em Gurupi, a equipe de telejornalismo definitivamente transferiu-se para Palmas, em 1991, juntamente com a primeira estação retransmissora na capital. Da torre localizada no centro de Palmas, a TV Anhanguera fez sua primeira transmissão ao vivo fora de estúdio, com o repórter pioneiro Carlos Gomes entrevistando o diretor regional da Jaime Câmara, Luiz Fernando Rocha Lima, e o assessor de Comunicação, Gilson Cavalcante.

O telejornalismo foi melhorando e aumentando o número de equipe, que já contava com duas, sendo dois repórteres, dois cinegrafistas e dois auxiliares de cinegrafistas. A equipe foi instalada numa casa de dois cômodos na ARSE - 51, onde funcionava o Jornal do Tocantins, constituindo, nessa localidade, a Organização Jaime Câmara.

Antigamente o telejornal parecia que era feito na praça dos girassóis. Ou seja, faziam matérias na Assembleia Legislativa, Palácio Araguaia e nas secretarias do Estado. Procuramos então, mudar a cara dos telejornais, pois percebemos que o telespectador de Palmas e do Estado ia além dos três poderes. Passamos a mostrar mais o interior de Palmas. Afinal, o nosso compromisso é com o público¹⁸.

No dia primeiro de março de 1991, estreou o “Jornal Anhanguera - primeira edição”, com oito minutos de duração. Em 1995, a TV Anhanguera incorporou mais um telejornal em sua programação, o “Bom Dia Tocantins”, e, no ano seguinte, entrou no ar o “Jornal do Campo”, exibido nas manhãs de domingo, e o “Globo Esporte” local, com duração de apenas 4 minutos, sendo transmitido diariamente após o “Jornal Anhanguera - primeira edição”.

A Tecnologia chega às redações dos telejornais

A Capital ia crescendo e, conseqüentemente, o fluxo de informação aumentava. Isso, de certa forma, obrigou as empresas de comunicação de Palmas a investirem em recursos físicos para acelerar o processo da notícia, fazendo com que ela chegasse mais rápido ao telespectador e com uma melhor qualidade.

Aliada a essa necessidade de agilizar a informação e facilitar o trabalho dos profissionais da imprensa, era preciso acompanhar os avanços da tecnologia com todos os seus benefícios. Além disso, havia a necessidade de investir em qualidade para conquistar a audiência, pois com o surgimento de novos telejornais a concorrência havia aumentado.

Nesse contexto, os telejornais começaram a adquirir novos equipamentos, os cenários passaram a ter um *designer* moderno com mais cor e as matérias puderam ser melhor elaboradas. Com o uso da tecnologia nos telejornais pretendia-se diminuir a improvisação e a margem de erros vividos nos primeiros momentos.

18 SILVA, Rogério. Entrevista concedida a M.S.M. Palmas-TO, 29/03/2006.

As velhas máquinas de escrever foram aos poucos substituídas por computadores e as antigas câmeras, por modelos com melhor definição de som e imagem. Era o telejornalismo entrando na era da informatização, acompanhando as novas tendências do mercado. A TV Palmas, por exemplo, começou a captar imagens e editá-las com câmeras e ilha de edição no formato *Betacam*, sistema que é utilizado até hoje.

Antes da era da informática chegar às redações, o apresentador lia as manchetes do telejornal através de um aparelho chamado *teleprompter*. Era um equipamento mecânico, que rodava manualmente as chamadas das matérias e mostrava, numa tela, o que o locutor deveria anunciar em cada bloco. Em alguns telejornais, o teleprompter nem existia. O locutor ficava com o texto das manchetes em mãos, lendo-as, ou alguém o segurava, a uma distância que desse para o apresentador lê-las. Atualmente, com o avanço das novas tecnologias, este sistema ganhou outra versão: o *telenet*, um programa de computador que envia os textos diretamente para o computador do estúdio, facilitando a leitura do apresentador.

O investimento em equipamentos e em tecnologia foi positivo para a transmissão das matérias dos telejornais da TV Anhanguera, cujas reportagens eram editadas apenas em Gurupi, de onde o sinal era gerado. Através da aquisição de uma ilha de edição na sede da TV em Palmas, foi possível não só produzir matérias, como também editá-las na capital.

Outro fator que colaborou com a rapidez da veiculação das matérias da TV Anhanguera, foi a interligação, através de fibras óticas, das três praças da emissora: Palmas, Gurupi e Araguaína. Tal estratégia permitiu à emissora gerar e receber material entre suas praças 24 horas, ou seja, o passado ficou na história, a época em que o material tinha de ser transportado de ônibus, correndo o risco de ser extraviado.

Quando a tela fala: imagem, notícia e televisão

A televisão como meio de comunicação

As pesquisas sobre a televisão, à medida que se consolidam, fazem uso de várias disciplinas para dar conta desse objeto tão vasto. A utilização da história para analisar os mais variados assuntos é quase uma obrigação. A periodização é uma das formas de organização mais usadas nos estudos sobre a televisão. Essa estratégia faz recortes temporais em seus objetos de estudo, facilitando a compreensão da parte a ser analisada.

Para falar sobre televisão, é necessário ressaltar que existe um conjunto de experiências que a define. O teórico Arlindo Machado conceitua a televisão da seguinte forma:

Televisão é um termo mais amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos: compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais, abertas ou pagas, até o que acontece nas pequenas emissoras locais de baixo alcance, ou o que, é produzido por produtores independentes e por grupos de intervenção de canais de acesso público (Machado, 2001. p. 19 - 20).

A Televisão exerce influência no modo como entendemos o mundo, na tomada de decisões e na mudança de conceitos. Ela provoca e estimula interesse e a necessidade de se ampliar o conhecimento dos fatos. É capaz de manipular e mobilizar toda uma sociedade. A TV é um dos mais recentes processos de comunicação e ajuda o homem no conhecimento do mundo, utiliza-se de muitos princípios e técnicas dos meios de comunicação já existentes no momento de seu surgimento (Squirra, 1993).

De acordo com Dominique Wolton (1998, p.157), “a televisão é um fator de identidade cultural e de integração social, devido à dupla condição de ser uma televisão assistida por todas as classes sociais e de ser um espelho da identidade nacional”.

Isso demonstra não apenas o imenso atrativo que a TV exerce sobre as pessoas e o lugar que ocupa na vida moderna, mas também a importância acadêmica do estudo de seu uso pela audiência.

O meio televisivo, principalmente o meio jornalístico, passa a selecionar porções de realidade que respondem às exigências e criam um espaço na forma de “realidade alternativa”. Machado (2001) diz que o fluxo jornalístico é uma sucessão de “versões” do mesmo acontecimento. Para ele, a questão da verdade está afastada do significado do telejornal, pois geralmente não é com a verdade que ela trabalha, mas com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos.

Apesar de uma trajetória repleta de controvérsias e de crises, tanto de conteúdo quanto de audiência, estudos recentes demonstram o grande interesse do público pelos telejornais. “[...] com isso, ganham importância os programas jornalísticos na programação das emissoras, não só pelos índices de audiência, mas pela sua capacidade de informar” (Brasil, 2005. p. 50).

Um dos principais problemas em relação à compreensão do telejornal é o pressuposto generalizado de que sua função seja informar sobre o que está acontecendo. Como isso é aceito globalmente, em geral, as abordagens de telejornais se restringem a tentar verificar o grau de exatidão ou de confiabilidade dessa informação que é veiculada. O telejornal precisa informar, porém é um programa de TV. Essa visão geralmente define critérios que permitem aos editores tratar a notícia dentro do mesmo esquema com que se monta um espetáculo, ou seja, visivelmente atrativo.

A notícia

Estruturalmente, a notícia segue o modelo simplificado de um relato que responde, basicamente, às clássicas perguntas: o que, quem, quando, onde, como e porquê. É assim, pelo menos, que ensinam os manuais de redação jornalística.

Notícia não é o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, ao contrário disso, a notícia é algo acontecido, um fato. Segundo o eletrônico Houaiss, a notícia é o relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais, ocorridos no país ou no mundo, veiculados em jornal, televisão, revista etc.

Quanto à produção de notícias, esta passa por decisões subjetivas, que interferem no relato dos fatos e, por isso, existe a necessidade de regras e discussões em busca de uma maior imparcialidade. A notícia deve ter boa argumentação, a qualidade deve prevalecer sempre sobre a apresentação, pois o primordial é a informação. O relato de uma informação, sem nenhuma criatividade, não despertará interesse. Além de atraente e emocionante, a matéria terá de conter também um alto grau de comunicabilidade.

A informação deve assumir um caráter universal, isto é, deve ser inteligível ou passível de decodificações por pessoas de diferentes níveis culturais, profissões ou repertórios. Ela apenas se tornará um produto de consumo após ser maquiada e devidamente elaborada pelo jornalista, a partir de técnicas capazes de torná-las atraente e interessante.

Para os jornalistas, os assuntos são considerados relevantes a medida que interessam a um grande número de pessoas, quando causa impacto ou afetam a vida dos cidadãos. Esse conceito de notícia se aplica a todos os veículos. O que muda é a maneira como as informações são transmitidas. Cada veículo tem linguagem, limitação e recursos próprios (Bistane, 2005, p. 41).

De uma maneira geral, a notícia para televisão segue princípios básicos do jornalismo, mas tem suas especificidades devido à linguagem do meio. Na TV, a notícia será ouvida pelo telespectador apenas uma única vez, sem a possibilidade de uma releitura que são oferecidas, por exemplo, pelos jornais e revistas. Por isso, a informação tem que ser clara, direta e objetiva, o que não significa que o jornalista não deva se preocupar em construir um texto jornalístico eficiente.

No instante em que toma conhecimento da notícia, o espectador não pode interromper o jornalista pedindo-lhe que esclareça algum ponto não compreendido. Não pode voltar no tempo para recuperar uma frase ou uma informação que perdeu, a não ser que tenha gravado (Curado, 2002, p. 19).

Ainda de acordo com Curado (2002), o texto para TV deve ter, em primeiro lugar, clareza, não deve confundir o ouvinte, levando-o a parar para compreender o que acaba de ouvir. A informação precisa ser transmitida sem tropeços. Em segundo, deve ser precisa, pois é um elemento essencial para a sua apresentação. Por último, deve ser imparcial, o jornalista deve ouvir todas as partes para esclarecer todos os pontos e não favorecer apenas um lado.

O poder da imagem

A televisão é, de fato, um grande atrativo para os olhos. Sua luz parece enfeitiçar e dominar todos os sentidos.

O poder mágico da aparição e a sucessão fácil e esperada das imagens não permitem ao telespectador imaginar que a produção televisiva é pensada com rigor, que vai desde a posição da câmera, o corte, a domesticação da linguagem verbal com a redução drástica do universo vocabular até as normas de comportamento do jornalista (Novaes, 1991, p.10).

Chegam a causar a impressão de magia, algumas imagens de televisão, devido não só ao contexto da informação em si, mas também aos recursos disponíveis na tecnologia empregada em sua produção. O jornalismo de televisão expõe personagens e cenas, gerando um efeito de realidade. É preciso que a notícia tenha a capacidade de entreter o telespectador, e a imagem colabora muito com isso, pois pode ser um argumento definidor em alguns casos.

Embora a palavra seja peça fundamental na notícia de televisão, é preciso considerar também a importância da imagem. Grandes são a força e o poder de convencimento da imagem na TV. Podemos dizer que é com a imagem que a televisão compete com o jornal e o rádio, ela suplanta os demais veículos de comunicação, porque, além dos códigos linguístico e sonoro, utiliza a imagem como suporte básico de sua linguagem. É com ela que a TV tem seu poder e prende a atenção das pessoas. A imagem em movimento transmite efeitos. Por causa disso, as produções televisivas privilegiam a força expressiva da imagem, inclusive nos programas jornalísticos. As imagens também dão credibilidade e força à notícia.

Quando o telespectador liga a televisão para assistir ao telejornal, ele quer saber as notícias, tomar conhecimento dos fatos através da imagem de tais fatos. Quando existe uma imagem forte de um acontecimento, ela leva vantagem sobre as palavras. Ela é suficiente para transmitir, ao mesmo tempo, informação e emoção. [...] vamos refletir em cima de algo que entra na casa das pessoas possibilitando-lhes a visão de uma realidade externa àquela em que vivem. É nesse contexto que entendemos as imagens no telejornalismo (Paternostro, 1999, p. 72).

Segundo Curado (2002), no jornalismo de TV, a imagem dá apoio ou esclarece uma certa informação. Em certas situações contextualizadas, ela chega a dispensar qualquer texto. Dessa forma, transmite de maneira simbólica um fato. A preocupação no telejornalismo é fazer com que o texto e a imagem caminhem juntos, sem competição. Ou o texto tem a ver com que o que está sendo mostrado, ou não tem razão de existir. O papel da palavra é dar apoio à imagem. “A palavra está casada com a imagem. O papel da palavra é enriquecer a informação visual. Quem achar que a palavra pode competir com a imagem está completamente perdido” (Brasil, 2005. p. 9).

Considerações finais

No desenvolvimento dessa questão, escolheu-se como objeto de análise a notícia, por representar, entre as variadas formas de jornalismo, aquela que pretende dar conta da visibilidade do real, ao anunciar o núcleo básico do fato/acontecimento. A análise das regras de produção do discurso jornalístico, especificamente da notícia, como dispositivos que estruturam a construção do acontecimento veiculado pela mídia televisiva, constituiu o objeto deste trabalho.

Os telejornais transformaram-se no principal meio de informações de milhares de brasileiros. É através deste instrumento noticioso que os telespectadores ficam sabendo dos acontecimentos relativos à economia, política, educação, saúde, de sua cidade, do país e até no mundo.

A produção da notícia, porém, segue princípios e critérios específicos, seguindo características próprias deste meio, tais como: a informação visual, o imediatismo, o alcance e a instantaneidade. Tais conceitos foram discutidos a partir das proposições e análises segundo as quais o poder da imagem é inquestionável: ela fascina, prende, provoca discussões e abre horizontes para novos e constantes questionamentos. Esta é a grande vantagem da televisão sobre os outros meios de comunicação.

Partindo do referencial teórico e técnico sobre o telejornalismo no Brasil, este trabalho investigou a produção telejornalística do Tocantins.

Convém destacar, na pesquisa, que o telejornal, enquanto produção de informação, dissemina conceitos, visões e propõe caminhos de interpretação da realidade.

Caminhando nesse sentido, o surgimento da TV no Brasil, os primeiros telejornais, a adaptação da linguagem televisiva e o telejornalismo em Palmas foram necessários para a investigação do formato jornalístico desenvolvido pelo meio, sua estrutura e, sobretudo, os aspectos da produção da notícia.

Quanto à relevância, foi inegável a importância do estudo do telejornalismo no Tocantins, uma vez que poucas pesquisas têm sido escritas sobre esta temática. A mídia, em particular a televisão, no caso mais específico ainda, o Telejornalismo, tem uma participação importante na construção da realidade que nos cerca. A divulgação cotidiana de notícias ajuda a construir as imagens culturais que edificam todas as sociedades.

Referências

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. São Paulo: Papirus, 1993.

BARBEIRO, Herodico. **Manual de telejornalismo – Os segredos da notícia na TV**. Herodo Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima. 2º Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BASTOS, Tatiana Fernandes. **O telejornalismo em Palmas**. Palmas - TO (monografia), Unittins, 2001.

BISTANE, Luciana. **Jornalismo de TV**. Luciane Bacellar. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL, Antônio Claudio. **A revolução das imagens**. Uma nova proposta para o telejornalismo na era digital. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei nº 236**, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm. Acesso em: 02 mar. 2026.

BUCAR, Ruy. Entrevista concedida a Millania S. Mihomem Freitas. PALMAS -TO, 28 mar. 2006.

CASHMORE, Ellis. **...e a televisão se fez**. São Paulo: Summus editorial, 1998.

- COSTELLA, Antônio. **Comunicação: do grito ao satélite**. São Paulo: Mantiqueira, 1984.
- CURADO, Olga. **A Notícia na TV: o dia a dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.
- FERREIRA, Fernando. Entrevista concedida a M.S.M.F. PALMAS -TO, 28 mar.2006.
- LORÊDO, João. **Era uma vez... a televisão**. São Paulo: Alegro, 2000.
- LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2001.
- MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.
- MATTERLART, Armand; Michell. **O carnaval de imagens**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NOVAES, Adauto. As tramas da rede. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **Rede Imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV – Manual de Telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PETRILLI, Sandro. Repórter da TV Anhanguera. Entrevista concedida a M.S.M.F. PALMAS (TO), 28 mar.2006.
- PORCELLO, Flávio. **NO AR: TV UNIVERSITÁRIA: limites e possibilidades**. Porto Alegre: EDI-PUC, 2002.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil – um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.
- SALAUN, Jean-Michel. **A qui appartient la télévision?** Paris: Aubier, 1989.
- SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem**. Cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SANTOS, Jocyléia Santana. A televisão no sertão de Goiás. In: **Estudos Revista da Universidade Católica de Goiás**. V.29(especial), 2002. p.271-284.
- SILVA, Rogério. Supervisor de jornalismo da TV Anhanguera. Entrevista concedida a M.S.M.F. PALMAS -TO, 28 mar.2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. **A objetividade: da filosofia ao jornalismo, passando pelas ciências**. s/d.
- SOUZA, Candice Vidal. **A Cidade Imaginada – A construção de Palmas-TO nos discursos de**

Políticos e Urbanista. Brasília: monografia (graduação) UnB, 1992.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender telejornalismo – produção e técnica**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEODORO, Gontijo. **Jornalismo na TV**. São Paulo: Ediouro, 1980.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público, uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1998.

XAVIER, Ricardo. **Almanaque na TV – 50 anos de memória e informação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

